

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Escola de Administração e Negócios
Programa de Pós-Graduação em Administração

JOÃO PEDRO FERRAZ ZANETONI

O POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)
EM TERRITÓRIO CAMPONÊS:
um estudo no Assentamento 72 em Ladário, MS

CAMPO GRANDE - MS
2022

JOÃO PEDRO FERRAZ ZANETONI

**O POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)
EM TERRITÓRIO CAMPONÊS:
um estudo no Assentamento 72 em Ladário, MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAD/UFMS), como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani.

**CAMPO GRANDE - MS
2022**

**O POTENCIAL DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC)
EM TERRITÓRIO CAMPONÊS:
um estudo no Assentamento 72 em Ladário, MS**

JOÃO PEDRO FERRAZ ZANETONI

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(UFMS/ESAN/PPGAD – Campo Grande/MS)
Presidente

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Membro Titular Interno

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo
(UFMS/ESAN/PROFIAP – Campo Grande/MS)
Membro Titular Externo

Profa. Dra. Patricia Zaczuk Bassinello
(UFMS/CPAQ/PPGCult – Aquidauana/MS)
Membro Titular Externo

Aos meus pais, Suely e João.

RESUMO

O território camponês é fruto das relações entre atores sociais no campo. Nele é possível encontrar dois modos de se fazer agricultura, manifestando territorialidades distintas. O modo capitalista de produção no campo é marcado por avanço tecnológico, produtividade massiva, competitividade e monopolização do espaço. O modo de produção camponesa é marcado por fatores de associativismo, autossuficiência e autonomia familiar, características que foram se perdendo e com isso, levando camponeses a perder espaço de produção e reprodução social. São formas distintas de territorialização do espaço que levaram a conflitos socioterritoriais, e resultaram, entre outras coisas, na criação de assentamentos rurais. Assentamentos são a manifestação da luta camponesa que territorializam seu espaço por meio da cooperação e da busca por autonomia, aderindo a práticas conjuntas de produção sem utilização de agrotóxicos, formulação de associações de moradores, comercialização direta com consumidores, entre outras práticas que marcam sua busca por emancipação. Contudo, não é raro encontrar camponeses em assentamentos rurais que se veem em posição de subordinação ao mercado, manifestando territorialidades que contradizem a lógica camponesa mas buscando autonomia. Nesse sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) se posta como uma atividade de carácter endógena e emancipatória, que valoriza as territorialidades locais e propõe autonomia, valorização e participação coletiva para a comunidade. O objetivo geral do trabalho é compreender as territorialidades camponesas que possibilitem campos para implementação de iniciativas da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS. Quanto aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa, foi utilizado a Abordagem Territorial e técnicas da História Oral Temática para coleta de dados, e as interpretações foram feitas utilizando Análise de Conteúdo, com auxílio do Software IRAMUTEQ. Os resultados permitiram uma compreensão multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural) das territorialidades camponesas no assentamento, identificou-se relações de associativismo, gestão coletiva em torno da produção agroecológica, culminando na elaboração de uma associação informal de produtores locais. Notou-se potenciais para desenvolver a atividade turística a partir deste grupo, tendo em vista a forma com que se organizam coletivamente, as paisagens naturais e as hortas agroecológicas, que permitem passeios, além das parcerias identificadas com instituições de ensino e pesquisa. Contudo, deve-se frisar que o grupo não representa todo o assentamento, e existe um isolamento entre estes e o restante dos camponeses, a associação de moradores locais poderia atuar com um elo entre todo o assentamento, mas não o faz, além disso, o assentamento luta diariamente para conseguir água potável, um problema histórico que não encontra solução. Alguns apontamentos foram feitos no sentido de implementar iniciativas de TBC, considerando tal realidade. Existe potencial de desenvolver atividade turística no assentamento, porém ainda não é possível falar sobre o assentamento enquanto uma comunidade alinhada.

Palavras-Chave: Território Camponês. Territorialidades. Agroecologia. Turismo de Base Comunitária. TBC.

ABSTRACT

Peasant territory is the result of relations between social actors in the countryside. In it, it is possible to find two ways of doing agriculture, manifesting different territorialities. The capitalist mode of production in the countryside is marked by technological advancement, massive productivity, competitiveness and monopolization of space. The peasant mode of production is marked by factors of associativism, self-sufficiency and family autonomy, characteristics that have been lost and with that, leading peasants to lose space for production and social reproduction. They are distinct forms of territorialization of space that led to socio-territorial conflicts, and resulted, among other things, in the creation of rural settlements. Settlements are the manifestation of the peasant struggle that territorialize their space through cooperation and the search for autonomy, adhering to joint production practices without the use of pesticides, creation of residents' associations, direct marketing with consumers, among other practices that mark their search for emancipation. However, it is not uncommon to find peasants in rural settlements who see themselves in a position of subordination to the market, manifesting territorialities that contradict the peasant logic but seeking autonomy. In this sense, Community-Based Tourism (CBT) is an endogenous and emancipatory activity, which values local territorialities and proposes autonomy, appreciation and collective participation for the community. The general objective of the work is to understand the peasant territorialities that allow fields for the implementation of community-based tourism (CBT) initiatives in Assentamento 72, in Ladário - MS. As for the methodological procedures, the present research is of an exploratory and descriptive nature, with a qualitative approach, the Territorial Approach and techniques of Thematic Oral History were used for data collection, and the interpretations were made using Content Analysis, with the help of the Software IRAMUTEQ. The results allowed a multidimensional understanding (political, economic, environmental and sociocultural) of peasant territorialities in the settlement, identifying relationships of associativism, collective management around agroecological production, culminating in the elaboration of an informal association of local producers. Potential to develop tourist activity was noted from this group, in view of the way in which they are collectively organized, the natural landscapes and the agroecological gardens, which allow for tours, in addition to the partnerships identified with teaching and research institutions. However, it should be noted that the group does not represent the entire settlement, and there is isolation between them and the rest of the peasants, the association of local residents could act as a link between the entire settlement, but it does not, in addition, the settlement struggles daily to obtain potable water, a historical problem that has not been resolved. Some notes were made in order to implement CBT initiatives, considering this reality. There is potential to develop tourist activity in the settlement, but it is not yet possible to talk about the settlement as an aligned community.

Keywords: Peasant Territory. Territorialities. Agroecology. Community Based Tourism. CBT.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AFC** Análise Fatorial por Correspondência
- AGRAER** Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- BID** Banco Internacional de Desenvolvimento
- CE** Ceará
- CEP - UFMS** Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- CHD** Classificação Hierárquica Descendente
- CNPq** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Embrapa** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MA** Maranhão
- MG** Minas Gerais
- MS** Mato Grosso do Sul
- MT** Mato Grosso
- MST** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OCS** Organização de Controle Social
- PQA** Paradigma da Questão Agrária
- PB** Paraíba
- PR** Paraná
- RS** Rio Grande do Sul
- SAC** Sistema Agroalimentar Camponês
- SE** Sergipe
- SEBRAE** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso do Sul
- SENAR** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SP** São Paulo
- TBC** Turismo de Base Comunitária
- TCLE** Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- TCR** Turismo Rural Comunitário
- TO** Tocantins
- UFMS** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características fundamentais sobre a concepção de território.....	27
Quadro 2 - Territorialidades em Assentamentos Rurais.....	39
Quadro 3 - As dimensões do Turismo de Base Comunitária.....	50
Quadro 4 - Dinâmicas práticas do Turismo de Base Comunitária.....	53
Quadro 5 - Etapas da coleta de dados.....	61
Quadro 6 - Estrutura do roteiro de pesquisa.....	65
Quadro 7 - Síntese dos documentos primários utilizados.....	68
Quadro 8 - Categorias de análises teóricas.....	76
Quadro 9 - Resumo das (multi)(pluri)territorialidades no Assentamento 72.....	96
Quadro 10 - As dinâmicas práticas do Turismo de Base Comunitária no Assentamento 72.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de Territorialidades Camponesas.....	34
Figura 2 - Localização Geográfica do Assentamento 72.....	58
Figura 3 - Esquematização da História Oral Temática.....	64
Figura 4 - Etapas da Análise de Conteúdo.....	73
Figura 5 - Horta Agroecológica (I).....	82
Figura 6 - Horta Agroecológica (II).....	82
Figura 7 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	103
Figura 8 - Análise Fatorial por Correspondência (AFC).....	104
Figura 9 - Horta Agroecológica III.....	106
Figura 10 - Horta Agroecológica IV.....	106
Figura 11 - Estrada do Assentamento 72 (I).....	107
Figura 12 - Trator inutilizado.....	107
Figura 13 - Estrada do Assentamento 72 (II).....	107
Figura 14 - Nuvem de Palavras.....	109

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Território e Territorialidades.....	20
2.2 Território Camponês: as territorialidades manifestadas na agricultura.....	29
2.2.1 As (Multi)(Pluri)Territorialidades em Assentamento Rurais.....	36
2.3 Turismo de Base Comunitária.....	43
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1 Caracterização do Objetivo de Estudo.....	57
3.2 Procedimentos de Coleta de Dados.....	60
3.3 Procedimentos de Análise e Interpretação dos Dados.....	66
4. OS ACHADOS DO CAMPO EMPÍRICO.....	74
4.1 O retrato histórico do Assentamento 72.....	74
4.2 O Assentamento 72 sob a ótica da Abordagem Territorial.....	84
4.3 As potencialidades do Turismo de Base Comunitária no Assentamento 72.....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
APÊNDICES.....	135
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESPECIALISTAS.....	135
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.....	136

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (ESPECIALISTA).....	137
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (ORGANIZAÇÃO DE MORADORES).....	141

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, diversas relações sociais se tornaram voltadas para a busca pelo acúmulo de capital. O paradigma econômico tende a reduzir cada vez mais os limites das interações humanas em “oferta e demanda” ou “busca e ganho”. Contudo, ainda ocorrem práticas de produção e reprodução social que trazem consigo um acúmulo histórico de conhecimento humano, anterior à introdução do capital e dos meios de produção capitalistas. No trabalho rural, é possível dizer que existem duas formas de se fazer agricultura e, conseqüentemente, de apropriação do espaço rural: a agricultura camponesa e a agricultura capitalista.

A agricultura camponesa é fruto de um acúmulo histórico de mais de 10 mil anos de aprendizado humano que tem como principal base a relação de coexistência com o meio em que vive. É dessa relação que o camponês tirava seu sustento cultivando plantas, domesticando animais e dominando alguns metais. Muito além de um modo de produção, essa relação era uma representação social do que é ser camponês, trava-e de um modo de vida, nesse sentido, o campesinato é uma forma social de produção fundada no caráter familiar, que utilizam a terra para suprimento das necessidades internas como prioridade, comercializando o excedente e, dessa forma, fortalecendo as formas de comércio local, além disso, as decisões quanto às formas de organizar o trabalho eram também estabelecidas de acordo com os costumes da família, prezando pela autonomia da unidade produtiva. Portanto, mais do que um trabalho no campo, trata-se de um modo de viver no campo (WANDERLEY, 2015).

Já a agricultura capitalista surgiu há 200 anos como um dos resultados da revolução industrial e científica (MAZOYER; ROUDART, 2010; TOLEDO; BARBERA-BASSOLS, 2015). Mas é principalmente após o conhecido como Revolução Verde que esse modo de agricultura se instala completamente. Foi na década de 1950, posterior à Segunda Guerra Mundial, que se fortaleceram as discussões sobre utilizar as inovações tecnológicas desenvolvidas no período da Guerra para criar produtos químicos específicos e necessários para que os países desenvolvessem uma economia industrial. Esse contexto desencadeou a ideologia de uma nova forma de produção agrícola, com base em adubação e fertilização química do solo, aplicação de pesticidas e herbicidas que afastariam as chamadas “pragas” dos cultivos, utilização de maquinário inovador para acelerar os processos desde o plantio até a colheita, entre outras práticas que buscavam inovar a agricultura e maximizar os ganhos financeiros (MOREIRA, 2021).

O historiador Wilson Picado Umaña (2011) aponta que a intenção de todo esse processo era aumentar o rendimento produtivo, queria-se colher mais e gastar menos com a intenção de maximizar as vendas e os lucros. Para que a utilização dos fertilizantes, maquinários, tecnologia e insumos industrializados fossem potencializadas, era necessário que a sociedade camponesa embarcasse nessa estratégia produtiva. Por meio da propagação do discurso pautados em avanços e estabelecimento de políticas públicas, que favoreciam a entrada de toda essa estratégia de produção no campo, ocorreram significativas transformações agrícolas. É evidente que todo esse processo de inserção de tecnologias para produção de alimentos ocasionaram uma mudança considerável na agricultura camponesa: troca da policultura pela monocultura, adubo industrializado no lugar do orgânico, inserção de maquinários e tecnologia, etc.

Em todo esse cenário tem-se o espaço rural, e duas formas de produção e relações que se constroem nele. Nesse sentido, a territorialização do espaço é diferente nas práticas camponesas de agricultura e nas práticas capitalistas de agricultura. Um território é construído a partir de relações sociais, culturais, políticas e históricas que ocorrem em um recorte de espaço geográfico, diz respeito à apropriação, ao controle e ao uso do espaço, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais (FUINI, 2014; SAQUET, 2015a). Em suma, Raffestin (1993) refere-se a território como sendo uma porção de espaço geográfico que foi apropriado a partir de relações entre os atores sociais, da produção e reprodução coletiva desses atores que envolvem relações de poder.

O processo de territorialização ocorre por meio dessas relações, Fabrini (2011) e Ploeg (2020) identificam diferenças e conflitos no processo de territorialização na agricultura capitalista e na camponesa. No que diz respeito às diferenças, enquanto as relações camponesas assumem um caráter de coexistir com a terra, a agricultura capitalista se apropria da terra como um meio para um fim, que aqui é a renda oriunda do plantio e colheita acelerados pelo uso de tecnologia. Ou seja, no agronegócio a territorialização assume o viés de negócios, de modernização produtiva, de acúmulo de renda. O capital se introduz na agricultura trazendo consigo uma estrutura de tecnologia que visa a aceleração de todos os processos, resultando no afastamento das práticas tradicionais, mas além disso, também se inicia o processo de subordinação camponesa ao capital. Todo esse processo, que não é linear, cria ramificações e permitem identificar as duas práticas de produção e reprodução no campo: uma empresarial, capitalista, produtivista; e outra camponesa, alinhada às necessidades familiares (BERNSTEIN *et al.*, 2018).

Já no que se refere aos conflitos oriundos desses dois processos distintos de territorialização, no Brasil, a partir da década de 1960, assiste-se a uma onda de profundas transformações na agricultura e nos espaços rurais. No berço dessas transformações está a modernização dos processos de produção no campo, que além de serem protagonistas no desenvolvimento de novas relações no campo, também subordinaram toda a atividade agrícola às exigências do mercado, da indústria e do capital (exigências que se traduziram na adoção de máquina, produtos químicos, insumos industriais, etc.), além disso, beneficiados por políticas públicas, ocuparam diversas fronteiras agrícolas, expandindo seu espaço delimitado (SILVA, 1981, 1982; DELGADO, 1985; KAGEYAMA, 1996).

Essas transformações causam consequências diretas e imediatas aos pequenos agricultores camponeses. Os maquinários e a tecnologia utilizados pela agricultura “modernizada” permitem uma expansão quantitativa de produção sem necessariamente precisar de mão-de-obra humana, isso somado à expansão territorial das grandes propriedades, resultou na expulsão em massa dos trabalhadores residentes que passaram a ser contratados apenas quando necessário. Isso porque a fase de preparo, plantio e cuidados com a plantação foram impulsionados por tecnologias e insumos modernos, e apenas a colheita ainda necessitava de uma quantidade de pessoas (WANDERLEY, 2015). Ou seja, primeiro o proprietário não precisava mais reter mão-de-obra o ano todo, segundo que a renda oriunda desse novo processo permitia aos grandes latifundiários adquirirem mais tecnologia, maquinários, produtos químicos e expandiram seu território, deixando pequenos produtores à deriva.

Historicamente, a agricultura camponesa sofreu inúmeras transformações tanto de ordem econômica, com o surgimento de um modo mercantil de produção (agronegócio), como também de ordem política, que se traduz em imposições quanto ao modo em que estes agricultores deveriam estar organizados. A apropriação concentrada da terra gerou um acúmulo de camponeses e trabalhadores que não tinham possibilidade de acesso à terra, esse processo longo - e ainda existente - acarretou em conflitos de ordem territorial, onde pequenos agricultores camponeses se organizaram em movimento sociais, como o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve sua primeira reunião na década de 1980 e até hoje é considerado um marco de resistência camponesa no Brasil (BERNSTEIN *et al.*, 2018; BIZERRA; FERNANDES, 2021).

O campesinato tem a característica de fazer de sua propriedade o seu território de vida, construindo ali relações de coexistência para com o meio. As mudanças causadas pela implementação do modo capitalista de produção no campo poderia ter aniquilado totalmente

esse estilo de vida, contudo, a sobrevivência de seu modo de vida e de produção se encontra na resistência à subordinação ao mercado, nas reuniões sociais e na criação de grupos que lutam pelo direito à terra. Tudo isso apenas afirma a forte capacidade de resiliência dos agricultores camponeses (BAIARDI; ALENCAR, 2014). O território no campesinato é marcado pelo trabalho familiar, associativo e colaborativo, prezando pela autonomia e pela luta que é própria sobrevivência da terra. A capacidade de sobrevivência desse modo de vida é também vista na luta e conquista da terra por parte do pequeno agricultor, que resultou na criação de assentamentos rurais e que são a materialização da conquista dessas pessoas. A história de vida e as relações construídas nos territórios de assentados são relatadas em trabalhos como o de Xavier *et al.* (2017), Fabrini (2019), Ramos e Borges (2021), entre outros.

O que se compreende é que os assentamentos se tornam o território de vida dos camponeses. As relações observadas nesses territórios apontam para a reprodução econômica da agricultura e também para a reprodução social da mesma, trata-se, portanto, do estilo de vida camponês marcado, entre outras coisas, pela resistência às práticas predominantemente capitalistas de produção (XAVIER *et al.*, 2017; FABRINI, 2019; RAMOS; BORGES, 2021). Logo, se a introdução e domínio de práticas capitalistas de produção no campo geram tanto diferentes relações entre homem e espaço, como também geram conflito socioterritorial, os assentamentos rurais se mostram territórios de caráter tanto físico (reproduzindo as práticas camponesas de produção) como também simbólico (representando a luta e resistência camponesa), uma vez que foi apropriado pelos camponeses que nele/dele vivem e representa o espaço de produção enquanto trabalho, e reprodução de suas práticas culturais e sociais (OLIVEIRA, 2018).

A abordagem territorial permite ao pesquisador compreender melhor as partes que compõem o todo, ou seja, as diversas relações que constituem uma comunidade camponesa. Essa forma de compreender o território também contribuiu para elevar a discussão sobre o território camponês para além de ser agricultor camponês ou ser agricultor capitalista. São duas formas distintas de se fazer agricultura, mas as diversas relações existentes em cada processo, considerando ainda a relação da produção econômica da agricultura com a reprodução social do agricultor, necessitam de uma discussão ampla que não visa meramente “catalogar” o território camponês. Origuela (2020) trabalha o conceito de (multi)(pluri)territorialidades, que são diferentes relações observadas em um mesmo território camponês (como assentamentos) que podem ser tanto voltadas à lógica mercadológica quanto a lógica camponesa. Fabrini (2018) também aponta que em assentamentos rurais, os

camponeses possuem práticas que parecem contraditórias. Isso ocorre, como também é trabalhado por Origuela (2020), porque os pequenos produtores assentados, mesmo conquistando suas terras, ainda se vêem subordinados à lógica capitalista. Essas diferentes relações e manifestações territoriais podem ser observadas por meio da abordagem territorial visto que, como bem trabalha Saquet (2014), um território ocorre de forma multidimensional (política, econômica, social, ambiental) e de forma histórica-crítica, compreendendo as relações familiares, entre as famílias e entre as famílias e o meio que vivem em um processo não-linear.

Mesmo com a luta histórica do camponês, que busca sua autonomia, a construção histórica das relações no campo após a Revolução Verde faz com que a agricultura se veja cada vez mais presa à uma subordinação à lógica mercadológica. Fernandes *et al.* (2020) destacam, entre outras coisas, o papel do Estado nessa construção, ao formularem políticas públicas que fomentavam a dependência ao mercado e a subordinação das cadeias produtivas do agronegócio. Nesse cenário, os territórios em assentamentos também são disputados para produção de commodities que satisfazem contratos com empresas e agroindústrias (FERNANDES *et al.*, 2020). O camponês conquista seu território, mas não sua autonomia, visto que permanece dependente da lógica do mercado. Essas relações também são apontadas nos trabalhos de Fabrini (2018; 2019) e Ramos e Borges (2021), contudo, os autores identificam uma série de práticas territoriais que afirmava a contínua luta e resistência camponesa.

Assim como o território é construído de forma não linear, a subordinação também não é um processo linear, isso porque historicamente o camponês resiste e luta para ter autonomia sobre sua terra e seu estilo de vida. Ploeg (2008) destaca essa característica camponesa como sendo a principal em seu modo de fazer agricultura. Dessa forma, é no processo desigual de apropriação e territorialização do espaço rural que os camponeses criam e recriam formas de reprodução na terra pautada na luta por sua autonomia e controle de seus territórios, isso é visto em Origuela (2020), e reforça que assentamentos rurais possuem características físicas (de apropriação da terra) como também simbólicas (de reprodução camponesa por meio da luta por autonomia). Essa parece ser a principal característica camponesa em assentamentos rurais: a luta por emancipação, para não serem subordinados ao mercado (XAVIER *et al.*, 2017; OLIVEIRA, 2018; FABRINI, 2018; 2019; ORIGUELA, 2020; RAMOS; BORGES, 2021).

O campesinato vem lutando no decorrer da história para manter seu estilo de vida e produção agrícola, reafirmar sua autonomia, não serem apenas elos frágeis do mercado e frear

os avanços do capitalismo na agricultura. Seja o camponês que integra as cadeias de commodities, os que foram excluídos da mesma, os que permaneceram em suas terras e contam com pouco aporte financeiro, os que são chamados de “ineficientes” por não conseguirem se adequar à lógica de produção capitalista, ou os que conquistaram terras e formaram assentamentos, essas lutas e resistências são parte do cotidiano do pequeno produtor camponês. Em assentamentos rurais, como é possível observar práticas que tanto se vinculam com a agricultura camponesa quanto a capitalista, as resistências assumem formatos diferentes mas seguem com o intuito de buscar sua autonomia. Nesse sentido, os camponeses assentados criam estratégias de produção que os permitem a reprodução de seu estilo de vida na terra. Essas estratégias são baseadas no aporte histórico de conhecimento passado por gerações, e utilizam de avanços na ciência para criar tanto formas de organização que se afastam das redes do mercado prezando pelo associativismo e redes solidárias de comercialização (FABRINI, 2018; ROOS *et al.*, 2020; DOURADO; 2021), como também para desenvolver formas de produção inovadoras e que respeitam a relação principal de coexistência com a terra, como a agroecologia.

A agroecologia se manifesta na atualidade como uma forma não apenas de produção, mas de resistência camponesa. Essa prática não é necessariamente recente, e as discussões que culminaram nela se iniciam como resposta às consequências da Revolução Verde, mas se intensificam com a publicação do livro de “A Primavera Silenciosa” da autora Rachel Carson, em 1962. Autores como Altieri (1989), Gliessman (2000), Caporal e Costabeber (2004) compreendem que a agroecologia avança enquanto ciência se baseando em conhecimentos seculares além de outras diversas disciplinas científicas. Ela se constrói a partir da relação camponesa com a natureza, porém, ela não se trata da volta a um passado pré-histórico, de práticas rudimentares, mas sim de uma forma moderna de produção agrícola que se pauta na não-utilização de agrotóxicos, valoriza a policultura e fortalece os mercados locais.

Para Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a agroecologia é a ciência que serve como base para o desenvolvimento rural. Isso porque, segundo esses autores, essa prática tem um caráter endógeno de somar os conhecimentos dos camponeses com a contribuição de diversas ciências naturais para desenvolver um modelo que é tanto uma prática produtiva como uma forma relações sociais, que fortalecem a comunidade. Não distante dessa afirmação, Sarandón e Flores (2014) afirmam que a agroecologia é uma prática multidimensional que valoriza a distribuição igualitária de conquistas camponesas, considera valores e saberes locais para se estabelecer enquanto prática, preocupa-se em manter a relação camponesa com a natureza, se materializa como uma forma do camponês - excluído das cadeias do mercado - atender suas

necessidades de sustento e preza por uma participação comunitária e associativa. Desse modo, muito além de uma prática econômica a agroecologia se mostra uma forma de resistência camponesa, que se adapta a realidade e moderniza sua forma de agricultura sem se afastar dos saberes populares. Em assentamentos, os trabalhos de Paulino, Moreira e Almeida (2018), Coca, Vinha e Junior (2021) e Dourado (2021) descrevem produções agroecológicas. Seus resultados permitem compreender como essa prática é, além de um modo de produção, uma forma de resistência camponesa tendo em vista que se afastam das práticas capitalistas tanto de produção como também de comercialização. Os autores destacam participação comunitária, comercialização em feiras locais, compartilhamento de conhecimento e colaboração entre os camponeses, concluindo que a agroecologia é uma prática camponesa que serve como impulso para que os agricultores alcancem sua autonomia.

O fortalecimento das relações comunitárias têm levantado questões sobre uma outra atividade que também possui um caráter emancipatório, valorizador do local e das práticas cotidianas, é o caso do Turismo de Base Comunitária (TBC). O turismo também é um fenômeno que acontece em espaços, as relações turísticas impactam o território. Ocorre que o turismo, assim como a agricultura, sofreu impactos diretos do avanço da produção capitalista, nesse sentido, o paradigma econômico reduz o turismo apenas à uma oferta de serviço. Segundo Frankli (2006), tal reducionismo limita o turismo apenas a uma “fuga da realidade” momentânea, deixando de lado a construção social que existe nessa prática. Essa busca por um refúgio fez com que o turismo agisse intervindo em paisagens e realidades locais, buscando oferecer ao turista um conforto que disfarçava, por um limitado espaço de tempo, sua realidade. Essas paisagens modificadas eram territórios compostos por pessoas, moradores e agentes sociais que perdiam o controle de sua comunidade (ESCOBAR, 2005).

Essa realidade passou a ser questionada com o tempo, e em resposta, criou-se “roupagens” diferentes para o turismo como o ecoturismo, o turismo sustentável, o turismo pró-pobre (ou *pro-poor tourism*, no inglês), o turismo ético ou de comércio justo, etc. O que todos esses termos trazem em comum era o caráter mais ético, focado em suprir as demandas por cuidados ambientais e sociais (ZAOUAL, 2009; DANTAS; WENDEN; FERREIRA, 2013). Contudo, essas formas de turismo apenas disfarçam o afastamento - parcial ou total - da comunidade local da gestão do próprio território. O TBC surge como alternativa nesse sentido, caracterizando-se como um modelo de turismo gerido internamente, aproveitando-se dos aspectos endógenos da comunidade, e não as modificando, nessa forma de turismo a população local é não somente participativa na gestão do turismo, mas total protagonista no roteiro turístico desenvolvido (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016). Nesse sentido,

um novo paradigma de turismo é criado, onde a população local assume o controle das ações, trazendo empoderamento e emancipação das práticas do turismo de massa (ZAOUAL, 2009). Nesse sentido, o TBC é um modelo de turismo endógeno, que se aproveita das relações internas da comunidade para se solidificar como atividade que busca gerar autonomia à comunidade.

Contudo, muitas pesquisas encontram dificuldades enfrentadas pelas comunidades, sendo que a principal delas são as barreiras impostas pelos próprios locais. Relatam o despreparo da população; ausência de profissionalismo; pouco ou nenhum conhecimento do mercado turístico; falta de instrumentos de gestão; pouca colaboração entre os moradores; falta de estratégias para implementar e gerir a atividade; dificuldade de comunicação entre a comunidade, e dela com o ambiente externo, entre outros fatores (MALDONADO, 2009; HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; SANCHO; MALTA, 2015). Contudo, algumas práticas de TBC mais recentes apontam alguns campos de possibilidades que contribuem para o avanço do tema enquanto forma de turismo e até mesmo ciência (GRACIANO, 2019). Pesquisas realizadas em assentamentos rurais conseguem identificar pontos específicos sobre atrativos turísticos comunitários que existem em assentamentos baseados nas práticas locais, como produção artesanal (MAIA; GOMES, 2020), paisagens naturais e aspectos geográficos específicos (CAMPOS; SILVA, 2020). Além disso, os autores concluem que o TBC é uma atividade de empoderamento da comunidade, prezando pela autonomia dos moradores (AMARAL *et al.*, 2017; MOREIRA-GONÇALVES, 2020; OLIVEIRA; DIOGENES; ALMEIDA, 2021). Porém, em muitos casos a prática também acaba esbarrando na falta de participação e cooperativismo dos assentados, nenhum desses trabalhos, contudo, utilizaram de uma abordagem territorial para compreender as relações internas que constituem os territórios.

Tendo em vista que o campesinato é marcado por práticas de associativismo e solidariedade, e que a busca pela autonomia se manifesta tanto na conquista de seu território quanto em suas práticas de produção, ainda, que o TBC é uma prática turística endógena, que valoriza o território e busca a emancipação e empoderamento da comunidade, levanta-se a pergunta: considerando a abordagem territorial, quais os possíveis campos para implementação de iniciativas de TBC em território camponês? Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é compreender as territorialidades camponesas que possibilitem campos para implementação de iniciativas da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS. Especificamente, pretende-se: a) Entender, de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural), as territorialidades

construídas historicamente no assentamento; b) Caracterizar os processos produtivos/organizacionais do assentamento: associativismo, agricultura familiar camponesa, agroecologia e comercialização e; c) Avaliar as potencialidades do TBC no assentamento.

Este trabalho será dividido em cinco seções. A primeira delas é esta introdução, que expõe o problema e objetivo da pesquisa. Na segunda seção será discutido a abordagem territorial como forma de compreender o território camponês em assentamentos rurais, dando luz às diferentes formas de produção e reprodução que existem no campesinato, ainda na segunda seção também é abordado o TBC, sua evolução desde um conceito utópico até casos que permitem a compreensão de iniciativas práticas da atividade. Na terceira seção é apresentado os critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa, bem como a História Oral como técnica de coleta dos dados, além do método de interpretação dos dados utilizando Análise de Conteúdo e um Software de análise textual (Iramuteq). Na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados, primeiro discutindo a construção histórica do assentamento, bem como as múltiplas territorialidades manifestadas de forma multidimensional, compreendendo como se organizam, como produzem, sua relação com meio ambiente e sua relação de pertencimento em seu território, na sequência são considerados os potenciais turísticos identificados pela pesquisa, frisando os valores comunitários e territoriais, discutindo a possibilidade de iniciativas de TBC. Por fim, a última seção são as considerações finais deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa, são apresentados os principais conceitos teóricos que foram levantados para sustentarem as reflexões que serão feitas no decorrer desta dissertação.

2.1 Território e Territorialidades

Diversas correntes teóricas da administração dão um panorama dos fluxos organizacionais em diferentes contextos, tanto micro quanto macroeconômicos. Contudo, as disciplinas geográficas possuem teorias que se aprofundam nas relações entre homem e meio em que se reproduzem socialmente, o que proporciona ao pesquisador um conhecimento mais profundo sobre as características do território camponês, bem como das territorialidades presentes na agricultura camponesa, que é um dos focos do presente estudo.

As discussões acerca do território como sendo um produto de relações sociais entre homem e meio, tanto físico quanto social (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005), mas também, e principalmente, enquanto construção histórica, que é fruto de um longo processo evolutivo humano e ambiental (MAGNAGHI, 2010), avançando para concepções que se aprofundam nas relações sociais que se dão por meio de um conjunto de ações e práticas dos sujeitos locais em seus próprios territórios de vida e existência, ou seja, as territorialidades (DEMATTEIS, 2005), serão debatidas nessa seção teórica.

A partir dessa perspectiva, ao propor uma discussão do território e de suas territorialidades, coloca-se em destaque a importância desses conceitos como sendo componentes-chave para se compreender como a sociedade se organiza, além disso, também ilumina o caminho para o debate sobre a importância dos sujeitos no controle de suas ações referentes ao espaço em que vivem (MORAIS, 2018).

Essas discussões surgem na geografia após o século XIX, até então, na busca por objeto de estudo, as ciências geográficas se pautavam em uma sistematização de um conjunto de saberes que apareciam de forma pontual em registros de viajantes, biólogos, engenheiros geólogos, além de historiadores e antropólogos. O acúmulo desses dados começou a desvendar não apenas características físicas, mas também comportamentos culturais em diversas partes do mundo. Atualmente, as proposições teórico-práticas da geografia na composição do espaço dão luz a novos conceitos como o de espaço, território e territorialidades (PEREIRA, 2019).

Para propor uma discussão coerente sobre território como sendo o produto da relação homem e meio físico e social, e das territorialidades como sendo o conjunto das ações acerca da apropriação do território, antes devemos esclarecer o que é o espaço, e o que é o território, frisando que não se deve buscar uma dicotomia entre ambos (MORAIS, 2018).

Por muitas vezes o conceito de território é confundido com o de espaço, o que torna oportuno uma breve discussão que nos permita diferenciar ambos. Como sugerido por Eduardo (2006), diversos autores iniciam suas discussões sobre território partindo do pressuposto de que ele é efetivado a partir da apropriação social do espaço. Apesar dessa ser a compreensão correta, o mesmo autor salienta que ao partirem desse pressuposto, muitos pesquisadores apenas tratam o espaço como sinônimo de chão.

Ainda assim, é evidente que existem diferenciações entre espaço e território, isto é, eles não podem ser tratados como sinônimos. “O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42), ou seja, o território existe no espaço.

Ainda sobre essas diferenças, Saquet (2009) faz questão de pontuar que o espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, já o território é um produto, ou seja, uma construção feita de ações históricas que vão se concretizando no espaço em momentos distintos, sendo o fruto da dinâmica socioespacial. O homem age e interage no território, que é o espaço de seu habitar, para produzir e viver (SAQUET, 2006). Estes (espaço e território) nunca poderão ser separados, visto que se não existir o espaço não há territórios (HAESBAERT, 2009), “o espaço é indispensável para a apropriação e reprodução do território” (SAQUET, 2009, p. 83).

Sumarizando os autores supracitados, o território é, portanto, uma construção realizada historicamente por uma série de atores que se relacionam em um espaço geográfico. Ele é o produto da reprodução social desses atores. Nesse sentido, as dimensões de análise utilizadas para estudar o território não devem considerá-lo como algo natural, mas um produto social que surge do acontecer histórico da sociedade. Segundo Morais (2018), essa concepção permite uma leitura do território, que tem como foco o processo da territorialização dos atores no espaço. O autor destaca a importância de uma leitura histórica do território, destacando que o processo de territorialização não é linear, e que os acontecimentos iniciais impactam diretamente o cotidiano, visto que se trata da relação do homem com o espaço no decorrer de sua vida, carregando e refletindo dinâmicas culturais, econômicas e políticas da sociedade no curso de sua existência no mundo.

Essa concepção sobre território é resultado de um avanço nas discussões sobre o tema. Inicialmente, na Geografia Clássica, o território era compreendido de forma menos profunda, porém as relações de poder já eram abordadas. Segundo Souza (2001) e Saquet (2010), sua concepção era quase exclusivamente atrelada a território nacional, dessa forma, a leitura da territorialização era ligada ao poder que o Estado tinha de interferir na delimitação de fronteiras físicas. Ainda segundo esses autores, uma outra noção de território estava ligada à uma percepção mais cotidiana e de senso comum, de território vinculado a aspectos físicos, ideia essa mais próxima de espaço do que de território.

Essa ideia de território nacional, ligada ao Estado, tem forte influência de Friedrich Ratzel, um geógrafo alemão, que nas obras *Antropogeografia* (1882-1889) e *Geografia Política* (1887), coloca o território em centralidade no discurso geográfico. Para o autor, território é o corpo do Estado, e para garantir o progresso de um povo, este corpo deve ser alvo de domínio, proteção e expansão. Dessa forma, o território para Ratzel assume o sentido de uma porção de superfície terrestre que é apropriada por um grupo, atribuindo-lhe, assim, identidade (MORAES, 1990).

O território tem, em sua primeira dimensão, um sentido de uso histórico da terra (*territorium*) e com o tempo, ganha um sentido de domínio político e exercício do poder em uma dimensão espacial delimitada, acoplando-se aos conceitos de País e Nação (ESCOLAR, 1993). A partir da década de 1960 ocorre um movimento de redescoberta do conceito de território, que aos poucos passa a romper com os preceitos do pensamento teórico do final século XIX, refletindo a renovação do próprio pensamento geográfico, que se traduz em múltiplas perspectivas de análise do território (FERREIRA, 2014).

A transição paradigmática do conhecimento científico (em particular, do conhecimento nas ciências geográficas), indicou uma ruptura dos parâmetros do conhecimento até então centrais nas discussões, o que coloca o território sob novo prisma, e traz um ímpeto inovador para as discussões territoriais (FUINI, 2017). Em uma ótica um pouco mais centrada a realidade latino-americana, Haesbaert (2020), após uma análise do tema em pesquisas no continente, conclui que a discussão de território nesses países tem como marca a pluralidade, e envolvem múltiplos sujeitos sociais, o que é um contraponto à antiga noção eurocêntrica exclusivista e universalizante, vendo o território como estatal.

A partir dessa mudança de pensamento, o conceito de território assume um papel crucial para compreensão das relações de poder nas entranhas dos processos de apropriação do espaço, esse papel é ainda mais relevante em um país de grande extensão territorial (caso do Brasil), que consagra uma dinâmica territorial marcada por mobilidade inter-regional e

fortes desigualdades e diferenciações nessas mesmas regiões (MORAES, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Na atualidade, o conceito de território e as discussões por trás do mesmo são cada vez mais encontradas em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas, e de maneira multidimensional, como é feita a apropriação do espaço, constituindo o território (FUINI, 2017).

Uma das principais mudanças na concepção de território é vista no trabalho de Claude Raffestin (1993), um dos pioneiros da abordagem territorial. O autor foca sua análise em uma dimensão-base mais econômica, porém, o mesmo reconhece tanto a importância quanto a complementaridade entre as dimensões econômica, política e cultural. Tem-se então que o território para Raffestin (1993) é produzido por uma rede de relações criadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, de forma multidimensional. O território não pode ser nada além do produto criado por essa rede, e são esses atores, no mantimento das relações entre si e com a natureza, que o criam a partir do espaço.

Essa definição de território dada por Raffestin vai ao encontro de outras já abordadas, contudo, um aspecto a ser destacado em seus trabalhos diz respeito à pluralidade de sua abordagem. Como bem apontado em suas reflexões, Souza e Pedon (2007) concluem que o território em Raffestin pode ser analisado a partir de diferentes dimensões, como das relações de poder, mas também como sendo o palco de ligações efetivas e de identidade entre os atores sociais com seu espaço.

Isso ainda é salientado por Saquet (2006) ao afirmar que não se deve esquecer a multidimensionalidade da abordagem de Raffestin em relação ao que este autor denominou território, este como sendo o resultado de relações de poder do Estado, sistema de empresas, organizações e de indivíduos, isto é, os atores sociais, em diversas dimensões ligadas à dinâmica política, econômica e cultural, que constituem redes.

Uma vez que possamos entender a importância da evolução na abordagem do território, que passa a considerá-lo com multidimensional, passamos a discutir formas para compreender essa construção do território a partir das diversas dimensões. Para tanto, os trabalhos de Haesbaert (1995, 1997, 2004, 2007a) são de suma importância.

O autor afirma o território como sendo o fruto das interações sociais entre indivíduos-natureza, só pode ser compreendido quando se aborda suas dimensões. Em Haesbaert (1995, 1997, 2004), três principais são desenvolvidas: a) “política ou jurídico-política” que é visto como um espaço delimitado, onde por meio de um controle se exerce um determinado poder, geralmente relacionado ao poder do Estado; b) “econômica ou economicista”, o território incorporado na relação capital-trabalho, no embate de classes

sociais ou visto como fonte de recursos; c) “cultural, culturalista ou simbólico-cultural”, em que se prioriza uma dimensão mais subjetiva, onde o território tido como produto de apropriação, resultado da valorização de um grupo em relação espaço vivido.

Essas definições são importantes para entender que o território é fruto de uma larga escala de fatores, que transitam em diferentes dimensões, o que dão a eles diferentes significados mas que estão sempre em sintonia com o todo. De acordo com Saquet (2015) a abordagem multidimensional compreende que o território é fruto das diferentes relações de poder, de conflitos, de desigualdades, de redes, entre outros diferentes aspectos que abrangem relações econômicas, políticas e culturais. Além disso, o autor acrescenta uma dimensão natural/ambiental, que diz respeito às dinâmicas relacionais que envolvem o espaço físico em questão e os impactos causados no meio ambiente (SAQUET, 2015). Nesse sentido, é necessário que sejam estabelecidas categorias analíticas que vão abranger as diferentes dimensões do território, e que devem ser analisadas como uma soma. Aprender a totalidade permite que se compreenda tanto os aspectos gerais como os mais específicos e profundos que constituem um território.

Além dessas vertentes, tem-se uma distinção entre o que denomina “território unifuncional” e território enquanto espaço-tempo-vivido. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, muito próxima do poder do estado, que não suporta multiplicidade ou sobreposições de domínio. Já a segunda aparece como resultado de complexos e diversos processos introduzidos nas tramas dos atores sociais (HAESBAERT, 2007a).

Assim, Haesbaert (2007a) sugere duas grandes referências frente às quais pode-se investigar o território: uma delas é mais funcional, e outra, mais simbólica, que vem se impondo em importância nos últimos tempos. No primeiro caso, o território é visto como um domínio política e economicamente estruturado (dimensão mais concreta, material); enquanto que no segundo caso é compreendido como uma apropriação mais simbólica-afetiva-identitária por determinadas ações dos grupos sociais sobre o espaço onde se reproduzem socialmente.

Essa interpretação é muito próxima do que Boligian e Almeida (2003) chamaram de perspectiva *político-econômica* e *simbólico-afetiva* do território. A primeira delas, assim como a de Haesbaert, é mais funcional e o território representa

(...) a base espacial onde estão dispostos objetos, formas e ações construídas pelos atores sociais e historicamente determinados segundo as regras do modo de produção vigente em cada época, ou seja, pelas relações sociais de produção (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Já na perspectiva simbólico-afetiva,

(...) território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Assim, o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, compreendida como apropriação ou identidade territorial, quanto uma dimensão mais objetiva/material, vista como uma dominação do espaço de forma mais concreta, estruturada, utilizando instrumentos político-econômicos (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). Deve-se salientar ainda que enquanto “tipos ideais”, estes nunca se manifestam em estado puro, ou seja, qualquer território quando funcional, possui uma carga simbólica, assim como todo território simbólico, tem características funcionais, ainda que seja possível identificar qual é predominante (HAESBAERT, 2007a).

O território estabelece o meio de vida do homem, e nesse sentido, deve ser pensado e analisado a partir dessa diversidade dimensional de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, que são estabelecidas na sociedade e entre ela e a natureza (MAGNAGHI, 2010). O território não é apenas material, ele é a história, a cultura, a identidade, os símbolos e o ambiente, e é nele que se constrói as relações de pertencimento (MORAIS, 2018).

Essa última fala abre o caminho para entender como os atores sociais criam essas relações de identidade e pertencimento. Segundo Haesbaert (2020), os grupos de longa data transformam o espaço em território no sentido de território de vida, e dessa forma elaboram territorialidades que são sua condição de existência. As territorialidades constituem, portanto, em um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território, elas possibilitam caminhos para compreender como os atores se organizam no espaço e o transformam em território (MORAIS, 2018).

Assim como diferentes autores têm diferentes concepções sobre território, o mesmo ocorre com territorialidade. Na Geografia Humana, a territorialidade é abordada especialmente nos trabalhos de Dematteis (2005), Raffestin (1993), Soja (1971) e Sack (1986). O primeiro considera a territorialidade como sendo as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que são produzidas pelos atores sociais (DEMATTEIS, 2005). Já para o segundo autor as territorialidades são construídas na relação sociedade-natureza, ou seja, elas são múltiplas e envolvem os diversos atores que fazem parte do processo de territorialização (RAFFESTIN, 1993). Para o terceiro, trata-se de diferentes comportamentos sociais que se

somam e fazem parte da construção identitária dos agentes no território (SOJA, 1971). Por fim, o quarto autor compreende territorialidade como ações que visam controlar determinados espaços (SACK, 1986).

No campo da antropologia, Little (2004) define a territorialidade como sendo uma acúmulo do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar e pertencer a uma parcela específica de seu ambiente de vida, convertendo esse espaço em seu lar, seu território. Retomando Raffestin (1993), ao falar de territorialidades, o autor destaca que os homens vivem o território, esse processo é visto por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.

As territorialidades são vistas no cotidiano da vida dos homens, sobre esse ponto, Saquet (2010) acrescenta que a territorialidade é a tradução do conjunto de tudo aquilo que se vive diariamente, elas (territorialidades) estão nas relações com o trabalho, com o não trabalho, com a família, etc. Nesse sentido, a territorialidade também está ligada às relações sociais e culturais, além das atividades diárias do homem na natureza (FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, por territorialidade, devemos compreender como é o agir social dos atores no território a partir da mediação simbólica, cognitiva e prática. Tem-se, então, que o território é uma construção social, histórica, de relações e territorialidades, que se constitui dos processos de apropriação de um espaço pelas pessoas que o dominam. Ele resulta do processo de territorialização e das territorialidades que surgem nas relações vivenciadas pelos sujeitos, pelos grupos, pelos agentes sociais no espaço-tempo.

A territorialidade é todo o sistema de relações entre homens e entre esses com o meio em que vivem:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc. (SAQUET, 2015, p. 33).

Além de ser capaz de incorporar dimensões políticas (nas estruturas e organizações das pessoas no território, etc.), as territorialidades também dizem respeito às relações econômicas e culturais (nas relações com o trabalho, nos costumes e tradições, etc), estando intimamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra e lhe atribuem significado (HAESBAERT, 2007). Essa concepção vai ao encontro de Souza (2001) ao afirmar que as territorialidades se manifestam em todas as escalas e dimensões sociais.

Em suma, as territorialidades são o desenrolar das atividades e relações diárias efetuadas no território, ela corresponde ao cotidiano presente no trabalho, na família, igreja, nas lojas, nos bancos, nas escolas, nos ritos e costumes, nas organizações, etc. (SAQUET, 2006; 2010). Está ligada ao dia-a-dia e ao lugar de vivência dos indivíduos e dos grupos sociais. Trata-se, portanto, do reflexo das dimensões política, econômica e sociocultural no cotidiano das pessoas (FERREIRA, 2014).

Diante do exposto, o quadro 1 aponta três características fundamentais para compreender como um território é produzido.

Quadro 1 - Características fundamentais sobre a concepção de território.

I.	É apropriado no espaço geográfico, que existe no território, ele é resultado de uma produção coletiva, histórica e possui conteúdo político e econômico nas relações de poder que lhe dão corpo, envolvendo diferentes pontos, redes e malhas.
II.	O território é uma construção histórica que envolve relações sociais entre atores. Dessa forma, ele é resultado do encontro, da organização e mobilização de uma série de atores sociais que vivem e convivem, produzem e se reproduzem socialmente. É muito mais do que uma porção espacial juridicamente delimitada, para que exista é necessário sentimento de pertencimento e apropriação.
III.	Território é uma construção histórica não linear e conforme ganha corpo (tanto físico quanto simbólico), desenvolvem-se nele territorialidades. Essas territorialidades são as diferentes relações entre os atores que acontecem em uma escala multidimensional. Envolvem relações de organização, de produção, de pertencimento e convivência com o meio ambiente, de cultura e acúmulo histórico de conhecimento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os três elementos dispostos no Quadro 1 dizem respeito ao território ser construído de forma histórica e relacional (I), composto por atores sociais que se encontram, organizam, produzem e se reproduzem socialmente (II) gerando territorialidades (relações) que se manifestam de forma multidimensional (III). Esses elementos podem ser observados e dão base para compreender a forma como as pessoas se organizam socialmente no espaço. Essa abordagem de estudo é conhecida como Abordagem Territorial (SAQUET, 2014). Segundo Moraes (2018), essa abordagem permite compreender como se dá o controle do território, as estratégias utilizadas pelos atores sociais e as relações que surgem ao longo do tempo.

Alguns trabalhos destacam aspectos metodológicos da abordagem territorial. Rambo e Filipi (2012) destacaram que o desenvolvimento do território remete às relações de poder que lhe dão corpo. Segundo esses autores, essas relações dão usos ao território e devem ser melhor observadas metodologicamente. Essas concepções remetem a Cox (1998), que destacava, além das relações de poder em si, o fato delas acontecerem de forma multiescalar e multidimensional. Mais recentemente, dois trabalhos de Saquet (2014; 2018) discutiram a

abordagem territorial, no primeiro o autor destaca o aspecto relacional e acrescenta o caráter histórico, deixando claro que o território se forma de modo não linear, por meio das relações que se constroem nos diferentes momentos históricos dos indivíduos. Já no segundo trabalho, o autor acrescenta as questões de conflitos e heterogeneidade que também compõem o território e devem ser considerados do ponto de vista metodológico.

Dentre todas as questões mais abrangentes, a perspectiva relacional é a que mais se destaca. É preciso compreender as relações que se formam nos territórios. Nesse sentido, Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014) pontuam algumas questões que devem ser observadas nos estudos que utilizam a abordagem territorial. Segundo os autores, esses pontos são indicativos que devem estar presentes nas análises territoriais, principalmente quando se pensa em estratégias de desenvolvimento territorial: Quais os atores que estão envolvidos e em que? Quais são as estratégias utilizadas? Qual o nível de intervenção dos diferentes atores? Quais os atores e os recursos mais importantes? Como se configura/organiza os espaços de atuação dos atores? Esses pontos compreendem tanto como se organiza como também como se relacionam os atores no território.

Outra importante característica é a multidimensionalidade das relações. Fuini (2014) propõe elementos metodológicos multidimensionais, que consideram os atores e as relações. Na dimensão política, o autor se refere às regras de controle do território e como os diferentes atores que se envolvem planejam e se organizam de forma a viabilizar estruturas, regular ações, repassar recursos e renda para a poluição, etc. Na dimensão econômica, o autor inclui o conjunto das atividades produtivas que fazem parte do dia-a-dia do território e dos atores que nele vivem, diz respeito à infraestrutura, aos fluxos de trabalho e comercialização, etc. Na dimensão cultural, são incluídas uma série de manifestações culturais que são (re)criadas nas territorialidades desenvolvidas historicamente e fazem parte do cotidiano dos atores. E na dimensão ambiental, o autor se refere ao recorte físico que será analisado, como são utilizados os recursos naturais e quais são os impactos das diferentes ações e circulações rotineiras.

Portanto, compreende-se o território como uma soma de relações humanas em um espaço geográfico, essas relações constituem-se como territorialidades e estão presentes nas diversas dimensões do território. Também é possível afirmar que um território possui uma série de valores para aqueles que o territorializam, sejam mais funcionais ou simbólico-afetivos, porém, o que se destaca é que esses tipos de territórios não se manifestam de forma pura, e uma série de fatores influenciam isso, como a poder do estado, do capital, das relações individuais e coletivas do agentes que territorializam o espaço, etc. Nesse

sentido, e considerando o foco da pesquisa, a próxima seção irá discutir o território camponês e as territorialidades que surgem nesse tipo de território.

2.2 Território Camponês: as territorialidades manifestadas na agricultura

Compreender um território e suas territorialidades é bastante complexo, e diversos autores ressaltam essa característica sobre o tema. No capítulo 2, item 2.1, foram apontados alguns aspectos dessa abordagem, ao retomarmos a concepção de Haesbaert (1995, 1997, 2004, 2007a) e Saquet (2015), onde território pode ser analisado pelas relações dos atores sociais em dimensões política, econômica, ambiental e sociocultural, tem-se, assim, um arcabouço teórico que permite uma imersão para compreender a soma das territorialidades que constituem um território a partir dessas dimensões.

Contudo, deve-se considerar que os diferentes grupos sociais possuem expressivas particularidades que por vezes são generalizadas. Isso já era constatado em Almeida (1989), ao concluir que a diversidade territorial envolvia as "terras de preto", "terras de santo" ou "terras de índio", assim como também é destacado por Diegues *et al.* (2000) ao afirmarem que existem diferentes formas de territorialização em comunidades de açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praicrios, sertanejos e varjeiros. Mais recentemente, Svampa (2016) e Haesbaert (2020) também versaram sobre comunidades com formas de territorialização bastante específicas.

A generalização referida acima está no fato de que tende-se a acomodar essas populações em um único grupo, chamado costumeiramente de povos tradicionais, mas Vianna (1996) constatou que esse enorme grupo de variados tipos de territórios e com específicas territorialidades são agrupados como "populações", "comunidades", "povos", "sociedades", "culturas", comumente seguidas de adjetivos como "tradicionais", "autóctones", "rurais", "locais", "residentes", etc.

Esses povos possuem territorialidades específicas que refletem seu modo de vida. Por consequência de suas práticas territorialmente diferenciadas e modos de vida característicos, existem grupos que colaboram para compreensão de novos tipos de território (HAESBAERT, 2020), nesse conjunto de povos, por vezes generalizado, encontram-se os camponeses.

O território do camponês é descrito por Fernandes (2012) como o território de vida do camponês, é onde ele constrói sua existência. O autor ainda salienta que quando se compreende que as relações no espaço são pautadas em trabalho familiar, associativo,

comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental, o espaço se transforma em território camponês.

As relações históricas do agricultor familiar estão atreladas ao território camponês, sua origem parte da reprodução das territorialidades camponesas, entretanto, incorpora novos meios produtivos para atividade agrícola. A agricultura familiar advém da agricultura camponesa, onde a produção é realizada pela família, envolvendo produção, patrimônio, trabalho e consumo no meio familiar (LAMARCHE, 1998; WANDERLEY, 2003).

Os agricultores familiares são por vezes percebidos como integrantes das principais culturas agropecuárias tanto do Brasil, quanto dos grandes complexos agroindustriais e cadeias produtivas globais. Neste caso, eles são incluídos na categoria do agronegócio, junto com empresas gigantes, empresários e grandes propriedades do setor agrícola (WANDERLEY, 2015).

Fabrini (2011) afirma ser possível verificar um conflito entre a territorialização nas relações capitalistas no campo, expressa na agricultura capitalista, e a territorialização camponesa vista na agricultura familiar. A territorialização no agronegócio é pautada nas relações trabalho-salário, nas padronizações e estruturas rígidas de controle e produtividade, buscando uma “modernização” constante (PLOEG, 2020).

O capital penetra na agricultura por meio de uma estrutura de modernização, vistos, principalmente, em recursos tecnológicos e financeiros, causando uma ruptura nas territorialidades da agricultura camponesa. Um efeito dessa estrutura é que a agricultura é dividida em duas direções opostas: uma mais empresarial (territorialidades alinhadas com as necessidades e a lógica do capital), e outra mais camponesa (territorialidades que resistem à subordinação ao capital) (BERNSTEIN *et al.*, 2018). Essa percepção vai ao encontro da ideia de território funcional ou simbólico, descritos por Haesbaert (2007a), e a concepção de território *político-econômico* ou *simbólico-afetivo*, vistas em Boligian e Almeida (2003), ambas discutidas no capítulo 2, item 2.1.

A primeira dessas direções encontra forte embasamento em Kautsky (1998) e em Lênin (1982), que abordaram a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura na Alemanha e na Rússia, respectivamente. Ambos concluíram que a proletarização do campesinato era algo não somente inevitável, mas também imprescindível para o desenvolvimento pleno das forças produtivas. Enquanto Kautsky (1998), utilizando da doutrina marxista, afirmava que a penetração do modo capitalista de produção provocava a concentração da riqueza, absorvendo as pequenas propriedades. O autor considerava que a evolução social camponesa achava-se no limite, e no decorrer de sua obra, ao referenciar essa

população, o utilizava-se de adjetivos depreciativos: os camponeses eram bárbaros, ignorantes, desorganizados, instáveis, etc. Em suma, o autor ressalta a inferioridade intelectual dos camponeses como sendo um entrave à melhoria das técnicas de produção na agricultura. Já Lênin (1982) constatou um aburguesamento de uma parcela mais rica de camponeses e a proletarização da mais pobre como sendo a consequência da evolução das técnicas de produção, aderindo a maquinários e insumos artificiais na agricultura.

Já a segunda direção compreende o campesinato enquanto organização de unidade econômica (CHAYANOV, 1984), e como um modo de fazer agricultura (PLOEG, 2008). Para Chayanov (1984) os camponeses produzem mercadorias, mas não são capitalistas. O camponês obtém como resultado do seu trabalho de um ano a quantidade de produtos que vão formar a receita bruta de sua exploração. Dessa receita, desconta-se os custos da produção e o restante é distribuído ao trabalho familiar. O camponês não possui o fenômeno social chamado salário, desta forma, a lógica do lucro líquido financeiro e capitalista não pode ser aplicado na unidade produtiva camponesa. No modo de fazer agricultura camponesa, o seu trabalho visa a satisfação da família e não a obtenção de uma taxa média de lucro (ORIGUÉLA, 2020). A quantidade de trabalho é definida pela necessidade da família, e não pelo mercado (CHAYANOV, 1984).

Nesse sentido, fica evidenciado que a discussão acerca do território camponês e das territorialidades na agricultura podem seguir caminhos diferentes, um mais atrelado aos modernos complexos agroindustriais, outro mais pautado na agricultura camponesa. Ambos se tratam do território camponês, o que muda é a forma como este é territorializado e, logo, as territorialidades se diferem. A base teórica construída por Lênin (1982) e por Chayanov (1984) apresentam características de diferenciação entre ambas, enquanto o primeiro oferece uma classificação em ricos, médios e pobres, e na venda da força de trabalho o segundo se baseia no tamanho da família e na venda do fruto do trabalho. Uma outra base de análise para compreensão dessa diferença é a relação entre trabalho e terra/natureza.

Entende-se a terra como um recurso tanto material quanto simbólico que resguarda os conhecimentos, as redes, a força de trabalho, o gado, as colheitas e alimentos, etc. (PLOEG, 2020). A diferença principal reside no fato da agricultura camponesa trabalhar com a terra, numa relação pautada na coexistência, o camponês constrói seu trabalho sobre os recursos internos (a terra), sendo assim, ele produz para o mercado, mas não depende dele (BERNSTEIN *et al.*, 2018). Já nas práticas de agricultura capitalistas (agronegócio) o pilar terra perde o sentido simbólico que antes lhe era essencial para condição de coexistência com

o camponês. Aqui a terra se relaciona com o trabalho num sentido de meio para acumulação de renda (capital) (FABRINI, 2011).

Essa característica de meio para um fim faz com que a agricultura camponesa se torne subordinada à indústria. Nesse sentido, os camponeses se relacionam com o mercado agrícola capitalista, mas permanecem na pobreza visto se tratar de uma relação de subordinação (ORIGUÉLA, 2020). Dessa forma, a terra que antes se relacionava com o trabalho de forma coexistencial, agora se torna sujeita a mesma subordinação aos processos modernos.

Essa modernização é vista na mecanização e quimificação dos processos e a consequente legitimação material e ideológica da agricultura corporativa, propagando uma produção homogênea, exploradora das fontes (natureza), intensificando sistemas agrícolas que degradam a natureza e suplantaram conhecimentos populares e tradicionais dos povos camponeses (NARDOQUE, 2017; SILVA; GONÇALVES, 2018), e se sustentam na “venda” da ideia do desenvolvimento.

Como salientado por Silva (1981, p. 44):

Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos; e se houver ameaças de inundação, estão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital.

Desde o início do século XXI, o tema do desenvolvimento ocupa espaços nas agendas de pesquisas, pautas de debates internacionais e políticas mundiais. Vários são os motivos -e as raízes desses motivos - desse interesse pelo tema. A princípio, vale destacar que o interesse nessa pauta eleva sua voz a partir dos impactos que as práticas industriais causaram no meio ambiente, e deve-se entender meio ambiente não somente enquanto natureza selvagem, mas sim como qualquer espaço de interação humana e/ou selvagem. Esses efeitos são resultado de eventos econômicos, sociais e políticos de grande alcance, que ocorreram (e ainda ocorrem) no último quarto do século XX. Ocorre que a partir do final da década de 1990, surgem reações, críticas, contestações e reflexões às promessas não cumpridas pelo neoliberalismo (STIGLITZ, 2002; HARVEY, 2005; DUPAS, 2006; CHANG, 2009). No meio rural, essa contestação persiste. Ao analisar o processo de modernização na agricultura brasileira, Pesseti (2021) conclui que existe subordinação da agricultura às práticas capitalistas, gerando êxodo rural e pobreza extrema no campo, fora a perda total ou parcial do controle/contato/relação com a terra.

O tema da subordinação humana ao capital foi abordado por Karl Polanyi em sua obra *A Grande Revolução*, originalmente publicada em 1944. Polanyi (2000), considerava que este

sistema seria justamente o causador da alienação dos seres humanos, da sua subordinação a uma racionalidade totalmente individualista, da instituição de valores sociais mercantis (como o consumismo) e da objetificação das relações humanas. Essa lógica aplicada ao território camponês reside na imposição do modo de se organizar, de produzir e de se relacionar no campo. As formas integrações desse sistema dependem das diversas relações sociais, se apropriando disso separando as interações em consumidores (demanda) e produtores (oferta). Logo, "trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados como se tivessem sido produzidos para a venda. Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidas [...] E, no entanto, nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta." (POLLANY, 2000, p. 94).

Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 2000, p. 94).

Em suma, esse sistema de produção seria causador de instabilidades (gerando pobreza e miséria), seria causador de desastres ambientais e, além disso, a interação social via livre mercado causaria a própria degeneração moral e crise sociocultural da humanidade. Segundo Polanyi (2000), uma sociedade que está regulada pela economia de mercado, não apenas nos bens e serviços, mas também pessoas (enquanto força de trabalho), além de converter seus meios de vida a mercadorias (objetificação das relações humanas), também os sujeitam a precificação. Assim, essas mercadorias fictícias alienam e podem ser compradas e vendidas a preços de mercado.

A discussão sobre a obra de Polanyi ajuda a compreender certas dinâmicas sociais que estão diretamente ligadas ao sistema mercantil, e no campo não é diferente. Logo, é pertinente afirmar que a discussão sobre o território camponês e as práticas de trabalho que nele ocorrem seguem caminhos distintos, e nesse sentido, seja na agricultura familiar camponesa ou capitalista, diferentes territorialidades são desenvolvidas. Origuéla (2020), afirma que as diferentes territorialidades que surgem dessa relação podem ser subordinadas ou autônomas.

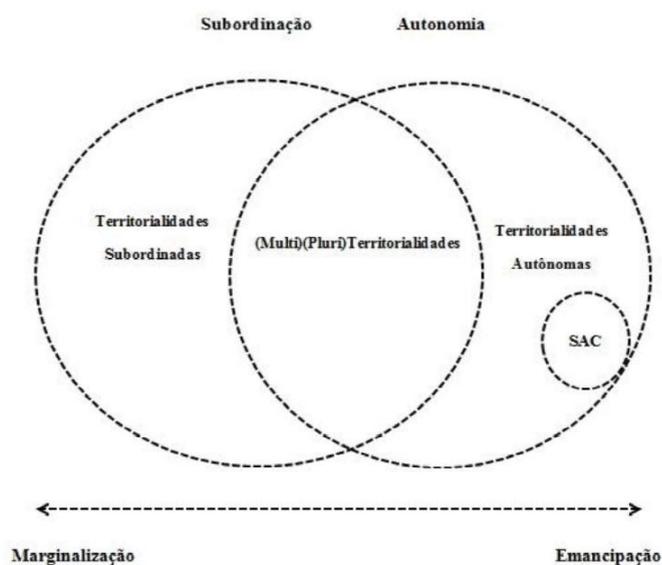
As territorialidades subordinadas são produzidas quando o camponês se afasta dos saberes populares, da cooperação camponesa, do interim familiar, da relação de coexistência com a terra, e se aproxima dos mercados globais de produção agrícola, da venda da sua força

de trabalho se tornando um camponês altamente dependente do capital industrial, comercial e financeiro, além de se tornar o elo das cadeias do mercado que primeiro - e mais - sentem os efeitos negativos, quando ocorrem crises e instabilidades (ORIGUÉLA, 2020).

As relações da agricultura capitalista, expressa no agronegócio, são as que melhor ilustram as territorialidades subordinadas. Nelas, o desenvolvimento no campo brasileiro é controlado por grandes corporações, a lógica de funcionamento deste modelo é baseada principalmente na modernização tecnológica e na concentração de terra, prezando pelo acúmulo de poder e de renda, o camponês se vê submetido a lógica vigente (FERNANDES, 2008; DOURADO, 2021).

A figura 1 nos permite observar que as relações construídas no âmbito do território camponês, de acordo com os específicos contexto, sujeitam as territorialidades camponesas em diferentes condições, seja a subordinação, a autonomia ou ambas.

Figura 1 - Tipologia de Territorialidades Camponesas



Sistema Agroalimentar Camponês (SAC)

Fonte: Origuéla (2019).

Por outro lado, as territorialidades autônomas se opõem à lógica capitalista, trata-se de uma resistência do modo de vida camponês, baseado nos saberes populares, na coexistência com a terra, na autonomia familiar, na cooperação, produzindo suas sementes e insumos de que necessita, vendendo o fruto de seu trabalho e inclusive se aproximando dos consumidores, visto que não adere à cadeias de distribuição complexas (ORIGUÉLA, 2020).

Essa resistência e busca por autonomia é abordada em Oliveira (2001), que discutiu o efeito da modernização capitalista no campo e como isso resultou no aumento da desigualdade, apesar do discurso de inovação oferecido aos agricultores, essa própria

contradição é também um dos motivos que levam o agricultor camponês a persistir em seu modo de vida e resistir à práticas capitalistas excludentes. Carvalho (2005) aborda o impacto do modelo econômico capitalista e seu domínio no campo que tem se mostrado socialmente excludente, predador do meio ambiente, concentrador de riquezas e propriedades, e ainda assim destaca a presença do campesinato e seu modo de produção e reprodução social em meio ao modelo capitalista de agricultura. Paulino e Almeida (2010) também como o modo capitalista e a lógica de lucro vão de encontro a lógica camponesa, ferindo seus meios de subsistência.

Porém, a capacidade de adaptação do camponês, de resistência às relações capitalistas, de lutas pelo acesso, posse e permanência da terra e a sua constante busca por autonomia, é o que resulta na permanência do próprio campesinato (OLIVEIRA, 2001; CARVALHO, 2005; PLOEG, 2009; PAULINO; ALMEIDA, 2010; FERNANDES, 2012). Ao atingirem a autonomia, os camponeses resgatam seu próprio modo de fazer agricultura (pautado na coexistência com a terra). Ploeg (2008) e Simula (2015) consideram autonomia como sendo a total ou parcial desvinculação das forças do capital no campo, mas também pode ser visto como tendo um poder relativo dentro das cadeias de mercadorias. Kay (2009) considera a autonomia como uma questão relativa e que pode variar de acordo com uma série de conjunções que estão no escopo dimensional do território (política, econômica, ambiental e sociocultural). Ou seja, a autonomia é assumida pelo camponês de diferentes formas, e variando de acordo com o contexto (GONZÁLEZ, 2010).

Dessa forma, o contexto de cada território pode resultar em diferentes territorialidades, e as análises feitas não devem apenas isolar o camponês como sendo mais ou menos camponês. É possível que ele se encontre em uma condição de subordinação, em uma condição de autonomia, ou mesmo em uma condição híbrida. É nesse sentido que Origuéla (2020) nos apresenta o conceito de (multi)(pluri)territorialidades camponesas, que diz respeito à “territorialidades construídas na medida em que os camponeses se relacionam com a natureza, com o mercado, com os consumidores, com a cidade, com o Estado etc.” (ORIGUÉLA, 2020 p. 188).

Diante do exposto até aqui, tem-se que o território camponês é constituído pelas relações sociais dos atores que o territorializam, e diferentes territorialidades surgem em diferentes contextos. A penetração de práticas capitalistas no campo tende a tornar o camponês subordinado à lógica capitalista, que preza pelo acúmulo de renda e se afasta das tradições, da produção familiar e da coexistência com a terra. Por outro lado, o próprio

campesinato vem se tornando a resistência à lógica capitalista de produção, a agricultura camponesa faz de sua forma de produzir seu próprio estilo de vida.

Contudo, não se deve tratar o tema com se fossem apenas dois extremos opostos por natureza, toda a construção de um território é resultado de uma série de relações cotidianas entre diversos atores sociais diferentes, nesse sentido, cabe às ciências sociais o papel de desenvolver melhor essa ideia e não tratar as territorialidades camponesas apenas como “preto e branco”. É seguindo essa lógica que vamos adentrar no conceito das (multi)(pluri)territorialidades camponesas, onde se faz necessário uma análise mais cuidadosa de diversos contextos que podem influenciar a vida do agricultor.

2.2.1 As (Multi)(Pluri)Territorialidades em Assentamentos Rurais

As territorialidades no território camponês podem ser subordinadas ou autônomas, no primeiro caso a perda do controle sobre a terra para o capital pode acarretar em uma crise de caráter socioambiental, que se traduz na perda controle local sobre a produção agrícola, na expropriação territorial de camponeses, no aumento do uso abusivo da natureza (pela quimificação da produção), o que também acarreta em impactos à saúde humana (FERNANDES, 2008; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Um outro aspecto que também colabora para diferenciar esses tipos de territorialidades está na apropriação do território. O espaço apropriado pelo capital se constitui em um território de negócio, de produção massiva de mercadorias e de exploração do trabalho. Em contraste, quando o processo de apropriação da terra é feito pelo trabalhador, o espaço se transforma em seu território de produção, de moradia e de construção da sua cultura (FERNANDES, 2012). “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido o território em disputa” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Essa disputa salientada pelos autores supracitados é também parte do processo histórico de territorialização dos camponeses, tendo relevância na apropriação e nas territorialidades camponesas. É principalmente a partir do século XIX que o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura instiga uma série de transformações socioeconômicas do campesinato, o que resulta em diferentes concepções teórico-metodológicas sobre seu desaparecimento ou permanência enquanto modo de

vida/produção. Essas discussões deram origem ao que é contemporaneamente denominado de Paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2008a).

O advento e fortalecimento do agronegócio no Brasil e as fortes discussões sobre modernização e desenvolvimento de forças produtivas nos anos 1970, impulsionaram uma urbanização nos espaços rurais (WANDERLEY, 2003), vistos não somente no aumento das cidades mas também nas tecnologias, por vezes invasivas ao meio ambiente, que "modernizaram" o trabalho no campo. Com o avanço desse debate e aplicações dessas práticas acreditava-se que o chamado PQA havia sido superado pelo processo de modernização baseado na mecanização. Dessa forma, nos anos 1980 acreditava-se que essa modernidade levaria a agricultura a uma integração com capitais industriais: os complexos agroindustriais (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Todo esse processo deixou marcas no campo brasileiro. Em primeiro lugar pela subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, o que se traduz em maquinário, e equipamentos (KAGEYAMA, 1996; SILVA, 1982), e mais recentemente em quimificação. Em segundo lugar, pela ocupação de fronteiras agrícolas para grandes empresas que se beneficiam de políticas públicas que fomentam e incentivam essa constante expansão (WANDERLEY, 2015).

Em suma, a busca pela modernização da agricultura acompanhada de tecnologia e formas de gestão consideradas inovadoras, a força do sistema capitalista de produção, que agravou as diferenças sociais, políticas públicas que se voltam para o agronegócio e favorecem grandes latifundiários, entre outros fatores, dão peso para compreensão de uma série de acontecimentos que acarretaram em conflitos de luta pela terra envolvendo pequenos agricultores.

Marcadas pela luta do agricultor familiar para se sustentar e ter terra para tanto, uma das consequências foi a criação de assentamentos rurais. Esses assentamentos são resultados materializados da luta de homens e mulheres pela terra e constituição de seu território (XAVIER *et al.*, 2017; RAMOS; BORGES, 2021), ou seja, no que tange o debate que origina o PQA, os assentamentos se mostram uma manifestação da imensa capacidade de resiliência do campesinato (BAIARDI; ALENCAR, 2014).

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (BERNSTEIN *et al.*, 2018), no Brasil, o MST é um marco na luta do campesinato, sendo capaz de gerar em torno de 400 mil novas unidades produtivas camponesas, em uma área que cobre o equivalente a toda área de produção agrícola da Suíça, Portugal, Bélgica, Dinamarca e Holanda juntos. Os assentamentos são uma conquista de camponeses, tomando a posse da terra do domínio dos latifundiários. Ou seja, é

o processo de territorialização dos sem-terra e desterritorialização dos proprietários latifundiários, como salientado por Fernandes (2005). Em suma, o contexto histórico e a luta pela posse da terra fazem parte do processo de territorialização em assentamentos, processo esse que, apesar de assumir diferentes formas, o que se tem em comum é luta constante pela posse da terra, e a retomada da relação de coexistência entre trabalho camponês e terra/natureza (FABRINI, 2011).

Pelo processo de territorialização surgem as territorialidades, nos assentamentos rurais o campesinato é marcante e a resistência ao capital são pontos destacados em diversos trabalhos (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009; OLIVEIRA, 2015; XAVIER *et al.*, 2017; PAULINO; MOREIRA; ALMEIDA, 2018; FABRINI, 2019; CAMPOS; SILVA, 2020; MOREIRA-GONÇALVES, 2020; ALMEIDA; JUNIOR, 2021; AZAR; BORGES DA SILVA; GOMES DA SILVA, 2021; COCA; VINHA; JUNIOR, 2021; DOURADO, 2021; RAMOS; BORGES, 2021), nesse sentido, as territorialidades em assentamentos rurais são marcadas pela busca da autonomia.

Vale destacar que as territorialidades nem sempre são totalmente autônomas (ORIGUÉLA, 2020). Contudo, a resistência de camponeses assentados representa a negação do modelo de desenvolvimento do agronegócio e da subordinação ao mesmo, à medida que reproduz seu modo de viver, de produzir, sua busca pela autonomia se expressa em suas territorialidades (GUDYNAS, 2011; CECENÑA, 2012; QUIJANO, 2012).

Como destacado em Haesbaert (1995, 1997, 2004) e Saquet (2015), as territorialidades se manifestam em um território de forma multidimensional - política, econômica, ambiental e sociocultural - e essas dimensões possuem relações entre si e se completam para a constituição de um território. O quadro 2 apresenta as territorialidades encontradas em assentamentos de acordo com as dimensões citadas.

O trabalho de Moreira-Gonçalves (2020) aborda os assentamentos de Rosana, no estado de São Paulo (SP), e descreve uma série de características que permite compreender o território camponeses nos assentamentos. O autor destaca culinária, mitos, lendas, provérbios, cantigas, hortas, vestimentas, etc. Ainda, destaca uma característica a ser preservada que é a autonomia e a participação da comunidade nas decisões que envolvem o grupo. Em Oliveira (2015) tem-se um aprofundamento na relação entre camponês e terra, autor destaca que a relação do agricultor com a terra se dá em um contexto histórico, de apropriação e coexistência, além disso, destaca-se a mão-de-obra familiar, e o cooperativismo entre os assentados.

Além das citadas anteriormente, autonomia da família e produção para autoconsumo foi uma outra característica discutida no trabalho de Ramos e Borges (2021). Contudo, as autoras também relataram que os assentamentos comercializam seus produtos e buscam "negócios" com empresas que melhor satisfazem suas necessidades, e concluem que dessa forma os camponeses vêem que a maior parte do poder exercido nas transações está com as empresas, sendo assim, a comercialização colabora com a manutenção dos camponeses em suas unidades, mas faz com permaneçam sujeitos à lógica mercadológica.

Quadro 2 - Territorialidades em Assentamentos Rurais.

Dimensões	Territorialidades	Referências
<i>Política</i>	Autonomia familiar; Associações; Cooperativas entre assentados; Tomada de decisões democráticas; Contratos com empresas.	Almeida e Junior (2021); Fabrini (2019); Maia e Gomes (2020); Oliveira (2015); Paulino, Moreira e Almeida (2018); Ramos e Borges (2021).
<i>Econômica</i>	Produção diversificada; Produção para autossustento; Comercialização segundo lógica mercadológica; Comercialização em feiras livres e de forma autônoma; Dependência de insumos do mercado; Insumos vindos da própria terra.	Almeida e Junior (2020); Fabrini (2019); Maia e Gomes (2020); Coca, Vinha e Junior (2021); Oliveira (2015); Paulino, Moreira e Almeida (2018); Ramos e Borges (2021).
<i>Ambiental</i>	Sem utilização de agrotóxicos e/ou agentes químicos; Agroecologia; Utilização de tecnologias.	Dourado (2020); Maia e Gomes (2020); Oliveira (2015); Paulino, Moreira e Almeida (2018); Coca, Vinha e Junior (2021).
<i>Sociocultural</i>	Ritos; Prosas; Contos; Festas; Religiões; Costumes; Tradições; Vestimenta típica; Conhecimentos oriundo de tradições; Sentimento de pertencimento com a terra.	Campos e Silva (2020); Maia e Gomes (2020); Moreira-Golçalves (2020); Oliveira (2015); Xavier <i>et al.</i> (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Fabrini (2019) também aborda esse assunto, ao analisar a resistência camponesa no sul de Mato Grosso do Sul, o autor identifica que os camponesas que possuem acesso à terra e são incluídos, contudo, subordinados ao sistema produtivo capitalista (vínculos com empresas do agronegócio). Por outro lado, o autor também aponta que os camponeses encontram formas de resistir a esse sistema de subordinação, criando associações e cooperativas entre os camponeses, frisando a democracia e a autonomia.

Isso apenas evidencia o que foi destacado no capítulo 2, item 2.2: a condição de autonomia também pode ser uma busca dos camponeses, que se encontram em situações híbridas, possuindo tanto territorialidades autônomas como também subordinadas. Deve-se

destacar ainda, que a comercialização em si não é necessariamente uma prática de subordinação, porém, ao utilizar de contratos com empresas, que demandam e exercem poder sob o camponês, a relação se torna de subordinação, contudo, como abordado em Xavier *et al.* (2017) e Maia e Gomes (2020), os camponeses comercializam seus produtos nas feiras locais, e em pontos específicos nos próprios assentamentos, o que permite aproximar o produtor de quem está recebendo seu produto, o mesmo não ocorre em contratos com empresas.

Outros pontos que devem ser destacados são as tradições e manifestações populares, que são a própria manifestação da história e das relações que constituíram o assentamento. São relatos festas típicas, que comemoram as tradições locais (ALMEIDA, 2012; CUYATE; 2015; OLIVEIRA, 2015; XAVIER *et al.*, 2017; MAIA; GOMES, 2020), costumes e rotinas que valorizam o estilo de vida do camponês (MOREIRA-GOLÇALVES, 2020), a religiosidade (CAMPOS; SILVA, 2020), entre outras características que nada mais são do que formas de valorização das relações sociais dos atores que territorializam o espaço, também é possível identificar um acúmulo e compartilhamento de saberes sobre a terra, que são vistos desde as produções (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009; RAMOS, BORGES, 2021) ou no conhecimento dos períodos de chuva e a adaptação para tal (OLIVEIRA, 2015), além de trilhas, culinária, artesanato, vivências caipiras, etc. (MAIA; GOMES, 2020).

Todas essas manifestações territoriais camponesas existem juntamente com o próprio estilo de vida do camponês. Seu modo de vida e a luta por emancipação andam lado a lado com a produção agrícola, o que ocorre nesse sentido é que o modo produtivo capitalista exerce uma pressão e busca uma autoridade sob o camponês, impondo seus contratos, dividindo suas operações, afastando os agentes (desde produtores até consumidores) e os escondendo atrás de contratos e outras relações de poder.

Essa linha de pensamento é vista em Azar, Borges da Silva e Gomes da Silva (2021), Almeida e Junior (2021) e Paulino, Moreira e Almeida (2018). Os primeiros não deixam de apontar que o método de produção no agronegócio se vale de discursos sobre sustentabilidade e modernidade, o que ganhou a opinião pública brasileira, contudo, se mostra contraditório quando visto o cotidiano no campo, com prática de grilagem, violência, desmatamento e o constante aumento do uso de agrotóxicos (AZAR; BORGESS DA SILVA; GOMES DA SILVA, 2021). Almeida e Junior (2021) falam sobre a pressão exercida pelo agronegócio, que gerou não somente conflitos mas também dois modos distintos de apropriação da terra: o capitalista, que foca em maximização de lucro e utilização desenfreada da terra; e o campesinato, onde a terra é utilizada de modo heterogêneo cultivando vários produtos no

mesmo território. Essas formas opostas de territorialização no campo já foram discutidas anteriormente. Os autores concluem que os assentamentos resistem à essa exceção de poder do capital, utilizando estratégias não somente de diretas (lutas), mas ao permanecer nos territórios, se adaptarem e adaptar suas formas de produzir, mantendo uma coexistência com a terra, os camponeses também estão resistindo.

Paulino, Moreira e Almeida (2018) discutem como a agricultura é uma atividade que depende da natureza e que com o passar dos anos um movimento contrário ao respeito dos limites naturais vem se instaurando, tecnologias vem atuando no sentido de minimizar os ciclos naturais e potencializar os volumes de colheita. Essa lógica fundamentalmente mercadológica (ideia de "tempo é dinheiro") instaura um ciclo de dependência das tecnologias e dos recursos monetários, nesse sentido, muda-se a lógica da agricultura depender da natureza; agora a agricultura depende das tecnologias que se sobrepõem aos ciclos naturais. Novamente, é debatido a autoridade e pressão exercida pelo mercado agroindustrial, que cria uma rede onde agricultores dependem de oligopólios que monopolizam a produção, desenvolvendo um circuito produtivo marcado pela liberdade de ações de grandes corporações e a redução de oportunidades de pequenos agricultores. Para romper com essas barreiras impostas pela lógica capitalista de produção, pequenos agricultores assentados utilizam a agroecologia.

A agroecologia é um modelo contra-hegemônico de produção agrícola, que se baseia na diversificação de alimentos, abolindo ao uso insumos de síntese química, de agrotóxicos e de transgênicos, é orientada para o resgate dos conhecimentos tradicionais, da sintonia nos ecossistemas do território (LEFF, 2002; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). A agroecologia é , portanto, ao mesmo tempo, uma ciência, uma prática e um movimento social (WEZEL *et al.*, 2009) “[...] muito mais do que uma forma de produzir, a agroecologia é uma forma de ser, de compreender o mundo, de habitá-lo, de senti-lo” (GIRALDO; ROSSET, 2016, p. 30).

A agroecologia pode ser abordada em uma dimensão política e econômica, e passa a ser entendida como uma maneira de resistência concreta às contradições geradas pelo padrão capitalista de desenvolvimento no campo, colocando-se como uma ferramenta de transformação social (LEFF, 2002; GUZMÁN; MOLINA, 2013; VIA CAMPESINA, 2015; ROSSET; ALTIERI, 2018), ou seja, ela é também uma territorialidade presente em assentamentos rurais. Desse modo, “os movimentos sociais defendem a agroecologia como a única opção viável, para transformar radicalmente o sistema agroalimentar hegemônico” (GIRALDO; ROSSET, 2016, p. 15).

Segundo Novaes *et al.* (2015, p. 216):

A agroecologia é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional [...] A agroecologia dos movimentos sociais nos ajuda a pensar a reforma agrária, as formas alternativas de produção, comercialização e educação para além do capital no século XXI.

Nesse sentido, a agroecologia é não somente uma forma de produção que se prende essencialmente às relações de produção camponesas, mas também se trata da manifestação física e simbólica da luta dos camponeses assentados por sua autonomia, da resistência dos mesmos ao capital. A agroecologia então se constitui em territorialidade de resistência do campesinato para manter seu estilo de vida, os camponeses encontram formas de produção e comercialização que aproximam não somente o produtor do consumidor, mas os próprios camponeses.

Em assentamentos, Paulino, Moreira e Almeida (2018) destacam a produção agroecologia em Londrina (PR) e Três Lagoas (MS), e como esse movimento tem ajudado os camponeses assentados a construir princípios de reciprocidade, que vai muito além da lógica mercantil de troca, servindo como fundamento para fidelização voluntária. Além disso, os camponeses criam práticas de comercialização direta com o consumidor, construindo autônias, que se expandem inclusive para o consumidor, que passam a ter alimentos livres de qualquer veneno e/ou tipos de química.

Além disso, camponesas que utilizam da agroecologia se aproximam das territorialidades autônomas, que resistem à submissão ao capital e à lógica mercantil. A agroecologia pode ser considerada como uma forma de produção e de resistência. As conclusões do trabalho de Coca, Vinha e Junior (2021) permitem essa conclusão, ao analisarem ações que vem se desenvolvendo em assentamentos do estado de Minas Gerais os autores destacam que a agroecologia surge como uma ressignificação da luta do campesinato para reproduzir seu modo de vida, logo, as práticas e estratégias de produção na agricultura tendem a valorizar a autonomia e ajudam a manter o equilíbrio e bem-estar ecológico. Ainda, Dourado (2021) destaca que as famílias assentadas que utilizam agroecologia também participam de práticas comunitárias, não arrendam suas terras e tendem a não fazer dívidas, a autonomia do trabalho também é destacada pelo autor, além de bons hábitos alimentares, que também acompanham as práticas agroecológicas.

Tendo em vista o que foi debatido até aqui, tem-se que assentamentos rurais são territórios camponeses com diversas territorialidades, algumas se mostram submissas ao

capital e ao mercado, outras se mostram autônomas, valorizando o estilo de vida do campesinato. Entretanto, a própria criação de assentamento é fruto da resistência à força exercida pela agricultura capitalista, que visa um aumento considerável de espaço para produção e renda monetária, e pouco se mostra preocupado com o pequeno produtor, que se vê sem terra para sustento. Grande parte das territorialidades camponesas em assentamentos apenas reforçam essa resistência, seja na autonomia, no cooperativismo, na solidariedade, nas decisões democráticas, na diversificação da produção, a recusa em utilizar agrotóxicos nos processos produtivos, além das festas tradicionais, nos ritos, nas histórias, entre tantas outras manifestações territoriais que afirmam o estilo de vida do campesinato, que vai de encontro às práticas da agricultura capitalista. Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como a mais impactante estratégia utilizada por pequenos produtores, que encontram sustento e permanecem resistindo aos processos mecanizados. A agroecologia se mostra uma territorialidade que se manifesta em diversas dimensões do território e se estabelece como principal forma da unidade de terra permanecer produzindo sem se tornar submissa aos contratos e a autoridade mercadológica de grandes empresas.

A soma de todas essas territorialidades apenas confirmam que o território camponesa em assentamentos é marcado pela resistência e pela luta de pessoas por manter seu estilo de vida. A autonomia que tanto é prezada e a riqueza histórica desses territórios permitem que os camponeses utilizem de outras atividades que possam apenas reforçar essas manifestações territoriais. Os trabalhos de Xavier *et al.* (2017), Barros e Rodrigues (2019) Campos e Silva (2020), Maia e Gomes (2020) e Moreira-Golçalves (2020), discutem o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma forma de renda e de valorização do território em assentamentos. Seus resultados permitem compreender como essa prática de turismo pode não somente manter as características locais, como valorizá-las e colaborar ainda mais na busca pela autonomia camponesa. O TBC será melhor discutido a seguir.

2.3 Turismo de Base Comunitária

O turismo é uma atividade com potencial para melhoria na qualidade de vida ao dar visibilidade para uma comunidade, gerar empregos, melhorar a relação com o meio ambiente, etc. O que se espera é que o turismo atue para desenvolver uma comunidade, ao ofertar atividades e serviços turísticos com qualidade, considerando uma interação que sirva para unificar povos e culturas e que sua gestão preze pelo desenvolvimento local (CORIOLANO, 2012). Porém, o desenvolvimento do turismo brasileiro aconteceu de uma

forma tão acelerada que tal processo gerou problemas graves como geração de resíduos e ausência de saneamento, além disso, também suscitou questões socioculturais que necessitam de maior compreensão nos locais onde a atividade se instalou (CARVALHO, 2010; BAZZANELLA, 2013).

Tornou-se comum encontrar destinos turísticos que atravessaram grandes processos de transformação na identidade do território onde a atividade foi introduzida. A dinâmica desse turismo avassalador nem sempre anda de mãos dadas com o bem-estar da população ou com a economia local. Outro claro efeito desse tipo de turismo, que se instala e gera mudanças nem sempre são positivas, é a degradação dos próprios atrativos, o que compromete a sustentabilidade da atividade (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Trata-se, portanto, de um turismo predatório e massificado. Escobar (2005) estabelece muito bem a lógica por trás desse modelo turístico: trata-se de um viés eurocêntrico, que se caracteriza por ter o lucro como seu principal objetivo, o que acaba por contribuir com a predação de aspectos culturais e ambientais, além de se aproveitar do conhecimento local.

Esse aproveitamento do conhecimento se manifesta em usufruir dos saberes locais, visto em moradores que conhecem seu território de vida, e lucrar com isso sem que esses mesmos atores se beneficiem diretamente. Tal aspecto é destacado por Freire (1967) ao ressaltar que o desenvolvimento turístico em alguns locais tende a distanciar os indivíduos da capacidade de decidir e de questionar esses modelos, que são construídos de forma exógena e acabam por contribuir com a perda da identidade local.

Algumas abordagens de investigação do turismo apresentam esse tipo de questionamento. Em resposta tem-se o contexto onde o turismo é sugerido com uma “roupagem” pautada no “eco”, o que o aproxima do ambientalmente correto e valorizador das paisagens naturais, seja no ecoturismo, turismo rural ou turismo social, entre outros, os quais sugerem diretrizes que buscam promover critérios de sustentabilidade no desenvolvimento da atividade. Um olhar atento deve ser dado aos modernos tipos de turismo, especialmente no que diz respeito a oportunismos ligados à padronizar esses modelos e continuar em uma busca por maximização de lucros (ZAOUAL, 2009).

Ocorre que em muitos casos, esse caráter sustentável dado ao turismo moderno contribui, de fato, com o objetivo de preservar o meio ambiente, que é característico desses modelos, e toda a divulgação é feita em cima desse objetivo. Contudo, emerge-se uma nova corrente de turistas responsáveis, que se preocupam não apenas com as paisagens naturais do espaço, mas com a construção social do território onde o turismo acontece. Nesse sentido, integram em suas demandas não apenas o discurso do “eco” e da preservação ambiental, mas

a promoção do desenvolvimento local, da valorização cultural, da participação dos atores sociais, em suma, da emancipação da comunidade por meio do turismo, o que resulta em melhor qualidade de vida, gerando oportunidades para a população local (IRVING; AZEVEDO, 2002; SAMPAIO *et al.*, 2005; BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; MALDONADO, 2009; FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

Dessa forma, o turismo de base comunitária (TBC) surge como uma alternativa ao modelo de turismo predatório e excludente vigente em diversos locais, e que geram grande insatisfação da comunidade de modo geral (BARROS; RODRIGUES, 2019). No TBC a comunidade assume a gestão do turismo, o que resulta em uma clara valorização de seu patrimônio social, cultural e ambiental, é considerado a importância do turismo como forma de enriquecimento, mas aderem um valor maior para a própria região, criando um laço entre o turismo e o desenvolvimento comunitário (SEBELE, 2010).

Os primórdios dessa atividade datam da década de 1980 na América Latina, onde constituiu-se o Turismo Rural Comunitário (TCR), tendo incentivos e fomento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) (MALDONADO, 2009; SILVA; MARTINS, 2012). Os países do Hemisfério Sul em continentes como África e Oceania, além do continente asiático e de diversos países latino-americanos como Brasil, Equador, México e Peru (LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011). Duas características se destacam nesse contexto, a primeira é que essa iniciativa ocorre por uma demanda que se configurava internacionalmente, a qual tinha como fundamento o fato da interação entre turista e comunidade local contribuem para uma melhor experiência turística de ambas as partes (MALDONADO, 2009; SILVA; MARTINS, 2012). A segunda característica tem norteado discussões recentes, que diz respeito à iniciativas do TBC ocorrem de maneiras não-uniformes, tendo em vista as diferentes características que cada comunidade apresenta (GRACIANO, 2019).

Alguns estudos destacam a diferença entre o Turismo Comunitário e o Turismo de Base Comunitária (TBC), apesar de serem tratados como sinônimos, possuem diferenças. O TC se apresenta com a mesma característica de mercantil, apesar da “roupagem” comunitária, já que mesmo sendo embasado pela equidade de trabalho, o TC é mais próximo do turismo convencional massificado principalmente por: (i) ser comercializado por agências e operadoras de turismo; (ii) afastar a população, que não é protagonista na gestão da atividade; e (iii) não distribuir para a comunidade a renda gerada pela atividade turística. Já o TBC se mostra uma proposta de desenvolvimento local sustentável, pautado na valorização dos

costumes e das crenças da população, ou seja, o protagonismo é da comunidade (ALVES, 2013; SILVA; MALTA; SÁ, 2016).

O TBC vem se destacando em debates acadêmicos no Brasil desde a década de 1990. Em uma definição consistente, tem-se que o TBC se trata de um modelo de desenvolvimento turístico centrado em recursos endógenos de uma determinada localidade, sendo esses as pessoas, as rotinas, a cultura, a natureza e a infraestrutura local, ou seja, é um turismo essencialmente protagonizado pela comunidade receptora, tanto na gestão quanto na oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013). Sansolo e Bursztyn (2009), consideram que o TBC é um modelo alternativo de gestão turística, que tem o objetivo de diversificar a economia dos sistemas produtivos locais e ser totalmente administrado pela comunidade, ou seja, é uma gestão de turismo autônoma e endógena. Maldonado (2009) acrescenta a sustentabilidade nessa autogestão dos recursos comunitários, ao enfatizar que as práticas de colaboração entre os agentes devem ser preservadas, bem como a equidade no trabalho e na distribuição dos resultados. Coriolano (2009) segue a mesma perspectiva ao definir o TBC como um arranjo produtivo local, onde a comunidade possui o manejo da terra e das atividades. Em suma, cabe dizer que todos os autores supracitados destacam a dimensão humana como o particular aspecto do TBC, incentivando e preservando diálogos, autonomia, e democracia.

Embora possua definições claras, autores como Blackstock (2005) já consideravam que o TBC necessita de literatura mais sólida, que se aproximem das características encontradas no em campo. Isso também foi abordado recentemente por Fabrino, Nascimento e Costa (2016) e também em Moraes *et al.* (2020), ao concluírem que o arcabouço teórico do TBC descreve muito bem a ideia que baseia o conceito, contudo precisa avançar em considerar as diferentes características encontradas nas comunidades.

Por fazer parte do fenômeno turístico, o TBC apresenta múltiplos conceitos que sustentam suas definições, o que por vezes acarreta em dificuldades epistemológicas, que dificultam o avanço da ciência nesse campo. Existem esforços que buscam normatizar, estruturar, classificar e orientar os agentes que fazem parte dessa atividade, porém, em última instância o TBC se trata de uma atividade não-uniforme tendo em vista, principalmente seu caráter endógeno. Porém, uma outra questão que dificulta o avanço de pesquisas no campo é o aprisionamento de muitos pesquisadores, que ainda se apegam a um ótica positivista, resultando em trabalhos descritivos e que buscam, acima de tudo, encontrar caminhos para eficiência financeira na prática, o que pouco reflete o contexto humano e social. Uma análise da literatura do TBC é possível identificar algumas grandes dimensões que são muito frequentes em pesquisas sobre o tema. Essas dimensões refletem o aspecto humano e sua

relação com o meio em que vive bem como a atividade turística. Elas dizem respeito à (i) gestão comunitária, (ii) a valorização do patrimônio local e (iii) o produto turístico, que no TBC se trata da própria comunidade (BLACKSTOCK, 2005; OKAZAKI, 2008; IRVING, 2009; MALDONADO, 2009; SALES; SALLES, 2010; LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

A mais importante das dimensões do TBC é a que o estabelece como uma atividade a ser gerida pela comunidade. O envolvimento dos atores que constituem a comunidade é o elemento crucial para que o TBC se desenvolva por três razões principais: a comunidade é parte do produto turístico, elas podem se adaptar facilmente a mudanças, e o TBC contribui para uma ampliação nos horizontes (GRACIANO, 2019). Essa participação da comunidade abre a possibilidade para o estreitamento dos laços entre os atores sociais e os visitantes (LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011). Blackstock (2005) afirma que o TBC pretende transformar as comunidades em ativas e sustentáveis, pautadas em justiça social e respeito mútuo, dessa forma, pretende-se romper com as barreiras da participação popular e promover a emancipação coletiva e autonomia local. No entanto, Okazaki (2008) destacou um conflito nesse sentido, em que as ações para proporcionar a participação da comunidade são raras, pois esta participação depende de uma redistribuição de poder. Timothy (2007) defende que a participação da comunidade é estimulada pela redistribuição de poder, e que esse é um caminho - em um sentido muito parecido com o que Origuéla (2020) destacou sobre autonomia camponesa - para fugir da massificação do mercado.

O caráter não homogêneo que as comunidades apresentam é também um fator de relevância nessa dimensão, como salientado por Blackstock (2005), a tomada de decisão participativa não é imediatamente consequência do controle local na gestão do turismo, pois é muito comum que em comunidades existam disputas e falta de diálogo. Dois campos de possibilidades são apontados na teoria para que essa questão seja resolvida: a participação de atores exógenos, e a presença do diálogo com cooperativas autônomas organizadas por membros da comunidade. Okazaki (2008) defende a utilização de facilitadores, que são agentes de fora da comunidade como consultores, ONGs, representantes do governo, etc., para empenhar na construção de um diálogo e um relacionamento mais próximo na comunidade. Bursztyn e Bartholo (2012) destacam a falta de informação e de estratégias como causadores do fracasso em iniciativas de TBC, o que também fortalece a ideia de uma participação de membros de fora da comunidade. Por outro lado, Mayaka, Croy e Cox (2018)

versam sobre uma posição diferente, ao constatarem que existem poucas chances de participação da comunidade se a proposta for fundada por agentes exógenos.

Considerando que o protagonismo comunitário é o elemento de maior relevância nessa dimensão, a preservação da autonomia comunitária é crucial. Esse protagonismo da comunidade vai desde a elaboração até a execução do roteiro turístico, o TBC é uma organização sustentada pela autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, pautado nos princípios da cooperação, do associativismo, da equidade no trabalho e da divisão justa dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos (IRVING, 2009; MALDONADO, 2009). O TBC enxerga no protagonismo das comunidades locais o real desenvolvimento, além de ser uma oportunidade de inclusão social por meio da autogestão (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). Para Gómez *et al.* (2015), a governança do TBC considera igualmente valiosa as ideias e opiniões dos atores que fazem parte da gestão do turismo, isso envolve o dono da lanchonete, o gerente da pousada, o proprietário do pequeno comércio, etc. Todos os membros da comunidade têm voz ativa e promovem a comercialização do TBC em conjunto, bem como sua gestão. A autogestão tende a reduzir o poder das grandes agências de turismo, frisando e valorizando a comunidade local com o turismo, se configurando como um aspecto de extrema importância do TBC (TIMOTHY, 2002). O protagonismo com foco no desenvolvimento da comunidade só acontece quando o grupo social planeja, implementa e controla as atividades turísticas, e também quando atuam no controle dos impactos sociais e ambientais que a atividade causa, desse modo os atores sociais locais são beneficiados diretamente pelo turismo, e conseguem, através da autogestão, preservar e reafirmar as práticas culturais (IRVING *et al.*, 2005; SUASSUNA, 2007; IRVING, 2018; CORBARI; FERREIRA, 2019). No que diz respeito à autogestão, Oliveira, Diógenes e Almeida (2021) concluem que a experiência turística pautada na autogestão potencializa o desenvolvimento e garante a preservação dos modos de vida tradicionais.

Outra importante dimensão do TBC é a valorização do patrimônio local, que diz respeito principalmente ao patrimônio ambiental e ao histórico/cultural. Um fator que deve ser considerado na estratégia do TBC, além de incluir a gestão ativa da comunidade, é o de minimizar as ameaças que o turismo pode causar ao meio ambiente. Contudo, o que se tem é ir além da preservação ambiental, trata-se de perpassar o sentido simbólico que existe na relação homem/natureza nas práticas turísticas contribuindo para sua valorização enquanto parte da comunidade. Nesse sentido, não se deve tão somente incluir em seus atrativos fatores ambientais e culturais, mas utilizar o fenômeno turístico para (re)valorizá-lo (BURGOS; MERTENS, 2016).

Os resultados econômicos gerados pelo TBC não são os únicos - e nem mesmo o principal - benefícios, pois ele colabora com a valorização do modo de vida da população, o que é particularmente importante em povos tradicionais (indígenas, ribeirinhos, camponeses, etc.) por se tratar de um fenômeno moderno capaz de valorizar tradições centenárias, contribuindo para manter a identidade cultural da comunidade. O TBC emerge não apenas como mais um segmento no mercado, mas como um novo paradigma do turismo devido à valorização do patrimônio ambiental, do reconhecimento da autenticidade comunitária, da identidade cultural e os benefícios gerados para as populações receptoras (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Para Burgos e Mertens (2015), o TBC é também um aliado contra a pobreza, mas ele não pode ser associado apenas à geração de emprego e renda, e sim atender uma expectativa mais ampla de bem-estar social, de autonomia comunitária e valorização do patrimônio. Desta forma, a atividade turística no TBC possui um caráter integrativo com outros sistemas tais como educação, saúde e meio ambiente, sendo este elemento que o diferencia dos demais. Logo, o TBC se configura numa proposta de desenvolvimento territorial sustentável, pautado, entre outras coisas, na valorização do patrimônio local, sendo ele ambiental e histórico/cultural (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Além disso, o TBC se trata de uma atividade que tem poder de se vincular com diferentes outras, reforçando as características de cada. Assim, as comunidades buscam estratégias que podem proporcionar transformações socioeconômicas, utilizando o turismo para conciliar o crescimento econômico, a equidade social e a preservação dos patrimônios (SALES; SALLES, 2010; LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011). Os aspectos positivos vão muito além dos recursos financeiros (ainda que renda seja necessária), ao valorizar a cultura, os modos de vida da comunidade, as tradições locais e o meio ambiente, cria-se um ambiente que permite e incentiva o intercâmbio cultural de diferentes identidades (IRVING, 2009).

Martins, Déjardin e Silva (2013) colocam que o TBC contempla iniciativas ambientais, tecnológicos, históricos e sociais, e o núcleo de suas atividades está na visão da população local, que envolve religião, gastronomia, etnia, danças, artes manuais, visuais, musicais e cênicas, manifestações folclóricas, dentre outras expressões cívicas e políticas. Essa fala abre espaço para compreender um outro diferencial do TBC em relação ao turismo tradicional, trata-se do roteiro turístico e da relação entre o visitante e a comunidade.

As atividades tradicionais da população receptora são o principal atrativo para o turista no TBC, que alicerçam o seu desenvolvimento (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO,

2012). Autores versam sobre uma característica que marca essa dimensão do roteiro turístico no TBC, trata-se da convivencialidade, que consiste numa relação social de mútuo interesse entre os atores, é marcada pela autenticidade, pelas tradições simples, as rotinas, entre outros. Esse aspecto se caracteriza pela troca de experiências entre os turistas e a comunidade. Nessa troca, os turistas podem participar de vivências simples como fazer o jantar, participar das rotinas, das vivências, compartilhar os saberes, “saborear” a história do lugar vivendo ele (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009; SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; LOBATO, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2014; GÓMEZ *et al.*, 2015).

Nesse sentido, a base comunitária que norteia esse tipo de turismo está fortemente ligada aos costumes, as rotinas, os saberes e vivências da população receptora, o que os torna reais protagonistas também no roteiro turístico. Isso é exposto em Coriolano e Sampaio (2012), ao afirmarem que o TBC integra em seu escopo as rotinas da comunidade no roteiro turístico, além de fatores culturais e ambientais (enquanto patrimônio local). Mano, Mayer e Fratucci (2017) vão ao encontro dessa afirmação ao constatarem que os turistas entram em contato com a comunidade através do TBC, experimentando suas rotinas, se aproximando de seus saberes perpassados nas histórias e costumes. Nesse tipo de turismo, a participação nas rotinas da comunidade pode levar o turista a plantar, colher, pescar, cozinhar, tirar leite de vaca, criar esculturas artistas, entre tantas outras atividades que fazem parte do contexto histórico e cultural daquele local, que o torna uma comunidade (GÓMEZ *et al.*, 2015).

A partir do exposto até aqui, a sumarização dos conteúdos apresentados permite compreender três grandes dimensões que se manifestam no TBC, o Quadro 3 apresenta essas dimensões e as contextualiza.

Quadro 3 - As dimensões do Turismo de Base Comunitária.

Dimensões	Descrição
Gestão Comunitária	Toda a comunidade local tem papel ativo desde o planejamento, implementação e desenvolvimento do turismo, bem como é o pilar principal de sua gestão e deve considerar a capacidade do turismo de se integrar com as outras atividades econômicas.
Valorização do Patrimônio	Tratar o patrimônio local, que se constitui no ambiental e no histórico/cultural, não apenas como um item do escopo turístico, mas pensar na atividade como uma forma de valorização sem interferência.
Roteiro Turístico	A comunidade é o principal atrativo. O turista deve conhecer os costumes, os saberes, as vivências e rotinas do local, é importante que o turista sinta como é ser membro daquela comunidade, experimentando ela como um todo inclusive nos produtos gastronômicos e de recordações.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em estudos mais recentes, onde diferentes procedimentos de pesquisa são aplicados e diferentes comunidades são estudadas, a literatura avança em destacar campos práticos que são comumente encontrados no TBC em diferentes contextos. Essas características estão no escopo das dimensões abordadas anteriormente.

O protagonismo das comunidades é o principal tema nos estudos (CABANILLA, 2015; XAVIER *et al.*, 2017; BARROS; RODRIGUES, 2019; CAMPOS; SILVA, 2020; OLIVEIRA; DIOGENES; ALMEIDA, 2021), o que corrobora com Kibicho (2008), Okazaki (2008), Sansolo e Bursztyn (2009), Maldonado (2009) e Coriolano (2009), e confirmam que esse é o principal aspecto do TBC. As principais dificuldades encontradas no campo para implementar a atividade turística giram em torno de conflitos internos e falta de informação (KIM; PARK; PHANDANOUVONG, 2014; PALACIOS, 2016).

Kim, Park e Phandanouvong (2014) apontaram uma série de barreiras para implementação do TBC como a nível educacional, a condição de vida precária, falta de infraestrutura, pouco aporte financeiro, disparidades de poder e incapacidade de gestão. Já o estudo de Palacios (2016) constata o conflito interno entre os moradores como um empecilho, mesmo o TBC sendo uma oportunidade de desenvolvimento.

O planejamento e a governança local são indicados como formas de superar os desafios provenientes da falta de fomento financeiro, das relações desiguais de poder, além de contribuir para a organização da atividade junto aos atores locais, a profissionalização, melhorar o posicionamento da comunidade no turismo, mas principalmente manter a autonomia da comunidade, sem precisar sucumbir ao mercado (EGREJAS; BURSZTYN; BARTHOLO, 2013; GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013; VILLAVICENCIO; ZAMORA; PARDO, 2016).

O trabalho de Xavier *et al.* (2017) conclui que a participação e a gestão endógena da comunidade contribui para o desenvolvimento do TBC. Os autores propõem o diálogo entre os agentes como um meio para encontrar o melhor caminho na gestão do turismo. Barros e Rodrigues (2019), estudaram o impacto da educação no desenvolvimento do turismo e apontam para o benefício que a educação escolar causa para a implementação do TBC. O processo educativo aborda os saberes, a história, a cultura, as características ambientais e econômicas do local e geram no indivíduo a consciência crítica necessária para compreender o turismo como fenômeno e fortalecer a participação dos atores locais na gestão do turismo, por meio da comunicação e democracia nas decisões.

A integração dos atores também foi tema em estudos como o de Tolkach e King (2015), que versam sobre a constituição de uma rede nacional do TBC para prestar suporte às

práticas da atividade, sem intervir na autonomia local. Essas redes de colaboração também dependem de comunicação, e cooperativas locais surgem como uma opção para aumentar o engajamento da comunidade, permitindo decisões democrática, facilidade no planejamento e execução das ideias, gerenciamento das questões econômicas, socioculturais e ambientais, entre outros aspectos que podem ser resumidos em contribuir para fortalecer os laços da comunidade (NAIR; MOHAMAD; HAMZAH, 2013). O diálogo entre os atores locais se mostra um aspecto de extrema importância, que impacta diretamente o planejamento e execução das práticas de TBC (CAMPOS; SILVA, 2020), e deve-se considerar como protagonistas os atores internos (a comunidade), mas os atores externos (instituições públicas e/ou privadas) podem ter papel ativo como fomentadores (MORAES *et al.*, 2020).

O principal destaque do TBC é a possibilidade de geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras desse tipo de turismo. Esse destaque perpassa pela divisão dos rendimentos entre os membros da comunidade (MALDONADO, 2009), as práticas de autogestão, de cooperação e distribuição igualitária (SINGER, 2010) e a relação respeitosa com o meio ambiente (se opondo ao turismo de massa) (IRVING, 2009).

Um campo interessante a ser explorado, apesar de poucas pesquisas se referirem à ele, é a produção sustentável. Cabe salientar que o TBC não é necessariamente sustentável por natureza, porém, práticas de sustentabilidade da comunidade se destacam, inclusive, como atrativos turísticos. Utilizar energias renováveis, produtos orgânicos, práticas de agroecologia, entre outras iniciativas sustentáveis podem servir como atrativos turísticos para a comunidade (GRACIANO, 2019). Isso é destacado por Campos e Silva (2020), ao constatarem a importância que produtos orgânicos locais teriam ao impactar o município como um todo, contribuindo socioeconomicamente. Xavier *et al.* (2017) também apontam para a introdução da rotina da comunidade roteiro turístico, o que vai destacar a agroecologia do local estudado, destacando o aspecto sustentável e valorizando o patrimônio ambiental, bem como o cultural, e ainda, possibilita a inserção de produtos e base local no roteiro turístico.

No que diz respeito ao roteiro turístico, a integração de atividades, a valorização do patrimônio, das rotinas da comunidade e dos produtos locais se mostraram pontos que agregam valor à experiência turística. Existe uma relação entre o lazer experienciado no turismo e as práticas sociais tradicionais da comunidade. Diferente do turismo de massa, que tende a fragmentar o território, o TBC integra e aproxima visitantes e visitados, as experiências oriundas dessa aproximação, que consiste em vivenciar as rotinas e gastronomia locais, geram o lazer que é o objetivo do turismo (OLIVEIRA; DIOGENES; ALMEIDA, 2021). Além disso, é de se considerar a importância da história, religião, ecologia,

gastronomia e lazer locais e como esses fatores contribuem para o desenvolvimento do TBC (CAMPOS; SILVA, 2020).

O Quadro 4 destaca as diferentes características encontradas em pesquisas sobre TBC, que se encaixam nas dimensões estabelecidas anteriormente.

Quadro 4 - Dinâmicas práticas do Turismo de Base Comunitária.

Dimensões	Dinâmica	Referências
Gestão Comunitária	<i>Diálogo entre os Atores</i>	López-Guzmán, Sánchez-Cañizares e Pavón (2011); Blackstok (2005); Gómez <i>et al.</i> (2015); Egrejas, Bursztyn e Bartholo (2013); Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013); Villavicencio, Zamora e Pardo (2016); Xavier <i>et al.</i> (2017); Barros e Rodrigues (2019); Campos e Silva (2020); Moraes <i>et al.</i> (2020).
	<i>Autogestão e Tomada de Decisão Democrática</i>	Costa (2013); Sansolo e Bursztyn (2009); Maldonado (2009); Coriolano (2009); Timothy (2007); Irving (2009); Silva, Ramiro e Teixeira (2009); Corbari e Ferreira (2019); Oliveira, Diógenes e Almeida (2021); Egrejas, Bursztyn e Bartholo (2013); Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013); Villavicencio, Zamora e Pardo (2016); Xavier <i>et al.</i> (2017).
	<i>Equidade de Trabalho</i>	Maldonado (2009); Blackstock (2005); Timothy (2007); Irving (2009); Egrejas, Bursztyn e Bartholo (2013); Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013); Villavicencio, Zamora e Pardo (2016).
	<i>Distribuição Justa de Renda</i>	Maldonado (2009); Blackstock (2005); Irving (2009); Singer (2010).
Valorização Patrimonial	<i>Ambiental</i>	Burgos e Mertens (2016); Sansolo e Bursztyn (2009); Burgos e Mertens (2015); Sampaio e Coriolano (2009).
	<i>Histórico/Cultural</i>	Corbari e Ferreira (2019); Burgos e Mertens (2016); Sansolo e Bursztyn (2009); Burgos e Mertens (2015); Sampaio e Coriolano (2009); Moraes <i>et al.</i> (2020).
	<i>Produção Sustentável</i>	Maldonado (2009); Blackstock (2005); Graciano (2019); Campos e Silva (2020).
Roteiro Turístico	<i>Integração de Atividades</i>	Sansolo e Bursztyn (2009); Oliveira, Diógenes e Almeida (2021); Sales e Salles (2010); López-Guzmán, Sánchez-Cañizares e Pavón (2011); Fabrino, Costa e Nascimento (2012); Mano, Mayer e Fratucci (2017); Amaral <i>et al.</i> (2017); Maia e Gomes (2020).
	<i>Rotinas da Comunidade</i>	Oliveira, Diógenes e Almeida (2021); Martins, Déjardin e Silva (2013); Fabrino, Costa e Nascimento (2012); Gómez <i>et al.</i> (2015); Mano, Mayer e Fratucci (2017); Xavier <i>et al.</i> (2017).
	<i>Produtos Locais</i>	Oliveira, Diógenes e Almeida (2021); Martins, Déjardin e Silva (2013); Fabrino, Costa e Nascimento (2012) Gómez <i>et al.</i> (2015); Mano, Mayer e Fratucci (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Amaral *et al.* (2017) concluem que a integração de atividades típicas da comunidade com serviços turísticos é possível, e pode gerar diversificação produtiva e propor maior protagonismo para as comunidades. Maia e Gomes (2020) também apontam para o potencial de valorizar os atrativos locais e como esse fator pode contribuir para uma melhor qualidade de vida nas comunidades. Moraes *et al.* (2020) versam sobre aspectos não-humanos, que são vistos nas relação entre indivíduo e território/produção/meio ambiente, considerando que esses aspectos possuem importância para a comunidade e, logo, devem ser parte do escopo da experiência turística.

Logo, o que se espera é que o TBC colabore com o desenvolvimento da comunidade, aspecto confirmado por Aref, Gill e Aref (2010), para quem o turismo é visto como uma ferramenta-chave para o desenvolvimento comunitário. No que diz respeito à Assentamentos da Rurais, a prática se mostra de particular interesse visto os aspectos já discutidos da capacidade do TBC de se vincular com outras atividades, tal qual a agricultura e os princípios da autogestão e do cooperativismo, também vistos em assentamentos, e discutidos na sessão anterior. Ainda, o TBC é estruturado como um arranjo socioprodutivo dos elementos que são destacados no território e na comunidade (OLIVEIRA; DIÓGENES; ALMEIDA, 2021).

A literatura do TBC se fortificou ao decorrer dos anos e o número de estudos aplicados em comunidades, principalmente em comunidades tradicionais, nesse sentido, alguns pontos se mostram interessantes e dignos de destaque. Os estudos iniciais dessa prática tinham um aspecto voltado para o mercado, focando em estratégias para maximização financeira, não à toa, alguns autores afirmam que a participação de atores exógenos pode ser um caminho viável para fomento do TBC em comunidades. Contudo, estudos mais recentes estabelecem um olhar voltado ao fator humano e não mercantil do fenômeno turístico, e nesse sentido, destaca-se o importante papel atribuído à autonomia da comunidade na gestão do TBC.

Nesse sentido, considerando o caráter multidisciplinar das ciências sociais, encontramos na geografia humana estudos sobre as territorialidades que constituem um território, e podemos compreender a série de relações entre atores sociais e meio em que vivem e como essas relações se manifestam de forma multidimensional. Sendo assim, mantendo a ótica das relações humanas é possível observar os pontos que se destacam em comunidades tradicionais que abrangem as dimensões do TBC (gestão comunitária, valorização patrimonial e roteiro turístico) e permitem versar sobre a implementação da atividade em comunidades tradicionais, como camponeses assentados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Para Vergara (2006), o desenvolvimento de um método com alto nível de confiabilidade é recorrente nas etapas de sistematização de ideias, de racionalização e de cognição realizadas pelo pesquisador. Nesta perspectiva, para definição dos procedimentos metodológicos, considerou-se o seu objetivo, o processo, a lógica e o resultado.

A definição dos métodos que conduzirão a pesquisa permitirá alcançar o objetivo geral da pesquisa que é compreender as territorialidades camponesas que possibilitem campos para implementação de iniciativas da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS. Dessa forma, optou-se por uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica, com uma abordagem qualitativa, possibilitando a inserção do pesquisador de forma mais aprofundada no objeto de pesquisa.

A pesquisa é exploratória porque busca ampliar conhecimentos sobre um determinado objetivo e contribui para o desenvolvimento de outros estudos. A pesquisa exploratória é realizada sobre um problema, ou questão de pesquisa, quando há pouco ou nenhum estudo anterior sobre determinado tema, sendo assim, busca-se identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005), nesse caso é o estudo sobre compreender potencialidades turísticas comunitárias em território camponês, a partir de relações socioterritoriais.

É também descritiva porque busca descrever os aspectos dos fenômenos em estudo, especificamente nesta pesquisa, são as territorialidades do território camponês e da agricultura camponesa do assentamento, e as potencialidades turísticas comunitárias deste território. A pesquisa descritiva descreve sistematicamente um determinado evento, problema-fenômeno ou característica para evidenciar a estrutura e o comportamento de um fenômeno (RICHARDSON, 2017). Com a pesquisa descritiva, busca-se novas visões sobre a realidade já conhecida, a descrição dos fatos e fenômenos, geram informações sobre o que já se definiu como problema a ser investigado (TRIVIÑOS, 2009).

Além disso, a pesquisa não busca apenas pela descrição dos fenômenos, o que também a caracteriza como analítica. A pesquisa analítica busca ir além da mera descrição das características dos problemas, analisando e explicando o porquê ou como eles estão acontecendo. Dessa forma, busca-se entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações causais entre eles (COLLIS; HUSSEY, 2005).

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa é qualitativa. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), a abordagem qualitativa é realizada por meio de observações de pessoas, além da utilização de questionários, entrevistas e documentos, com o desígnio de caracterizar as habilidades e facilitar a compreensão dos comportamentos em contextos distintos. Creswell (2010) afirma que a abordagem qualitativa utiliza concepções filosóficas, estratégias de investigação, métodos de coleta e análise de interpretações particulares.

A pesquisa qualitativa permite uma ampla variedade de estudos, que pode ser explorado de modo superficial ou aprofundado. Para isso, o pesquisador precisa estar atento aos detalhes do ambiente, a narrativa de seus entrevistados, aos documentos que serão analisados, todo elemento ajudará a construir a pesquisa. Essa abordagem está normalmente associada a estudos sobre as relações sociais, os protagonistas são as pessoas e suas relações com a sociedade e meio (YIN, 2010).

Neste sentido, Godoy (1995) aponta características básicas da pesquisa qualitativa, que estão estreitamente ligadas a este trabalho: a) a pesquisa qualitativa desfruta do ambiente natural para coleta dos dados e o pesquisador é o instrumento fundamental, ou seja, as entrevistas e observações serão realizadas junto a líderes de organizações de pessoas do assentamento, também serão conduzidas entrevistas com atores externos que fazem parte da construção histórica no assentamento (professores e pesquisadores), essas entrevistas serão feitas pelo pesquisador e a interação pesquisador/pesquisado é fundamental para entender o fenômeno; b) a pesquisa qualitativa é descritiva, pois pretende refletir as questões sócio-econômicas-produtivas (territorialidades da/na agricultura camponesa), a construção do território camponês e as relações do atores sociais entre si e com o meio em que vivem; c) o significado que os indivíduos dão às coisas e a vida é a preocupação do pesquisador, para que a pesquisa possa entender a possibilidade de se inserir em uma atividade econômica (o TBC), é necessário compreender a organização, as relações internas do assentamento e as potencialidades turísticas locais; d) a pesquisa deve ser composta pelo enfoque indutivo durante a análise dos dados.

Como as informações pertinentes à pesquisa dificilmente encontram-se agrupadas e acessíveis ao pesquisador, torna-se imprescindível sua coleta e análise, seja por meio da pesquisa bibliográfica e/ou pesquisa de campo. Os procedimentos de coleta de dados deste estudo se dividem em duas fases, uma revisão bibliográfica, e uma pesquisa de campo, posteriormente uma terceira fase é destinada à análise dos dados coletados.

A primeira etapa utiliza da revisão bibliográfica, fundamental e imprescindível a qualquer investigação científica, além da análise documental. Posteriormente, será posta em

prática uma pesquisa de campo. Por meio de distintas estratégias busca-se por dados relacionados à temática, para então dar-se início à terceira fase da pesquisa, de análise dos dados.

A escolha pela abordagem da pesquisa é pensada de acordo com as necessidades impostas pelo objetivo geral e os objetivos específicos, que abordam fenômenos humanos. Na próxima seção serão detalhados os procedimentos para coleta de dados utilizadas para caracterizar o assentamento compreendendo os aspectos que envolvem o território camponês e suas territorialidades, os processos produtivos do assentamento: agricultura familiar camponesa e agroecologia; e as potencialidades turísticas comunitárias.

3.1 Caracterização do Objetivo de Estudo

A área pesquisada está localizada na zona rural do município de Ladário no estado de Mato Grosso do Sul (MS), cujo território abarca parte do Pantanal Sul-mato-grossense, integrando a Bacia do Rio Paraguai. A cidade é embutida no interior de Corumbá - MS, se localizando nas proximidades de sua área urbana principal, com a Bolívia se postando a Oeste (COSTA, 2013).

Vieira (2008) descreve que o povoado de Ladário surge de um contexto em que havia uma necessidade de ocupar as fronteiras para que pudesse garantir a posse territorial. Foi por ordem de Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres que a fundação da cidade aconteceu, na época ele era governador da província de Mato Grosso. A ordem foi dada para que o sertanista João Leme do Prado e sua família, juntamente de outros trabalhadores e casais se instalassem na região, o intuito era de garantir a posse das terras para a coroa portuguesa, sendo assim, foram feitas várias ocupações em determinados pontos estratégicos, dentre eles estava Ladário, que teve sua posse efetivada em setembro de 1778.

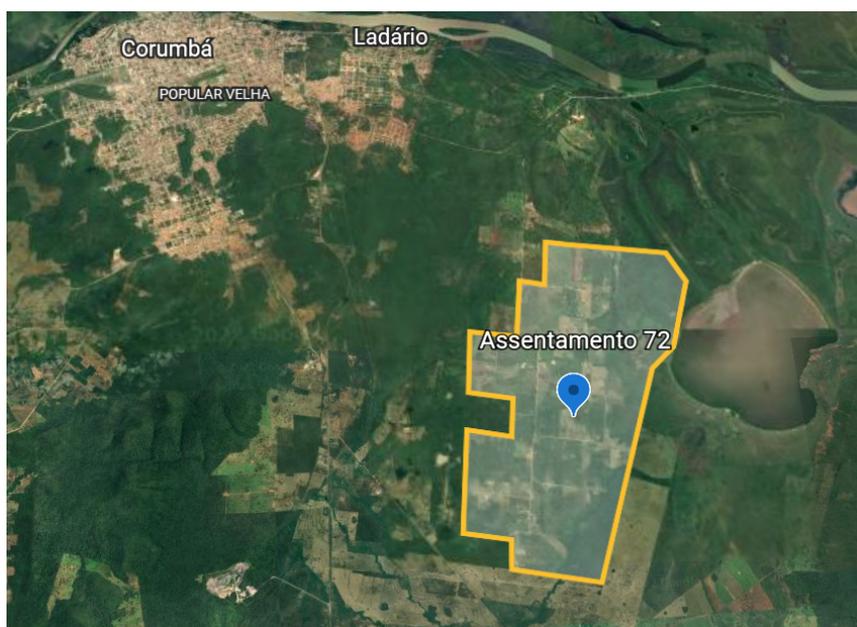
Após a ocupação vários empreendimentos foram iniciados no local. Em março de 1873 o Arsenal da Marinha foi transferido de Cuiabá e postado em Ladário, com as obras concluídas quase um ano depois, em fevereiro de 1874. Essa mudança foi responsável por uma melhoria significativa na infraestrutura do pequeno povoado que era Ladário até então, sendo considerada de extrema importância para o desenvolvimento local. Por conseguinte outras inaugurações aconteceram como a fundação a maçonaria Pharol do Norte, inauguração da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, instalação de uma empresa de transportes que atuava na Hidrovia Paraguai-Paraná, que era então chamada de Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e passou a ser conhecida com CINCO & BACIA e que muito contribuiu com a

economia local. Inicialmente distrito de Corumbá, por divergências políticas, Ladário pleiteou sua emancipação, concretizada no início da década de 1950, com a Lei Estadual nº 679, de 11 de dezembro de 1953 (VIEIRA, 2008). Segundo dados da Prefeitura Municipal, foi durante o governo de Fernando Correa da Costa, em 1953, que a cidade ganhou sua emancipação política-administrativa, tornando-se, assim, um município autônomo. Posteriormente, em 1954, ocorreu a instalação da cidade, em 17 de março, e a posse do primeiro prefeito foi em outubro daquele ano (PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO, 2022).

O município de Ladário está situado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Pantanal Sul-mato-grossense (Microrregião do Baixo Pantanal). O município conta com uma área territorial de 354,255 km² (IBGE, 2021), se posiciona em uma distância de 421 km da capital do estado (Campo Grande). O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datado de 2010, apontava que o município tinha 19.617 de habitantes (IBGE, 2011). Em 2021, a estimativa era de 24.040 de habitantes (IBGE, 2021a), a economia se baseia na pecuária, na pesca, no turismo e no transporte de navegação. É na região rural do município que se localiza o Assentamento 72, que será o território estudado na pesquisa.

O Assentamento 72 se localiza na borda oeste do Pantanal, no estado de Mato Grosso do Sul, na porção Oeste do Brasil, (Figura 2). O assentamento foi criado em 1999 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde antes era a Fazenda Primavera e conta com área de 2.341,2996 ha divididos em 85 unidades rurais familiares, sendo 18,5 ha a média de tamanho de cada unidade (COSTA; ZARATE; MACEDO, 2012).

Figura 2 - Localização Geográfica do Assentamento 72.



Fonte: Google Earth, organizado pelo autor (2022).

O diagnóstico preliminar do Assentamento 72, em 2010, realizado por Zarate, Santos e Costa (2010), apontou para uma população residente superior a 200 pessoas, com média de 3 pessoas por moradia e predominância do sexo masculino (quase 60%). Constatou que a maioria sempre morou na zona rural e já viviam nas proximidades e que 40% já tinham vendido seus lotes, mesmo sem a titulação da terra. O estudo indicou predominância de população adulta (entre 20 e 60 anos) e com baixo grau de escolaridade, sendo que 13,50% se declararam analfabetos.

Costa, Zarate e Macedo (2012) destacam uma população residente de quase 280 pessoas, com média de 3,2 pessoas por moradia. A maioria dos moradores é masculina (57,5%), dado explicado por eles pela quantidade de lotes com apenas um morador, eram 19 lotes, muitas vezes com apenas um caseiro. Grande parte dos assentados sempre moraram em zonas rurais, e mais da metade do total viveram na própria região de Corumbá e Ladário (incluindo os pantanais da Nhecolândia, do Paiaguás e os ribeirinhos em geral). Em torno de 60% da população assentada são adultos (com idade entre 20 e 60 anos), 37% são jovens (com idade até 19 anos) e pouco menos que 13% são idosos (com idade superior a 60 anos). Zarate, Santos e Costa (2010) também diagnosticaram que os principais problemas que são enfrentados no assentamento se relacionam com a carência de água e com as estradas em condições precárias.

O trabalho de Pinto *et al.* (2017) relata que no Assentamento 72 o solo apresenta uma elevada fertilidade natural, capaz de resultar em um nível de produtividade relativamente elevado, mesmo sem a aplicação de fertilizantes. O grande problema produtivo - que vai ao encontro do diagnóstico citado anteriormente - de todos os assentamentos desses municípios é a deficiência hídrica. As chuvas são irregulares e se concentram principalmente no verão. O solo é rico em argilas, sendo assim, quando chove fica bastante encharcado, não permitindo o manejo com maquinário pesado, e quando está muito seco apresenta fissuras que lembram erosões. Dessa forma, o uso e manejo correto do solo são cruciais para obtenção de produções rentáveis e ecologicamente corretas. Costa (2014) já havia indicado a existência de um cultivo sazonal, tendo em vista a irregularidade das chuvas. O autor cita o plantio de abóbora, milho, mandioca e cana para ração do pequeno rebanho bovino.

No que diz respeito a agentes externos que contribuem com o desenvolvimento do assentamento, na esfera local tem-se grandes empresas que atuam na região e compram alimento (principalmente verduras) diretamente com os camponeses. Alguns camponeses trabalham nessas empresas. Na esfera estadual destaca-se a presença da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), que atua incentivando e fomentando

o associativismo no Assentamento 72. Já na esfera federal destaca-se o INCRA, que é responsável pela criação do assentamento. Os camponeses travam uma luta com esse órgão a muito tempo para que viabilize água suficiente para o consumo e produção local.

Além desses, o trabalho de Kukiel, Costa e Mariani (2016) traz a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que vem desenvolvendo um trabalho que visa mudança na concepção produtiva do assentamento. O Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso do Sul (SEBRAE), que desenvolveu algumas ações junto aos camponeses. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) com o objetivo principal de realizar uma formação profissional e contribuir para promoção social de jovens e adultos no assentamento. Também já existe a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento 72, que é uma organização local de moradores.

Para os assentados, as feiras livres locais são a principal forma de comercialização dos produtos que são cultivados. Cuyate (2015) identificou três feiras livres realizadas na cidade de Ladário que ocupam pontos diferentes: a primeira ocorre na quarta-feira pela manhã, a segunda na quinta-feira a noite e a terceira acontece no sábado de manhã; as de quarta e sábado são realizadas nas mesmas ruas, a de quinta acontece em outro ponto. Ocorre que nessas feiras também são comercializados produtos oriundos de produtores bolivianos, o que dificultava a venda dos camponeses. Entre outros fatores, esse colaborou para a transição agroecológica que os lotes do Assentamento 72 passaram, contribuindo para a melhora na venda dos produtos. A transição agroecológica no Assentamento 2 já foi apontada em alguns trabalhos (CUYATE, 2015; KUKIEL; COSTA; MARIANI, 2016; PINTO *et al.*, 2017; CUNHA *et al.*, 2018), é um dos objetivos dessa pesquisa compreender melhor os processos produtivos que se renovaram com a agroecologia.

3.2 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta dos dados da pesquisa se baseia principalmente em dois métodos: Abordagem Territorial (FUINI, 2014; VAZ DE MOURA; SOUSA MOREIRA, 2014; SAQUET, 2014; 2018) e a História Oral (ALBERTI, 2013; MEIHY; HOLANDA, 2015). A abordagem territorial foi trabalhada na primeira parte teórica desta dissertação (capítulo 2, item 2.1), e compreende-se que esse método considera os atores que desenvolvem relações (territorialidades) de forma multidimensional e histórica no território. Nesse sentido, a utilização da História Oral como forma de conduzir a coleta dos dados primários é extremamente relevante. A história oral é uma técnica de coleta de dados que se caracteriza

por realizar entrevistas com atores sociais que são capazes de testemunhar e relatar acontecimentos, relações, organizações, entre outros itens que permite compreender a construção do território (ASSUNÇÃO DA SILVA; OLIVEIRA DA SILVA, 2020).

Essa seção detalha as etapas envolvidas na aplicação desses dois métodos e como ambos contribuem para cumprir com o objetivo geral e com os específicos que foram estabelecidos para essa pesquisa. A coleta dos dados passou por duas etapas que se complementam: a primeira é a pautada na busca dos atores sociais que seriam os sujeitos da pesquisa, já a segunda é a aplicação de entrevistas utilizando técnicas da história oral. O quadro 5 apresenta as etapas da coleta de dados.

Quadro 5 - Etapas da coleta de dados.

Etapas	Objetivo da Etapa	Instrumento Utilizado
1	<i>Identificação dos atores.</i>	Dados Secundários (artigos, dissertações, teses e livros relacionados ao Assentamento 72).
2	<i>Explorar a organização, as relações e os impactos dos diferentes atores territoriais.</i>	Dados Primários (entrevistas utilizando técnicas da História Oral).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A primeira etapa da coleta de dados foi a identificação dos atores sociais que fazem parte do contexto histórico do assentamento, essa etapa do procedimento é parte importante da abordagem territorial e encontra embasamento em Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014). Os autores afirmam que a pesquisa territorial parte de entender quais atores fazem parte e como se organizam, que tipo de relação existem entre esses atores, e como gerenciam e impactam a construção do território, Saquet (2014) também destaca o aspecto relacional entre os diferentes atores, destacando, inclusive, conflitos gerados e quais estratégias são desenvolvidas para resolvê-los. Trata-se, portanto, de aspectos da gestão do território. Na História Oral, Tourtier-Bonazzi (2006) e Alberti (2013) destacam a importância de escolher os entrevistados, que são sujeitos sociais capazes de compreender o todo a ser abordado por terem vivenciado. Além disso, na dimensão gerencial do TBC, é de extrema importância que exista diálogo e alinhamento das estratégias entre os atores que impactam na comunidade (veja Quadro 4, no capítulo 2, item 2.3).

Dados secundários (pesquisa bibliográfica) foram utilizados para identificação desses atores. A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, e toda pesquisa requer uma fase de levantamento da literatura (DENCKER, 1998), sendo fundamental que o pesquisador compreenda os conceitos e as considerações mais relevantes

de cada trabalho, permitindo assim, uma melhor clareza do seu objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007). Esse aprofundamento na literatura também é importante para analisar os dados coletados em campo.

O levantamento de bibliografia relacionada ao Assentamento 72 permitiu a identificação de atores tanto externos (diferentes instituições que não são compostas por moradores do assentamento) quanto internos (instituições compostas por pessoas que moram no assentamento). Como o objetivo e foco principal deste estudo é o Assentamento 72 e, logo, as pessoas que nele vivem, todos os atores internos fizeram parte da segunda etapa da coleta de dados, contudo, as instituições externas tiveram que ser filtradas.

Diversos trabalhos realizados no Assentamento 72 permitiram a identificação de órgãos e instituições que tiveram papel relevante na construção histórica do assentamento (ZARATE; SANTOS; COSTA, 2010; COSTA; ZARATE; MACEDO, 2012; COSTA, 2014; CUYATE, 2015; CONCEIÇÃO, 2016; KUKIEL; COSTA; MARIANI, 2016; PINTO *et al.*, 2017; CUNHA *et al.*, 2018). São comumente citados: INCRA, Prefeitura Municipal, Embrapa Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), AGRAER, Sebrae e SENAR. Ocorre que a maioria destes são citados realizando ações esporádicas, que podem sim contribuir com o desenvolvimento local, mas não firmam vínculos duradouros. Contudo, os trabalhos de Cuyate (2015), Conceição (2016), Kukiel, Costa e Mariani (2016), Cunha *et al.* (2018), entre outros, citam um projeto de pesquisa idealizado pela UFMS e aprovado em 2010, iniciando as atividades no início de 2011, chamado de “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do Assentamento 72, em Ladário-MS, na região do Pantanal”, com financiamento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conduzido por professores do Câmpus do Pantanal da UFMS e pesquisadores da Embrapa Pantanal. O projeto criou um vínculo duradouro entre essas instituições e o Assentamento 72, diversas pesquisas foram realizadas (FEIDEN *et al.*, 2016; CARBUNCK *et al.*, 2018; FÁBIO *et al.*, 2018; FEIDEN; JULIANO; COSTA, 2020; COSTA, 2021; COSTA; MARTINS; CUNHA, 2021; FEIDEN *et al.*, 2022, etc.) envolvendo os mesmos pesquisadores juntamente com os moradores do Assentamento 72, desenvolvendo atividades oriundas do projeto supracitado, dessa forma, ambas as instituições externas que foram parte do projeto foram selecionadas para a segunda etapa da coleta de dados. Vale constar que esses trabalhos não desenvolvem pesquisas relacionadas ao turismo no assentamento.

Sobre os atores internos, as relações construídas pelos moradores é o que fundamenta um território. Além disso, não é incomum encontrar pesquisas que apontam organizações de

moradores em assentamentos, que se unem com o objetivo de fortalecer a produção e buscar melhor qualidade de vida (ALMEIDA, 2021; MONTEIRO, 2021; SILVA; COSTA, 2021). O trabalho de Kukiel, Costa e Mariani (2016) indicou uma “Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento 72”, a qual não foi identificada. Foram identificados duas associações de moradores, uma é a Associação de Moradores do Assentamento 72, que possui um carácter mais político, visto se tratar da associação criada na fundação do assentamento, e a outra é o Grupo Bem-Estar, uma associação composta por moradores que produzem de forma agroecológica (MARTINS *et al.*, 2018).

A primeira etapa da coleta de dados identificou e selecionou quatro atores: Embrapa Pantanal, UFMS, Associação de Moradores do Assentamento 72 e Grupo Bem Estar. A segunda etapa da coleta de dados buscou identificar como é a relação entre esses atores, bem como entre eles e a comunidade (o assentamento) como um todo, para tanto, utilizou-se os preceitos da abordagem territorial, fundamentadas por Fuini (2014) e Saquet (2014; 2018), para formular um roteiro de pesquisa que busca compreender as relações entre esses atores de forma multidimensional (Política, Econômica, Ambiental e Sociocultural).

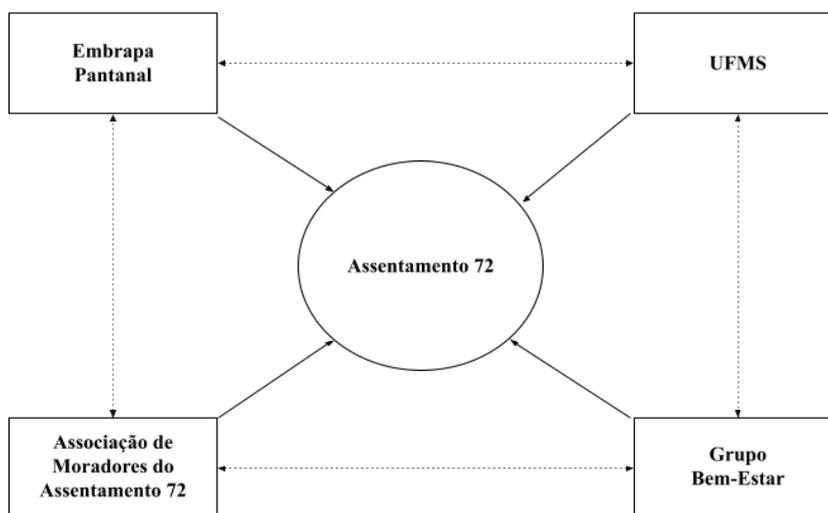
A técnica utilizada para aplicar o roteiro e conduzir as entrevistas com os quatro atores foi a História Oral. Trata-se de um procedimento metodológico de análise da própria realidade, se estrutura na qualidade e na profundidade da investigação, sendo crucial ter muito cuidado ao estabelecer os sujeitos da pesquisa e na condução da entrevista (PASINATO, 2020). Segundo Moraes (2014), a história oral é muito utilizada em pesquisas que buscam reflexões a partir do traço histórico que envolvem os sujeitos, sendo estes a fonte de todos os dados, não necessariamente por conta da função que exerce, mas sim pelo fato de terem vivenciado os acontecimentos. Meihy (1996) já trazia a mesma perspectiva, e por isso o autor considera a história oral como um método que melhor traz à tona a imagem do presente.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho não é uma pesquisa histórica, porém, apoia-se nas técnicas da história oral para melhor explorar a realidade do assentamento. Como bem esclarece Ferreira (2012), assim como qualquer método de pesquisa, a história oral, enquanto técnica, oferece uma série de procedimentos que podem ser utilizados pelo pesquisador. Esses procedimentos são úteis se o objetivo da pesquisa se alinham com a necessidade de estudar o contexto histórico de um local através dos sujeitos que fizeram parte da construção das relações que são conduzidas atualmente neste local (ALBERTI, 2013). Considerando os trabalhos de Tourtier-Bonazzi (2006), Alberti (2013) e Meihy e Holanda (2015), chega-se a quatro passos importantes que configuram o método da história oral: (1) elaboração do

projeto, (2) escolha dos entrevistados e condução das entrevistas, (3) elaboração dos documentos e (4) análises.

No que diz respeito ao primeiro passo, os autores consideram que o projeto deve alinhar muito bem o objetivo com o método da história oral, tornando-a justificável, no caso do presente estudo, parte do objetivo do trabalho é compreender a comunidade, o território e todas as relações de organização, produção, comercialização e manifestações culturais entre os atores e o Assentamento 72. A história oral permite uma exploração mais profunda de todo esse contexto como bem apontado nos trabalhos de Arbarotti (2018), Arbarotti e Martins (2019), Assunção da Silva e Oliveira da Silva (2020), Moreira (2020; 2020a) e Paula (2020), que utilizaram o método em assentamentos rurais. O segundo passo diz respeito a importância dos entrevistados - que foi melhor esclarecida na primeira etapa da coleta de dados - e também a condução da entrevista. Uma entrevista de história oral possui três formas distintas: a) História oral de vida; b) História oral temática e; c) Tradição oral. Neste trabalho, foi utilizada a história oral temática, que é desenvolvida a partir de uma discussão focada em um objeto/tema, mas deixando espaço para que outros surjam. A figura 3 ilustra a esquematização da História Oral Temática aplicada no contexto da pesquisa.

Figura 3 - Esquematização da História Oral Temática.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Nesse tipo de entrevista é importante que se tenha mais de um ator envolvido e os relatos oriundos das entrevistas devem servir para compreender as relações dos atores com o tema e dos atores entre si (ALBERTI, 2013; MEIHY; HOLANDA, 2015). Cabe ao pesquisador fazer perguntas que não restrinjam o relato, mas sim o incentive, apenas cuidando para que não fuja do tema principal. Os últimos dois passos são focados na transição e análises dos relatos obtidos, e serão melhor explicados na seção seguinte desta dissertação.

Nesse sentido, o roteiro de pesquisa aplicado com a técnica da História Oral desenvolveu uma entrevista temática com os diferentes atores identificados na primeira etapa da coleta de dados, o tema que contextualiza toda a entrevista é o Assentamento 72 (Figura 3). A pesquisa visa, assim, compreender todo o contexto histórico-relacional dos atores com relação ao assentamento e, com isso, contextualizar de forma multidimensional como se configura o planejamento, organização, gestão, produção, comercialização, impactos e manifestações sociais individuais e coletivas entre os atores.

Considerando a Abordagem Territorial e a História Oral, o quadro 6 estabelece a base do roteiro de pesquisa desenvolvido para coleta de dados. O roteiro foi desenvolvido utilizando as quatro dimensões citadas (FUINI, 2014; SAQUET, 2014; 2018), cada dimensão tem um objetivo e todos contribuem para a compreender as diferentes relações entre os sujeitos da pesquisa. O quadro aponta a base do roteiro e o objetivo de cada dimensão, contudo, para cada grupo de atores foi elaborado um roteiro-base de perguntas, logo, foram desenvolvidos um único roteiro de organização da pesquisa e dois roteiros de perguntas (Apêndice A e B): um para os atores externos (UFMS e Embrapa) e um para as Organizações de Moradores (Grupo Bem-Estar e Associação de Moradores do Assentamento 72). Sendo assim, esse método aplicado permite o cumprimento dos dois primeiros objetivos específicos da pesquisa: a) Entender, de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural), as territorialidades construídas historicamente no assentamento; b) Caracterizar os processos produtivos/organizacionais do assentamento: associativismo, agricultura familiar camponesa, agroecologia e comercialização.

Quadro 6 - Estrutura do roteiro de pesquisa.

Dimensão	Objetivo do Roteiro
<i>Política</i>	Observar como se configura a organização, gestão e alinhamento das estratégias de desenvolvimento local dos diferentes atores em relação ao Assentamento 72.
<i>Econômica</i>	Apontar as práticas, tecnologias e estratégias produtivas utilizadas, quais os veículos de comercialização e a relação com os diferentes atores no contexto econômico do Assentamento 72.
<i>Ambiental</i>	Identificar os impactos, as relações entre os atores, como é feita a gestão e as estratégias para desenvolvimento do espaço físico e ambiental do Assentamento 72.
<i>Sociocultural</i>	Compreender toda e qualquer prática cultural, tradições e manifestações sociais tanto individual como coletiva que se manifesta nas diferentes relações dos diferentes atores entre si e com relação ao Assentamento 72.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Vale frisar que no Quadro 6, quando é especificado o objetivo para dimensão, não se trata de objetivos específicos da pesquisa, mas sim do que se busca abordar com as perguntas desenvolvidas para cada uma das dimensões do roteiro. Uma vez identificados os atores que seriam sujeitos da pesquisa e construídos o roteiro de pesquisa e os roteiros-base de perguntas (que foram baseados na estrutura apresentada no Quadro 6), o pesquisador foi a campo para realizar as entrevistas e registros.

Os entrevistados foram previamente contatados e as entrevistas agendadas, ambos os especialistas (pesquisadores da UFMS e Embrapa Pantanal) foram entrevistados por meios digitais, com a utilização da ferramenta Google Meet, as entrevistas com o presidente da Associação de Moradores do Assentamento 72 e a líder do Grupo Bem Estar foram feitas presencialmente em locais sugeridos pelos entrevistados. Para todos os entrevistados foram enviados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), elaborado pelo autor desta dissertação e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEP - UFMS) via Plataforma Brasil (Apêndice C e D), que especificava o objetivo, a condução, os riscos da entrevista, os cuidados relacionados à Pandemia de COVID-19 bem como solicitava a gravação das mesmas. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização do entrevistado e cada entrevistado assinou duas vias do TCLE, assim como o pesquisador, e cada um (entrevistado e pesquisador) ficou com uma das vias.

3.3 Procedimentos de Análise e Interpretação dos Dados

Uma vez coletados os dados, seguindo os passos dispostos no capítulo 3, item 3.1 e no Quadro 5, esta seção esclarece os procedimentos e técnicas utilizadas para análise e interpretação dos dados coletados. Essa etapa segue os preceitos da Análise de Conteúdo estabelecidos por Bardin (2015) e Franco (2018) juntamente com a terceira (elaboração do documentos) e quarta (análises) etapas da História Oral (TOURTIER-BONAZZI, 2006; ALBERTI, 2013; MEIHY; HOLANDA, 2015), e será utilizado o Software IRAMUTEQ para análise de documentos textuais.

Desenvolvido por Pierre Ratinold em 2009, o Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) é uma programa para tratamento de dados textuais, trata-se de um programa gratuito, de fonte aberta, suportado no software R na linguagem de programação Python (CAMARGO; JUSTO, 2013). O programa possibilita a quantificação de variáveis qualitativas, ou seja, são utilizados cálculos estatísticos

para quantificar as múltiplas relações lexicais de corpus textuais com base na similaridade de palavras enunciadas por um emissor (SALVADOR *et al.* 2018).

Segundo Bardin (2015) a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações com a finalidade de obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo coletado, indicadores, quantitativos ou não, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dos materiais coletados. A autora define três etapas no processo de análise de conteúdo: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase de *pré-análise* será orientada pela **(a)** elaboração dos documentos, **(b)** leitura flutuante e escolha dos documentos, **(c)** organização do corpus e preparação do material a ser utilizado. A elaboração dos documentos foi feita baseando-se, primeiramente, nas técnicas da história oral, segundo Tourtier-Bonazzi (2006) a transcrição das entrevistas de história oral deve seguir os seguintes critérios:

1. A transcrição deve ser feita pelo próprio entrevistador, o quanto antes;
2. As passagens pouco audíveis devem ser colocadas entre colchetes;
3. As dúvidas, os silêncios, assinaladas por reticências;
4. As pessoas citadas, designadas por iniciais (se necessário);
5. As palavras em negrito serão as de forte entonação;
6. Anotações como risos devem ser grifadas;
7. Subtítulos para facilitar a leitura;
8. Os erros flagrantes deverão ser corrigidos: datas, nomes próprios etc

Trata-se, portanto, de uma etapa exaustiva. A média de tempo de cada entrevista realizada foi de 65 minutos, a transcrição totalizou uma média de 6 páginas de texto em Documento Word. Uma vez elaborados os documentos, foi feita a leitura flutuante dos materiais para escolha de quais constituíram o corpus para análise. O corpus é o conjunto de documentos escolhidos pelo pesquisador para serem submetidos às análises (BARDIN, 2015). Foram selecionadas todas as fontes primárias coletadas: as quatro entrevistas conduzidas. O quadro 7 sintetiza os documentos que serão utilizados nas análises.

A preparação do corpus e organização do material seguiu os indicativos de utilização do Software IRAMUTEQ. O Corpus Textual é o conjunto de textos construídos pelo pesquisador e que forma o objeto completo da análise. Pode ser, por exemplo, um conjunto de artigos, de transcrições de entrevistas, comentários retirados em páginas na internet, trechos de jornais selecionados para a pesquisa, entre outros. O software define texto como sendo a unidade de cada documento selecionado pelo pesquisador para compor o corpus textual. No

caso desta pesquisa, como a análise será aplicada a um conjunto de entrevista, cada entrevista será um texto e a junção de todas elas, o corpus. Já os segmentos de textos são fragmentos de texto, na maior parte das vezes, do tamanho de três linhas, dimensionadas pelo próprio software em função do tamanho do corpus. Uma vez elaborado o corpus é feita a análise no software, o IRAMURTEQ divide os textos em segmentos de textos (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Quadro 7 - Síntese dos documentos primários utilizados.

Atores	Sujeitos	Tipo de Coleta	Objetivo/Síntese
Especialistas	<i>Embrapa Pantanal</i>	Dados primários	Tratou do contexto que antecedeu o início dos projetos realizados em conjunto com os assentados. Foi abordado a construção das relações entre os assentados e os especialistas, bem como as dinâmicas de organização, estratégia e produção que foram construídas historicamente e se fazem presentes no assentamento.
	<i>UFMS</i>		
Organização de Moradores	<i>Associação de Moradores do Assentamento 72</i>	Dados primários	Abordou a construção histórica das associações, o espírito colaborativo entre os camponeses, a forma como cada associação se organiza, o planejamento e estratégias para atividades de produção e comercialização dos produtos, as relações entre cada organização e entre elas e os especialistas, além dos impactos que causam no assentamento.
	<i>Grupo Bem-Estar</i>		

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As transcrições das entrevistas não são feitas na forma adequada para ser processado pelo IRAMURTEQ, fazendo-se necessário, portanto, sua configuração, tendo em vista que o software usa uma formatação própria para este tipo de análise. Para isto segue o roteiro¹:

a) Coloque todos os textos que serão analisados em um único arquivo. Preferencial o bloco de notas nativo do Windows ou em algum software de texto de código aberto como do Libre Office. A preocupação em softwares abertos e gratuitos também se faz presente aqui, e o IRAMURTEQ não analisa corpus do Microsoft WORD;

¹ Roteiro adaptado de Camargo e Justo (2013), disponível em <<http://www.iramurteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>>

b) Cada texto que será analisado, deverá conter uma linha de comando que começa com quatro asteriscos, seguidos de um espaço em branco e outro asterisco (**** *). Imediatamente após o último símbolo, é adicionado o nome da variável que será analisada, esse nome é criado pelo pesquisador) seguido de um underline e o código da variável, que segue uma sequência numérica (**** *EX_1). No caso da presente pesquisa, cada sujeito que foi entrevistado recebeu o seguinte nome: UFMS (ESP_1), Embrapa Pantanal (ESP_2), Grupo Bem-Estar (ORG_1) e Associação do Assentamento 72 (ORG_2).

c) O IRAMUTEQ não interpreta palavras, apenas faz as contagens, dessa forma deve-se corrigir e revisar todo o arquivo, para que os erros de digitação não sejam considerados palavras diferentes. É preferível não deixar parágrafos, a pontuação deve ser observada e utilizada apenas pontos simples como vírgulas (,) ou pontos finais (.). No caso de entrevistas, todo material verbal produzido pelo pesquisador (perguntas, observações, etc.) devem ser excluídos, mesmo que sejam feitas para dar sentido ao roteiro. Não utilizar formatações (justificado, negrito, itálico ou outro recurso semelhante). O texto não deve conter nenhuma formatação especial.

d) Se as siglas perfizerem um elemento importante dentro do corpus, opta-se ou por utilizar siglas ou unir o nome por underline, como por exemplo, utilizar ONU ou Organização_das_Nações_Unidas. O mesmo ocorre para palavras compostas como café da manhã. Se não utilizarmos café_da_manhã o software entenderá as palavras de forma separada, prejudicando o entendimento no quadro analítico final;

e) Verbos acompanhados de pronomes devem ser inflexionados para que o software os compreenda. Por exemplo: “Tornar-se” deve ser modificado para “se tornar”;

f) Utilizar os números em forma de algoritmo. Exemplo: “2019” ao invés de “dois mil e dezenove”;

g) Não utilizar caracteres especiais como aspas ("), apóstrofo ('), porcentagem (%), cifrão (\$), hífen (-), e nem asterisco (*), ou qualquer outro.

Utilizando essas orientações, mesmo tendo sido feitas as transcrições na íntegra de cada uma das entrevistas (seguindo os preceitos da História Oral), foi necessário uma revisão e formatação de cada um dos textos para criação de um corpus válido para o IRAMUTEQ. Dessa forma, seguem alguns exemplos de **trechos dos textos** originais e formatados para utilização do software:

Exemplo I:

Embrapa Pantanal

Durante esses dois anos saíram dois produtores, e outros dois que não saíram, mas pelas regras do Grupo Bem-Estar estão fora pois não participam das reuniões. Esses que saíram acabaram conseguindo contratos com a Marinha e saiu, outro que saiu achou que estava ganhando pouco com o Sacolão Agroecológico e o esforço não compensava... Essas dinâmicas particulares entre as famílias dificultam... As pessoas não têm espírito associativista e a **sociedade pressiona** a favor do individualismo. Isso influencia muito na organização entre agricultores familiares.

**** *ESP_2

Durante esses dois anos saíram dois produtores, e outros dois que não saíram, mas pelas regras do Grupo_Bem_Estar estão fora pois não participam das reuniões. Esses que saíram acabaram conseguindo contratos com a Marinha e saiu, outro que saiu achou que estava ganhando pouco com o Sacolão_Agroecológico e o esforço não compensava. Essas dinâmicas particulares entre as famílias dificultam. As pessoas não têm espírito associativista e a sociedade pressiona a favor do individualismo. Isso influencia muito na organização entre agricultores_familiares.

Exemplo II:

Grupo Bem-Estar

O alface mesmo, todo mundo come e quer, e o Grupo Bem-Estar oferece diversidade até nisso porque temos o alface roxo, o alface americano... A propaganda do Sacolão Agroecológico é o próprio consumidor, é o boca-boca então temos o desafio da qualidade para manter andando.

**** *ORG_1

O alface mesmo, todo mundo come e quer, e o Grupo_Bem_Estar oferece diversidade até nisso porque temos o alface_roxo, o alface_americano. A propaganda do Sacolão_Agroecológico é o próprio consumidor, é o boca_boca então temos o desafio da qualidade para manter andando.

A segunda fase da análise de conteúdo, *exploração material*, propõe a codificação, e categorização. Neste momento, serão analisados os documentos textuais selecionados,

possibilitando a riqueza ou não da interpretação (BARDIN, 2015). A exploração do material é composta por duas etapas complementares: primeiro criam-se unidades de registro e posteriormente categorias temáticas.

Segundo Franco (2018), as unidades de registro são a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência a torna relevante. A autora estabelece que um registro pode surgir de diferentes tipos de ocorrência que podem ser inter-relacionadas: a palavra, o tema, o personagem, o item. Segundo Meihy e Holanda (2015), a técnica de entrevista da História Oral Temática conduz a entrevista baseando-se em um tema principal (o Assentamento 72), e permite que explorar diversos temas que se configuram dentro das entrevistas, podendo observar outros assuntos relevantes que impactam o todo da pesquisa (Figura 3). Trechos das entrevistas foram utilizados como unidades de registro.

Dessa forma, as unidades de registro nada mais são do que a fragmentação do corpus textual. Utilizando o IRAMUTEQ, além dele próprio fazer as segmentações do texto, é possível utilizar uma série de recursos para compreensão dos dados, ou seja, as análises estatísticas permitidas pelo software serão utilizadas para construir as unidades de registro neste trabalho. O IRAMUTEQ permite uma série de análises de estatísticas textuais:

- a) Estatísticas textuais clássicas;
- b) Análise de especificidades;
- c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD);
- d) Análise de similitude;
- e) Nuvem de Palavras;

Considerando a riqueza analítica permitida pelo IRAMUTEQ, como constatado em Souza *et al.* (2018), Góes *et al.* (2021) e Sousa (2021). é possível fragmentar o corpus e construir categorias temáticas. De acordo com Franco (2018), essas categorias funcionam como o grande contexto que dá sentido e inter-relaciona as diferentes unidades de registro. Sendo assim, a partir das unidades de registro, pode-se filtrar/condensar algumas em categorias temáticas, esse procedimento é de responsabilidade do pesquisador (BARDIN, 2015; FRANCO, 2018).

Dessa forma, utilizando os dados coletados e com o auxílio do IRAMUTEQ, foram desenvolvidas unidades de registros (falas das entrevistas)e, a partir dessas unidades, serão criadas categorias temáticas. As categorias que os dados ofereceram seguiram a mesma direção que as quatro estabelecidas no Quadro 6, logo, as respostas e as unidades de registro se relacionam com as dimensões política, econômica, ambiental e sociocultural. Além disso, foram definidas pré-categorias de análise teóricas (quadro 8), possibilitando ao pesquisador

trilhar um caminho para alcançar a triangulação dos dados, assim, para análise do conteúdo serão construídas categorias de análise utilizando de fundamentação teórica que foi trabalhada no decorrer da pesquisa.

O *tratamento dos resultados*, terceira etapa da análise de conteúdo é destinada às interpretações das informações refletindo em um momento de análise crítica e reflexiva do pesquisador (BARDIN, 2015). As inferências foram fruto das interpretações dos dados coletados e dos confrontos dos mesmos com a teoria levantada. O quadro 8 expõe as categorias teóricas desenvolvidas na pesquisa.

Quadro 8 - Categorias de análises teóricas.

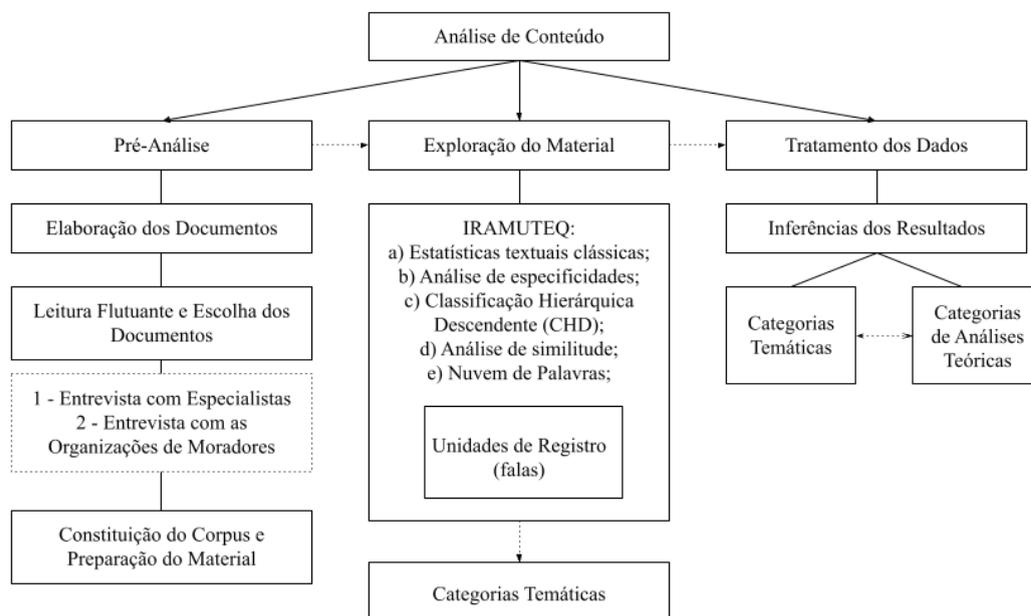
Tema	Desenvolvimento/Análises
<i>Territorialidades Camponesas</i>	Territorialidades são as estratégias de utilização e apropriação construídas multidimensionalmente (política, econômica, ambiental e sociocultural) pelos atores em um território. No território camponês essas territorialidades se manifestam em como se organizam (associativismo, cooperativismo, relações individuais, relações comunitárias, etc.), como produzem (lógica mercadológica ou camponesa, autonomia familiar, subordinação às tecnologias capitalistas, comercialização direta, contratos com empresas, etc.), como utilizam o espaço físico (utilização da terra, uso de agrotóxicos, práticas de agroecologia, etc.) e como se reproduzem socialmente (manifestações culturais individuais ou coletivas, ritos, religiosidade, etc.).
<i>Turismo de Base Comunitária (TBC)</i>	O TBC é um turismo de base endógena, que utiliza os recursos da própria comunidade para organização e gestão da atividade turística. Compreender as relações internas da comunidade oferece base para apontar possibilidades de implementação de atividades turísticas desenvolvidas pela comunidade. Três grandes dimensões norteiam o TBC: 1) a gestão comunitária , que diz respeito às organizações e estratégias de gestão da atividade; 2) a valorização do patrimônio local , que compreende (re)utilizar e (re)valorizar a própria estrutura história/cultural e ambiental da comunidade; 3) o roteiro turístico , que é idealizado a partir das práticas locais de produção e rotinas comunitárias.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em teoria levantada (2022).

A etapa de tratamento dos resultados também abrange o quarto passo da técnica de História Oral, visto se tratar da reflexão e inferência dos dados levantados nas entrevistas. Essa etapa da pesquisa é permissiva para o pesquisador utilizar os métodos que ele próprio considera pertinente (TOURTIER-BONAZZI, 2006; ALBERTI, 2013; MEIHY; HOLANDA, 2015), no caso, será utilizada a Análise de Conteúdo, como descrito nesta seção. Por fim, a

figura 4, baseada em Bardin (2015), resume todo o processo de análise dos dados utilizando as técnicas de Análise de Conteúdo.

Figura 4 - Etapas da Análise de Conteúdo.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Bardin (2015) e Franco (2018).

Uma vez coletados e tratados previamente, iniciou-se o processo de análises feitas pelo Software IRAMUTEQ. Vale ressaltar que nem todas as ferramentas de estatísticas textuais do software foram utilizadas na pesquisa. As próximas seções se dedicam a expor e analisar os dados coletados.

4. OS ACHADOS DO CAMPO EMPÍRICO

A presente seção se dedica a apresentar e debater os dados coletados. A primeira parte da apresentação dos resultados utiliza falas e análises oriundas da História Oral, será feita uma construção histórica do Assentamento 72, ilustrando a realidade que foi captada nesta pesquisa e apresentando os atores e os contextos em que as dinâmicas e relações entre eles começaram. Em seguida, a descrição se aprofunda na utilização da Abordagem Territorial, permitindo uma compreensão multidimensional das territorialidades que se manifestam no assentamento e como essas múltiplas relações entre os atores territoriais podem contribuir para sua emancipação. Por fim, utilizando a teoria sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) que foi levantada a respeito da gestão da atividade, da valorização do patrimônio local e do roteiro turístico que pode ser ofertado, serão discutidos os potenciais para implementação dessa atividade no assentamento.

4.1 O retrato histórico do Assentamento 72

A técnica de entrevista da História Oral permite ao pesquisador construir uma imagem mais precisa do presente, por meio da construção da história do local. Retratos em assentamentos rurais foram construídos seguindo essa técnica no trabalho de Arbarotti e Martins (2019), e seus resultados permitiram discussões mais profundas na análise das narrativas dos respondentes. Os autores utilizaram a técnica para discutir a percepção de camponeses sobre como as mudanças climáticas exigiram uma adaptação em seu modo de produção, para tanto, foi construído uma “imagem” de como os assentados produziam, como as exigências surgiram em seu cotidiano e como os moradores se adaptaram a isso.

Utilizando a técnica da História Oral, notou-se que o Assentamento 72 foi criado pelo INCRA no final da década de 1990. A criação do assentamento é fruto da luta e conquista dos camponeses, como é representado nas falas:

*“O assentamento começou com **ficar sentado**, ficar um bom tempo com a família, ficamos um bom tempo... De lá foi onde começou a distribuição de lotes, e no começo era muito difícil porque não tínhamos água, não tinha como plantar. Muita gente não fica aqui, vão embora para procurar serviço.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“Conquistamos aqui **ficando acampados fora daqui**, ficamos uns seis meses acampados embaixo de lona, só aí que viemos pra cá e foram marcados os lotes. No começo não tinha estrada, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. **Só deram***

o lote... Nem tinha casa, moramos debaixo de lonas, em barracos feitos de lona..."
(Presidente da Associação de Moradores).

Vale ressaltar que as transcrições das entrevistas seguiram as orientações da História Oral descritas por Tourtier-Bonazzi (2006), como foi explicado capítulo 3, item 3.3 desta dissertação, sendo assim, os trechos em negrito e as reticências indicam comportamentos dos respondentes. Tanto a Líder do Grupo Bem-Estar quanto o Presidente da Associação de Moradores são residentes no assentamento e participaram do processo histórico que é narrado, fato este que gerou dinâmicas interessantes durante as entrevistas. Por vezes, o papel da líder do grupo se misturava com os seus sentimentos de pertencimento enquanto moradora, e o mesmo acontecia com o presidente da associação.

Nas falas supracitadas, é feita uma memória da construção do assentamento enquanto processo de luta. Luta essa que não é necessariamente física, mas não deixa de ser exaustiva. Os termos em negrito tanto na fala da Líder do Grupo Bem-Estar quanto do Presidente da Associação de Moradores são ênfases feitas pelos respondentes que destacam o processo que deu início a apropriação do espaço. Termos como "*conquistamos*" ou "*família*" mostram princípios da união camponesa e do espírito de coletividade que também é marca da criação do assentamento. Relatos similares são encontrados em Maia e Gomes (2020) e Ramos e Borges (2021).

No primeiro, as autoras relatam práticas e saberes dos camponeses do assentamento Serra Verde, localizado em Barra do Garça no Mato Grosso (MT), os saberes são ligados ao processo histórico de conquista da terra por meio da união camponesa, e as práticas refletem os aprendizados individuais que são passados para o coletivo, sejam conhecimentos compartilhados de produção agrícola ou artesanal, ou seja, são dinâmicas socioterritoriais camponesas. Já no segundo trabalho, se aprofundam nas relações sociais entre os sujeitos e os territórios em três assentamentos no estado de Minas Gerais (MG), seus resultados apontam para construção da identificação do camponês e do território camponês enquanto território de vida e reprodução social, construção essa que passa pelas relações familiares e cooperativas entre os assentados.

Sobre a população do Assentamento 72, no diagnóstico preliminar realizado por Zarate, Santos e Costa (2010) e também, dois anos depois, em Costa, Zarate e Macedo (2012), os autores destacam uma população em torno de 280 pessoas, uma média de 3,2 pessoas por residência em um total de 85 lotes. Contudo, as entrevistas mostram que com o passar do tempo a evasão foi considerável, sendo que hoje em dia menos da metade dos lotes

estão ocupados: “*Eram 85 famílias, hoje em dia tem umas 40 famílias morando. Alguns já morreram e os filhos não quiseram assumir, estamos esperando o título do lote sair, espero ainda estar vivo pra ver ele.*” (Presidente da Associação de Moradores). Outra característica é o fato de “[...] *possuírem uma heterogeneidade muito grande de origens e procedências, além disso, tem os camponeses que são pioneiros e estão lá desde o começo, e tem outros que chegaram depois e assumiram o lote.*” (Professor da UFMS).

Dessa forma, apesar de existir uma grande parcela de camponeses da região de Ladário, alguns vieram de outras regiões, ou seja, existe uma diversidade de origens e de percepções de mundo. Oliveira (2015) aponta que esse é um fato comum em assentamentos rurais, por se tratar de camponeses que têm em comum a relação com a terra. O autor relata o encontro de camponeses de diversas regiões do Brasil na formação do assentamento Vereda I, em Padre Bernardo - GO, e todos têm em comum a luta pela reforma agrária e a característica da construção de seu território baseado na relação de coexistência com a terra. A mesma característica é observada no Assentamento 72, além disso, possuíam mais experiência com pecuária, como expresso na fala:

“A maioria dos assentados do Assentamento 72 eram ou ex-funcionários da fazenda ou que vieram do Pantanal, alguns de outras regiões como o Paraguai, mas de modo geral eram pessoas com mais experiência com pecuária do que com agricultura.” (Especialista da Embrapa).

A parte final da fala remete às características de produção nos anos iniciais do assentamento. A transição da pecuária para a agricultura não ocorreu de forma orgânica, mas por conta de uma série de experiências fracassadas com órgãos e atores externos e o contexto dessas experiências foram observados nas entrevistas. Os camponeses conquistaram seu território, mas mantiveram uma extrema desconfiança por parte de órgãos públicos do município, que cobravam os assentados por produção nos lotes. Isso os conduziu a alguns investimentos sem terem suporte:

*“Precisava de gado pro lote, venderam umas vacas velhas, sem aptidão nenhuma para leite e ninguém aqui sabia de nada, não tínhamos conselho de ninguém. Compraram essas vacas, veio uma época de seca e morrem todas as vacas, aí ficou a dívida. **Está endividada até hoje. E como faz ai?**”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“[...] e era um assentamento onde foram colocados muitos projetos estruturados **sem conhecer a realidade deles** e acabaram criando muito mais problemas para os moradores do que solução. Um desses projetos foi um financiamento para adquirirem vacas holandesas para produção de leite, muitos compraram as vacas, elas acabaram morrendo e tem pessoas com dívidas altas **até hoje em dia.**”* (Especialista da Embrapa).

“A situação era precária, as estradas eram precárias, a associação estava muito bagunçada, que eles não gostavam de relacionamentos com instituições por conta de experiências fracassadas e que eles não confiavam em mais ninguém, nem neles mesmo... [...]” (Professor da UFMS).

Essas falas ajudam a descrever um período de extrema dificuldade que os camponeses do assentamento enfrentaram. A começar pela desconfiança que os assentados sofrem e que são fortemente marcadas pelas tentativas de impedir as conquistas das terras - seja por grandes proprietários ou mesmo pelo Estado -, que os movimentos que lutam por Reforma Agrária enfrentam (BIZERRA; FERNANDES, 2021). No caso do Assentamento 72, Cunha *et al.* (2018) relataram a desconfiança e a total falta de apoio do poder público, e nas entrevistas termos como “escanteados” e até “explorados” eram utilizados quando se referiam às ações da prefeitura para com os camponeses. Na primeira fala supracitada, da Líder do Grupo Bem-Estar, ao dar ênfase na pergunta “E como faz aí?”, fica nítido o tamanho do impacto e da descrença que os camponeses possuem para com o poder público local. A fala do Especialista da Embrapa enfatiza os impactos dessas ações até os dias atuais, e a do Professor da UFMS, ao dar ênfase ao “não”, referindo-se aos camponês não confiarem em atores externos, também mostra o quanto esses anos iniciais foram complicados e poucas relações com atores externos conseguiram se firmar.

Além desses, outro problema enfrentado pelos camponeses no assentamento é com a falta de água. Diversos trabalhos apontam essa realidade (ZARATE; SANTOS; COSTA, 2010; COSTA; ZARATE; MACEDO, 2012; PINTO *et al.*, 2017; CUNHA *et al.*, 2018), e relatam que a relação conturbada com a prefeitura é um agravante neste cenário. Nas falas é possível identificar que o problema com a água vem desde o princípio do assentamento e não foi solucionado até o dia de hoje:

“A relação com o INCRA era até boa no começo, mas depois foi mudando. Mandaram furar poços aqui pra gente, mas mentiram pra gente porque falaram que era poço artesiano, mas não era... nenhum deles era. Vamos pegando conhecimento e descobrimos que não era. Aí eles abandonaram a gente aqui. Demorou uns três anos para furarem os poços, [...]. Furaram cinco poços aqui, mas hoje em dia só dois que funcionam, três secaram porque não tinha água boa.” (Presidente da Associação de Moradores).

“[...] o pouco recurso que tinha no projeto, fizemos dois poços artesianos e reativamos uns três ou quatro outros. Até hoje o maior problema do Assentamento 72 é a água. O clima é um semi árido superúmido com três meses com excesso de chuva e podendo chegar a nove meses sem chuva alguma, e não tem água superficial, então eles dependem de água de poços artesianos que é chamada de ‘água dura’, rica em cálcio e magnésio.” (Especialista da Embrapa).

“Temos problema com água, problema com energia [...]. Nós não queremos caridade do prefeito não, só queremos água, que mande água pra gente. Tem um projeto de mandar água do rio pra cá, mas nunca sai do lugar. Entra prefeito e está no papel, sai prefeito e está no papel... Nem que fique mais caro a conta de água, mas pelo menos a gente sabe que acordaremos cedo e teria água na torneira.”
(Presidente da Associação de Moradores).

A primeira e a última fala supracitadas são do Presidente da Associação de Moradores, e aqui ocorre a mesma manifestação do presidente enquanto morador desde o início do assentamento, ou seja, ele vivenciou essas dinâmicas. Na primeira fala existe a ênfase no termo *"abandonaram"*, referindo-se ao INCRA que é órgão público responsável pela criação e regulamentação do assentamento, na segunda fala os termos que foram enfatizados apontam a relação com a prefeitura do município. Em ambos os casos o problema principal é a água, e as respostas refletem o impacto negativo das relações com agentes externos, principalmente instituições públicas, que são comumente buscadas para auxílio e ajuda, mas que no caso do Assentamento 72 criaram laços negativos por meio de promessas não cumpridas e total falta de apoio.

A outra fala citada é a do Especialista da Embrapa, que também contextualiza o problema com a água. Ocorre que a soma do clima, com predominância de falta de chuva e poços artesianos com *"água dura"*, ou seja, não potável, faz com que os assentados tenham a necessidade de adquirir água potável por outros meios. Nos três primeiros anos do assentamento *"[...] nós baldeamos água na carroça, íamos até Ladário pra buscar água para beber. Usávamos água do açude, fazíamos isso todo dia"* (Presidente da Associação de Moradores). Atualmente *"a água potável vem de um caminhão que a prefeitura manda três vezes por semana. Às vezes é suficiente, mas às vezes não."* (Presidente da Associação de Moradores). O assentamento existe há mais de vinte anos, durante esse período não ocorreram ações concretas para solucionar o problema, mesmo que *"[...] o problema da água não é difícil de resolver. Tinha recurso nos últimos anos para que se resolvesse esse problema"* (Especialista da Embrapa). Ou seja, a "conversa" entre os relatos das entrevistas evidenciam muito bem o relacionamento conturbado com a prefeitura e o problema com a água potável, que ainda não teve solução.

Esse breve contexto dos anos iniciais do assentamento - com algumas questões que perduram até os dias atuais - permite identificar alguns pontos: (I) a conquista da terra ocorreu por meio de luta e união de camponeses oriundos de diferentes regiões; (II) o Assentamento 72 passou por um processo de êxodo das famílias, sendo atualmente apenas 40 unidades familiares são ocupadas; (III) os camponeses do assentamento passaram por diversas

dinâmicas - principalmente com órgãos públicos - que levaram a construção de desconfiança e descrença com agentes externos; (IV) até os dias atuais, a água é o maior problema na infraestrutura do assentamento, problema este que é acentuado pela péssima relação com a prefeitura de Ladário.

Esse contexto de desconfiança para com qualquer agente externo dificultava as relações até mesmo entre os próprios camponeses. Isso levou a união entre os assentados diminuir, a associação enfraqueceu e as condições de vida foram piorando. Porém, ocorreu uma aproximação de um pesquisador do Campus de Corumbá da UFMS, iniciada em 2010, que desenvolvia pesquisas relacionadas à pequenos produtores e a comercialização de seus produtos, o pesquisador *“pensava ser interessante que os agricultores locais vendessem para os mercados locais, acreditava que isso era o melhor caminho. Descobri que esporadicamente os mercados compravam dos produtores locais, e isso era muito pouco e não tinha uma lógica por trás, era bem esporádico. Então procurei um assentamento rural próximo onde eu pudesse tentar compreender isso melhor, e o Assentamento 72 se enquadrava.”* (Professor da UFMS), feito o contato inicial, foi desenvolvido um “[...] censo para saber o que eles produziam e como era a condição de vida por lá. Fizemos vários sábados com rodadas de questões. Isso foi conversado com o presidente da associação do assentamento da época, para que nos fosse autorizado fazer esse levantamento.” (Professor da UFMS), os resultados desses levantamentos podem ser encontrados em Zarate, Santos e Costa (2010) e Costa, Zarate e Macedo (2012). Na entrevista com o professor, a realidade encontrada foi descrita da seguinte forma:

*“Era uma situação de **muita pobreza**, renda em torno de 300 reais por pessoa e vivam de bolsa porquê de produção não tinha condição já que eles não tinham água e eles não tinham condições de **lutar** por água. Existiam algumas experiências fracassadas como as vacas que eles foram orientados a comprar, deram dinheiro mas não disseram que eles tinham que fazer forragem pra aguentar na época da seca. Quando chegou na seca morreram todas e eles ficaram apenas com a dívida disso tudo, eles estavam muito frustrados [...]”* (Professor da UFMS).

É interessante apontar que a ênfase na palavra *“lutar”* diz muito sobre o contexto em que os camponeses se encontravam, contexto esse que foi o resultado de um acúmulo de relações e experiências bastante negativas com agentes externos. A sequência desse primeiro contato é que um morador do assentamento procura o Professor da UFMS e propõe atividades em conjunto, tendo em vista a situação em que os camponeses se encontravam:

“Terminamos a pesquisa e normalmente isso pararia ali, porém aconteceu que o presidente do Sindicato, o Luiz do Espírito Santo, me procurou e falou que precisávamos fazer algo no assentamento e a universidade seria uma alternativa interessante de levar algo de novo pra lá.” (Professor da UFMS).

“Quando a UFMS chega é por conta de um morador que correu atrás, ele era presidente do sindicato em Ladário e foi atrás da UFMS, chegando o Professor². Ele contou a nossa situação e dificuldades.” (Presidente da Associação de Moradores).

O morador citado narra a transição que a produção no assentamento sofreu após o projeto em parceria com a UFMS ter se instaurado (CUNHA *et al.*, 2018). Esse projeto é o intitulado “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do Assentamento 72, em Ladário-MS, na região do Pantanal”, citado em diversos trabalhos (CUYATE, 2015; CONCEIÇÃO, 2016; KUKIEL; COSTA; MARIANI, 2016; CUNHA *et al.*, 2018) e que levou a concretização das entrevistas junto aos dois especialistas que atuaram na frente do trabalho, um da Embrapa Pantanal e o coordenador do projeto que é pesquisador da UFMS (o capítulo 3, item 3.2 desta dissertação explica os critérios de seleção dos entrevistados). Contudo, a narrativa sobre o início do projeto também é uma mostra da desconfiança que era predominante no assentamento:

“Então participei de uma banca com o Especialista³, que eu não conhecia e ele falou que tinha um edital no CNPq aberto e que seria interessante a agente concorrer a ele. Esse edital era relacionado com agricultura familiar e tinha relação com comunidades de produtores camponeses. [...] Chegamos e fizemos esse projeto com muitas mãos, e eu costurei o projeto. Encaminhamos e foi aprovado. Em 2011 começou as ações no Assentamento 72.” (Professor da UFMS).

*“O pessoal não queria, marcamos reuniões três vezes lá e ninguém foi. Como eu tenho certa experiência vivendo no campo, eu falava com eles mais abertamente. A partir daí apareceram dezesseis pessoas em março. Reunimos o pessoal e expliquei do que se trata e então começamos os trabalhos lá. [...] convencer eles que éramos sérios **não foi fácil**. A experiência começou assim.” (Professor da UFMS).*

“Nesse cenário, a primeira reação dos moradores para com o projeto foi relativamente hostil, porque foi aplicado muito dinheiro que nunca chegou lá, em outro momentos, quando aplicado, foi dessa forma que não funcionava. Quando falamos na primeira reunião que não teríamos dinheiro para distribuir, apenas vinte pessoas vieram na segunda reunião.” (Especialista da Embrapa).

*“Marcaram uma reunião, muitos desconfiaram porque essas promessas **sempre** vinham mas nunca eram postas em prática. E a UFMS chega falando que iam ajudar com hortas, a furar um poço...” (Presidente da Associação de Moradores).*

“Quando a UFMS chegou com a proposta essa desconfiança já existia, mas eles de fato nos acompanharam, seguiram junto até hoje. O Professor faz parte da história

² Refere-se ao pesquisador do Campus de Corumbá da UFMS que coordenou o projeto, cujo nome não será citado. Sempre que for citado em alguma fala, o nome será substituído por “Professor”.

³ Refere-se ao especialista da Embrapa Pantanal cujo nome não será citado. Sempre que for citado em alguma fala, o nome será substituído por “Especialista”.

do assentamento, mas no começo existia muita desconfiança. [...]” (Líder do Grupo Bem-Estar).

Sobre as falas citadas acima: na primeira fala do Professor da UFMS é dita a data de início do projeto, em 2011, o que mostra que a construção das relações de desconfiança e a péssima qualidade de vida no assentamento duraram, até aquele momento, em torno de uma década. Outro ponto de destaque é que o projeto envolveu tanto o professor da universidade quanto o Especialista da Embrapa. Nas duas falas seguintes, tanto do Professor da UFMS quanto do Especialista da Embrapa, é relatado a mesma desconfiança, porém agora, no ponto de vista dos agentes externos. A ênfase no termo *"não foi fácil"* reflete a condição *"relativamente hostil"* com que o projeto foi recebido, algumas tentativas foram feitas para convencer um número maior de pessoas, e ainda assim, não foram todos do assentamento que aderiram. Por fim, as duas últimas falas, tanto do Presidente da Associação de Moradores quanto da Líder do Grupo Bem-Estar também mostram a descrença para com promessas, principalmente com a ênfase no *"sempre"*, referindo-se a propostas que supostamente ajudariam os camponeses, mas que nunca foram postas em prática.

Mesmo com uma recepção desconfiada e temerosa, uma vez iniciadas as atividades do projeto, é posto em prática o que se tornou uma das atividades mais importantes do assentamento: a agroecologia. O tema já foi abordado mais a fundo no capítulo 2, item 2.2.1 desta dissertação, trata-se de uma forma de produção vinculada à territorialidades camponesas, ou seja, sem utilização de agrotóxicos, respeitando os processos naturais, trabalho feito no seio familiar e aderindo à comercialização direta (ROSSET; ALTIERI, 2018). No assentamento *"a agroecologia entrou como uma alternativa já que eles não tinham nenhuma produção considerável, existia produção de abóbora e alguma produção de leite. [...] Fomos com a agroecologia para evitar gastos grandes e para valorizar o trabalho."* (Professor da UFMS), inicialmente os camponeses não tinham conhecimento da prática, o que gerou um receio entre os participantes, como visto na fala: *"Quando começamos a plantar de forma agroecológica ficávamos pensando se íamos conseguir, tínhamos medo de não dar conta de diversificar."* (Líder do Grupo Bem-Estar). Porém, com o apoio das pessoas envolvidas com o projeto, a agroecologia se tornou uma realidade no assentamento:

"Adquirimos alguns materiais para as hortas modelos, e começamos a ter reuniões mensais onde cada reunião era uma capacitação e o pessoal começou a produzir. Com muita negociação, articulada pela Universidade, conseguiram incluir os moradores na feira livre local, que era controlada por bolivianos sem abrir espaço para outros produtores. Uma vez na feira, eles conseguiram boas vendas." (Especialista da Embrapa).

"[...] os professores ajudavam muito a gente, ajudam ainda. Não sabíamos como fazer a plantação, mas aprendemos. Nós tínhamos um canteiro grande de plantação. Eu tinha muito orgulho do pé alface que eu plantava e colhia." (Presidente da Associação de Moradores).

As falas relatam o começo das atividades, o que fica nítido é que os coordenadores do projeto tomaram a frente e deram suporte para os camponeses, suporte este que é relatado na fala do Presidente da Associação de Moradores. As atividades tiveram início em 2011 e *"para começar a agroecologia não precisamos fazer grandes investimentos, nós compramos sementes e equipamentos para fazer hortas modelos e mostramos que era possível de fazer. Em torno de 2012 já tinha produção no assentamento e já era uma vitrine."* (Professor da UFMS). A figura 5 e a figura 6 mostram hortas agroecológicas de produtores do assentamento.

Figura 5 - Horta Agroecológica (I).



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 6 - Horta Agroecológica (II).



Fonte: Dados da Pesquisa.

As figuras são fotografias tiradas em maio de 2022, durante a coleta de dados da pesquisa. As hortas já se encontram organizadas e em plenas atividades. Chegar nessas condições foi um processo que levou anos de uma parceria contínua entre os envolvidos no projeto (coordenadores e camponeses). Mesmo que em 2012 os primeiros ciclos produtivos da agroecologia começam a apresentar resultados, nem todos os camponeses do assentamento aderiram a esta forma de produção, somado a isso, o histórico de desconfiança que se espalhou entre os camponeses e serviu, inclusive, para enfraquecer a união entre os moradores, levou a inauguração de um grupo de produtores agroecológicos do assentamento, o Grupo Bem-Estar.

“Como os assentados estavam utilizando tecnologias agroecológicas, o projeto buscou legalizar esses produtos com um selo de produção orgânica e comercialização direta. Foi quando nasceu o Grupo Bem-Estar. Em 2015 foi quando surgiu esse grupo com o objetivo de transformar a associação em uma Organização de Controle Social (OCS) para legalizar os produtos orgânicos junto ao Ministério da Agricultura.” (Especialista da Embrapa).

A fala do Especialista da Embrapa deixa evidente que o objetivo do grupo é a formalização de uma associação de produtores agroecológicos (processo esse que está em andamento). O Grupo Bem-Estar é uma associação entre os camponeses que possuem uma série de dinâmicas socioterritoriais e que serão melhor discutidas na próxima seção. O que vale ressaltar é que toda produção desde a adesão a agroecologia gerou resultados positivos no assentamento - sendo a criação de uma associação de produtores um dos principais -, melhorando consideravelmente a qualidade de vida dos camponeses, como visto nas falas:

“Fizemos vários cursos, inclusive de como vender. Tivemos resultados muito bons. Apresentamos esses resultados em Brasília, resultados que não precisam ser grandes números de vendas, mas ainda assim temos grandes números de vendas. Na época da pandemia, quando desenvolvemos algumas alternativas, teve famílias que venderam três mil reais por mês. É muita grana pro meio rural.” (Professor da UFMS).

“No período da criação do Grupo Bem Estar até o início da COVID, os estudos mostraram que a renda passou de 300 reais para 2000 mensal, porém isso varia muito por períodos do ano e nem todos chegaram nesses valores, alguns ficaram na faixa dos 700 reais.” (Especialista da Embrapa).

O sucesso da parceria iniciada com o projeto é evidenciado em vários trabalhos (FEIDEN *et al.*, 2016; CARBUNCK *et al.*, 2018; FÁBIO *et al.*, 2018; FEIDEN; JULIANO; COSTA, 2020; COSTA, 2021; COSTA; MARTINS; CUNHA, 2021; FEIDEN *et al.*, 2022). Todo o processo que envolveu a articulação entre os camponeses e os atores envolvidos no projeto geraram novas dinâmicas e territorialidades no assentamento. A agroecologia como a principal forma de produção, que gerou resultados expressivos como a inauguração do Grupo Bem-Estar e fomentou dinâmicas de associativismo pautados nos valores do trabalho camponês e a crescente melhoria na condição de vida dos moradores. Tudo isso foi resultado de anos de práticas conjuntas entre diferentes atores e que geraram novas territorialidades. A Abordagem Territorial permitiu compreender essas dinâmicas e a História Oral permitiu construir uma imagem mais completa do momento atual do assentamento. Se nesta seção foi apresentado o Assentamento 72 pautado, principalmente, na análise das narrativas da História

Oral, na próxima será aprofundado as questões das dinâmicas políticas, econômicas, ambientais e socioculturais entre os diferentes atores que territorializam o assentamento.

4.2 O Assentamento 72 sob a ótica da Abordagem Territorial

Esta seção se dedica a compreender as dinâmicas socioterritoriais existentes no assentamento. Segundo Bizerra e Fernandes (2021), não existem relações socioterritoriais sem território, e nesse sentido, o território é compreendido como a construção do sentido prático e simbólico em um espaço apropriado. O território é fruto do encontro, da organização, das dinâmicas e dos conflitos entre os atores que lhe dão sentido, portanto, trata-se de uma construção relacional (SAQUET, 2014). Essas relações se manifestam de forma multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural) tornando-se territorialidades (observar Quadro 1, no capítulo 2, item 2.1 desta dissertação). Nesse sentido, a abordagem territorial é uma forma de compreensão das territorialidades (relações) que dão corpo a um território. A construção desse conceito, que foi utilizado como principal procedimento metodológico para compreensão das relações no Assentamento 72 baseou-se, principalmente, nos trabalhos de Saquet (2014; 2018), Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014) e Fuini (2014).

Os quatro trabalhos apresentam questões fundamentais para utilizar os conceitos teóricos sobre território e territorialidades e aplicá-los em uma abordagem de pesquisa, culminando na abordagem territorial. Em Saquet (2014), o autor aprofunda o trabalho no fato de o território ser construído de maneira relacional, histórica e não-linear, ou seja, ele é fruto das interações entre os atores que se solidificam historicamente, mas que segue um fluxo de construção que não é constante (não-linear). Esse aspecto de não-linearidade é retomado em Saquet (2018), neste, o autor acrescenta questões de conflitos oriundos da heterogeneidade dos atores que criam as relações, sendo que esses dois fatores (heterogeneidade e conflitos) contribuem para uma construção de território inconstante, ou seja, não-linear. Já em Vaz de Moura e Sousa Moreira (2014), ao também explorarem o aspecto relacional, e também buscando contribuir para a uma abordagem metodológica sobre território, os autores levantam questões que buscam se aprofundar em quais os atores e como eles se envolvem no contexto; como se organizam e distribuem o espaço; quais as intervenções dos atores e em quais níveis estão.

Considerando os atores e as relações como fundamentais na construção do território, Fuini (2014) aborda uma outra questão, - também discutida em Haesbaert (1995, 1997, 2004)

e Saquet (2015) - a multidimensionalidade. Para o autor, as territorialidades que emergem a partir das relações dos atores no território se manifestam em diferentes dimensões. Na dimensão política trata-se de como se configura a organização, gestão e alinhamento das estratégias de desenvolvimento local dos diferentes atores, na dimensão econômica são as práticas, tecnologias e estratégias produtivas utilizadas, quais os veículos de comercialização e a relação com os diferentes atores no contexto econômico, na dimensão ambiental são os impactos, como é feita a gestão e as estratégias para desenvolvimento do espaço físico e ambiental e, por fim, na dimensão sociocultural, trata-se de toda e qualquer prática cultural, tradições e manifestações sociais, tanto individual como coletiva, que desabrocham nas diferentes relações dos diferentes atores entre si. Na sequência do texto, serão apresentadas essas territorialidades do Assentamento 72.

POLÍTICA

A forma como os camponeses se organizam em seu território passa por relações de poder que compõem as dinâmicas territoriais, isso porque o território surge a partir das relações de poder que lhe dão corpo (RAFFESTIN, 1993). A conquista das terras e a união dos camponeses são expressões do território camponês. Essa conquista passa pela organização entre os atores, que foi construída a partir de um objetivo em comum e pautada na coletividade, na solidariedade e na ajuda mútua, existia “[...] *uma ação onde as famílias do grupo se ajudavam, então se alguém precisava de uma mão-de-obra para limpar o canteiro ou algo assim a gente se ajudava, ou ajudava financeiramente.*” (Líder do Grupo Bem-Estar), e a participação era constante: “*Todos participavam, todas as reuniões que tinham iam todos, porque sempre saía algo, sempre repartiam tudo: cobertores, lonas, sacolão de alimentos. Então o pessoal sempre ia, sempre participava.*” (Presidente da Associação dos Moradores). Esses princípios são territorialidades camponesas que foram se construindo por meio da relação entre os camponeses.

Relatos semelhantes são encontrados em Almeida e Junior (2021) e em Azar, Silva e Silva (2021). No primeiro, os autores estudam o processo de conquista da terra por parte dos camponeses na microrregião de Chapadinha, no Maranhão (MA) e destacam a mobilização conjunta dos camponeses, que tinham um objetivo compartilhado e dispunham de estratégias coletivas pautadas na ajuda mútua. Já no segundo, os autores versam sobre a conquista da terra no assentamento Marielle Franco - MA, e além dos pontos levantados no outro trabalho,

destacam a resistência dos camponeses, que persistiram por meses na luta pela conquista da terra.

Como apontado no capítulo 4, item 4.1, os camponeses se organizaram em busca do objetivo da conquista da terra, foi estruturada uma associação de moradores para continuarem a expressarem seus interesses, formalizando o início do Assentamento 72. Isso ocorreu de maneira acelerada, visto que após a concretização do assentamento, os órgãos do estado exigiam a constituição de associações (MITIDIERO JUNIOR, 2011). Ocorre que ao reunir um grupo de pessoas que não eram capacitados para lidar com questões administrativas (algumas, de fato, muito complexas), na prática, a associação se configurou apenas como uma formalidade, mas que com o tempo gerou diversos conflitos entre os camponeses. O resultado disso foi um acúmulo de questões mal resolvidas marcadas por falta de cooperativismo, de solidariedade e de honestidade, como visto nas falas:

*“Quando nós entramos aqui nós corremos atrás de abrir uma associação para poder vir ajuda, correr atrás de recurso... e até vinha, mas tinha muitas pessoas que não era honesta. Assumiram a associação e às vezes faziam cobranças **que nem era de ser feita** da gente, cobrava preço além do que o que o grupo pagava para a associação. Pagamos uma taxa para ser associado, quem não paga não tem direito de reclamar ou falar nada. Para associar sempre tínhamos que pagar uma taxa”*
(Presidente da Associação de Moradores).

*“Tem a associação do assentamento, mas é mais para aquisição de máquinas e plantio. Era mais para coisas relacionadas à produção. Ela ainda existe, é mais antiga. [...] Mas a outra associação é mais política, são assuntos relacionados aos lotes e conseguimos verbas. **A associação enfraqueceu muito.** [...] Já na associação acontece o inverso, ela tinha trator, tinha recursos destinados a ela. O presidente pegava o trator; usava em benefício próprio, e **não fazia manutenção da máquina**, eventualmente ela quebrava e sucateia. Ele usava pra ele e não pensava no grupo.”*
(Líder do Grupo Bem-Estar).

Associações de moradores, em teoria, se estruturam como a manifestação formal da organização coletiva de moradores, ou seja, nascem a partir de um sentido coletivo (MONTEIRO, 2021). No Assentamento 72, a associação surgiu como uma formalidade imposta pelo órgão que regulamenta o assentamento (INCRA) e não organicamente, de forma autônoma. Esse tipo de imposição (que também é uma dinâmica de poder) tende a aumentar a quantidade de conflitos, que se acumulam ao invés de se resolverem, e não fomenta o desenvolvimento do território (ALMEIDA, 2021). Essas questões desgastaram a associação de moradores no assentamento, que passou a ser definida como “*política*”, em um sentido burocrático. Em suma:

*“O que aconteceu no Assentamento 72 foi a reunião de pessoas de outros estados e diferentes movimentos, pessoas de diversas origens. Juntaram essas pessoas, montaram uma assembleia e foram embora, essas pessoas **não tinham noção, não sabiam o motivo da existência da associação**. Jogaram muita coisa complexas como administração do sistema de água, e as pessoas não estavam capacitadas para fazer isso. O resultado é que surgem dois movimentos, um deles é a eleição de alguém para ser o presidente para resolver os problemas e apenas deixam ele lá, o outro é alguém assumir tudo por si só, tomar poder e se apropriar de tudo. Essas coisas **desgastam** as associações, eles não sabem o porque elas existem.”* (Especialista da Embrapa).

O acúmulo de questões mal resolvidas envolvendo a Associação de Moradores do Assentamento 72 desestruturou as dinâmicas coletivas entre os camponeses, fomentou comportamentos individualistas e o coletivo deixou de ser prioridade. Isso vai ao encontro dos achados de Almeida (2021), que aponta para a construção de uma associação de "fora para dentro", como é caso da maioria das criadas em assentamentos pelo INCRA, resultando em intrigas por conta das dinâmicas de poder serem impostas aos camponeses, fomentando individualidades.

Seguindo na mesma perspectiva Silva e Costa (2021), apontam a baixa participação dos moradores nas associações dos assentamentos que foram objetos de seu estudo, as autoras apontam para um déficit de consciência política como principal causa, o que também serve para criar rixas que não se resolvem. Esse é o principal comportamento político das territorialidades no Assentamento 72 nos primeiros anos: o rompimento do coletivo e foco no individualismo.

Essa era a realidade em termo de organização em que o assentamento se encontrava no início do projeto em parceria com a UFMS e a Embrapa Pantanal, ao se referir a essas questões, o Professor da UFMS diz que *“Tudo isso são entraves e diferenças e divergências, então a associação do assentamento não funciona.”* (Professor da UFMS). Ocorre que o projeto tinha como plano realizar ações de desenvolvimento no território, junto com a agroecologia, outras dinâmicas foram sendo criadas. A agroecologia é uma prática de produção com uma função social muito forte, a partir dela outras dinâmicas de poder vão sendo criadas, pautadas em características do território camponês: solidariedade, cooperativismo, associativismo e reciprocidade (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Os camponeses que aderiram às práticas agroecológicas se uniram e constituíram um grupo de produtores agroecológicos no assentamento, chamado de Grupo Bem-Estar.

O grupo é uma associação de moradores informal, constituída de produtores agroecológicos e vinculado às ações do projeto junto à UFMS e a Embrapa Pantanal (FEIDEN *et al.*, 2016). O grupo é *“uma associação que tem o papel de ser deles mesmo,*

*formada de dentro, diferente da associação criada pelo INCRA que é de cima para baixo. Isso foi feito em 2015, com a criação de um grupo de informação, chamado Grupo Bem-Estar. Ele é informal, então tem um regulamento provisório, uma diretoria que se reúne, discute e toma as decisões entre eles. É algo **mais próximo**, mais funcional.”* (Professor da UFMS).

O Grupo Bem-Estar foi criado em 2015, alguns anos após o início das atividades do projeto, e até aquele momento os camponeses não possuíam uma associação coletiva que funcionava na prática, tendo em vista que a associação formal do assentamento não era organizada nesse sentido. A constituição do grupo e o sentimento coletivo, que levou a organização de uma associação informal, são expressões territoriais que foram se construindo a partir da agroecologia. Resultados similares foram vistos em Coca, Vinha e Júnior (2021), ao aderir a uma forma de produção que carrega em seu seio as típicas territorialidades camponesas, os assentados reproduziram essas mesmas dinâmicas de associativismo, de senso coletivo, de solidariedade, de organização democrática. As falas exemplificam essas afirmações:

“É por rodízio. Cada quatro anos de mandato é mudado. São três: um líder, um vice-líder e um suplente. Acabando o nosso mandato, entre os sete atuais, escolhemos três. Atualmente estamos no segundo ciclo de mandato. Fazemos reuniões semanais, em lotes diferentes, cada uma em um lote.” (Líder do grupo Bem-Estar).

*“Conversamos sobre as produções, fizemos relatos sobre o Sacolão⁴, o andamento, a quantidade vendida. Conversamos sobre cuidados com a produção [...]. Os professores são quem marcam as reuniões, mas nos incentivam a começar a reunião mesmo se eles não estiverem presentes, promovendo autonomia para irmos resolvendo. Quando isso acontece não é necessariamente os líderes do Grupo que assumem, **todos do grupo são participativos**, a comunicação flui. No começo tinha muita intriga, por conta de pessoas plantando e vendendo e outros não, tinha esse tipo de intriga. O que muda é que o Especialista sempre incentivou a ser mais solidários, competir menos entre si, então ele fazia essa mediação. Atualmente isso foi se resolvendo, até que hoje em dia somos **mais colaborativos**.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“O nosso grupo está de pé esse tempo todos porque ainda pensamos no coletivo. Quando montamos o pedido, buscamos uma equidade, tentando dividir de forma igual para todos... Um dos membros só tem rúcula, mas todos os outros também tem, então vendemos a rúcula daquele que só tem esse produto pra vender já que os outros podem vender outros produtos. Pensamos no **coletivo**.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“Nosso grupo ainda dá visibilidade para o assentamento. Somos bem estruturados, temos transparência, distribuição justa de renda. Tem diferença de ideias e rixas, mas no fim se entende. **Democracia é isso**, é debate e compreensão.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

⁴ Trata-se de uma atividade de comercialização conjunta que será discutida mais a diante.

Todas as falas supracitadas são da Líder do Grupo Bem-Estar. As duas primeiras se referem a forma como o grupo é organizado, existem três posições de liderança formalizada no grupo (líder, vice-líder e suplente), contudo, pela segunda fala é perceptível que todos do grupo participam ativamente, e as decisões são tomadas em conjunto. As duas últimas falas são importantes para notar o quanto os camponeses compreendem o papel da organização coletiva que fazem parte. A ênfase dada na fala na palavra "*coletivo*", ao se referir a como o comportamento do grupo afeta a todos os integrantes (é focado no coletivo), e na expressão "*democracia é isso*", ao compreender que as decisões tomadas são feitas por meio do debate e pensando no bem comum, nota-se que o grupo assume territorialidades políticas parecidas com o que Saquet (2014) apontou sobre o campesinato, segundo o autor, para o camponês existe uma íntima relação entre a cooperação entre as famílias e o trabalho, ou seja, a coletividade reforça as relações familiares.

Além disso, dois pontos são interessantes de se destacar. O primeiro é que por mais que o grupo se organize e se oriente pensando no coletivo, existe uma dependência muito grande dos coordenadores do projeto, tanto o Professor da UFMS quanto o Especialista da Embrapa. Isso é visto na fala: "*Com a COVID, o impacto foi imediato, tanto a EMBRAPA quanto a UFMS tiveram que se retirar por questões de saúde. [...] a partir de março de 2022 estamos tentando retomar, mas teve uma queda muito grande que não conseguimos acompanhar por conta da pandemia. [...] E a organização entre si também era complicada, tínhamos trabalhado isso com eles, e acabou se perdendo nesse período afastado, então teremos que retomar.*" (Especialista da Embrapa). O segundo ponto é que não são todos os camponeses do Assentamento 72 que praticam a agroecologia e participam do grupo, atualmente o Grupo Bem-Estar conta com sete famílias produtoras. Isso implica em uma minoria, considerando que atualmente cerca de quarenta e cinco famílias residem no assentamento. Esses dois pontos geram uma questão merecedora de uma reflexão, que será retomada mais adiante.

ECONÔMICA

As territorialidades econômicas afloram a partir das relações que alinham a produção e a comercialização no território, passando pelas tecnologias e estratégias utilizadas. Existe uma heterogeneidade de produções no assentamento até os dias de hoje, ocorre que alguns moradores possuem contratos com órgãos públicos e/ou empresas privadas e seguem as

demandas e exigências destes. Os camponeses *"até produziam bastante abóbora, mas vendiam muito pouco porque eles não sabiam vender."* (Professor do UFMS), além disso, *"eles vendiam leite, uma ou duas garrafas por dia."* (Professor do UFMS) e *"queijo, que não era legalizado, então eles vendiam nas feiras ou vendiam para os bolivianos e os bolivianos vendiam nas feiras"* (Especialista da Embrapa). O leite e o queijo são provenientes do investimento nas vacas leiteiras, uma fracassada tentativa de investimento feito por vários camponeses (tema abordado no capítulo 4, item 4.1) que acarretou dívidas e situações de extrema pobreza. A situação até o início do projeto com a UFMS era de que o assentamento não era considerado produtivo e os camponeses conseguiam apenas sobreviver por meio de bolsas e auxílios. Com o início do projeto, uma parte das famílias aderiram à produção agroecológica, como apontado nas falas:

"Começamos a fazer o trabalho. Escolhemos duas horas modelo, que foram escolhidas pelos camponeses por meio de votação, e começamos a fazer uma série de capacitações para produção de hortaliças, montamos experimentos demonstrativos, convidamos um técnico do Sebrae para dar capacitação em planejamento e produção e o pessoal conseguiu começar a produzir. [...] Adquirimos alguns materiais para as hortas modelos, e começamos a ter reuniões mensais onde cada reunião era uma capacitação e o pessoal começou a produzir." (Especialista da Embrapa).

"Para provar que era possível produzir e não era uma questão de preguiça... eles eram considerados um bando de preguiçosos... com o dinheiro do projeto nós construímos três poços artesianos, e com o sistema de irrigação nós mostramos que era possível de produzir. A água era salobra, e achavam ser imprópria para a produção, mas nós mostramos que era possível." (Professor da UFMS).

A agroecologia é uma forma de produção totalmente orgânica que permite dinâmicas de aproximação entre os camponeses e os consumidores, isso se tornou um diferencial dos produtores do Assentamento 72 ao comercializarem seus produtos nas feiras locais: *"Com muita negociação, articulada pela UFMS, conseguiram incluir os moradores na feira livre local [...]. Uma vez na feira, eles conseguiram boas vendas."* (Especialista da Embrapa). A agroecologia também impôs algumas dificuldades para os camponeses, visto que *"Quando começamos a plantar de forma agroecológica ficávamos pensando se íamos conseguir, tínhamos medo de não dar conta de diversificar. Todos do grupo passaram por essa insegurança."* (Líder do Grupo Bem-Estar), ainda assim, a agroecologia se afirmou, tornando-se o maior diferencial produtivo dos camponeses do assentamento e mostrando resultados expressivos (COSTA, 2021). Destaca-se, novamente, o fato de nem todos os camponeses do assentamento terem aderido a essa prática, contudo, em termos de produtividade no assentamento, a agroecologia possui o maior destaque.

As capacitações (em associativismo, gestão participativa, entre outras) e as tecnologias agroecológicas (formas de manejo da terra, técnicas de controle e combate à pragas) foram sendo implementadas no cotidiano do assentamento e novas territorialidades foram se manifestando, essas dinâmicas aproximaram os camponeses, que organicamente se organizaram para criar um grupo informal, o Grupo Bem-Estar (cujo as dinâmicas de organização já foram apresentadas). É dentro do grupo que nasce o que atualmente se configura como a única atividade coletiva de comercialização no assentamento, uma que se tornou modelo e chamou atenção por conta de sua configuração, trata-se do Sacolão Agroecológico:

*“No grupo fazemos o Sacolão, que foi idealizado pelo Professor e já acontece há uns quatro anos. Foi feita uma reunião e percebemos que tínhamos **bastante** produtos e variedades, então foi feita essa proposta que está dando certo. O funcionamento do Sacolão é bem simples, primeiro entre o grupo nós compartilhamos o que temos disponível que pode ser colhido, é feita uma lista, depois compartilhamos a lista no whatsapp para os clientes e eles vão escolhendo, aí montamos as sacolas por pedido.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

“A entrega é feita diretamente para o cliente e não é feita venda de sacolão nas feiras. Vendemos em torno de 20 Sacolões por semana. Os preços dos produtos são tabelados, mas o preço final varia pois cada um monta seu sacolão da sua forma. O contato é feito diretamente com o cliente. Isso facilita a comunicação, receber as reclamações. Inicialmente quem fazia tudo era o Professor, mas atualmente nós mesmos cuidamos disso. Os produtos variam de acordo com a produção, mas temos hortaliças de modo geral, ovos, queijo. Uma integrante do grupo faz pão e doces. Hortaliças são os produtos mais vendidos. É feita a colheita semanalmente para venda no Sacolão e nos organizamos para termos o suficiente para a próxima semana.” (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“O sacolão é a única atividade em conjunto dos membros do grupo. A renda é distribuída de forma mais igualitária, tentamos vender os produtos de todos em igual proporção. **A não ser** que apenas um tenha mais produtos que outros, ou quem vende um item que só essa pessoa vende. A venda é controlada por duas pessoas, e tentamos diversificar o máximo a venda para não acontecer de um vender mais que o outro.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

*“Depois de fazer o Sacolão e vender tudo, temos a transparência, anotamos e falamos tudo que foi vendido, a quantidade, quem vendeu... às vezes um ou outro tem uma margem um pouco superior porque às vezes a pessoa consegue produzir um certo alimento que outro não consegue como alguns produtos de longo prazo, que o produtor pode conseguir colher. Isso é bacana porque estimula a diversidade, o que mantém nosso grupo fornecendo mercadoria **é diversidade e controle.**”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

Na primeira das quatro falas supra indicadas, a interlocutora frisa o termo "*bastante*" ao se referir a quantidade de produtos e variedades que os membros do grupo possuíam, o que aponta que a produção agroecológica aumentou a oferta de produtos que os camponeses tinham. Na segunda fala é interessante notar a proximidade com o cliente, a comercialização

direta é uma marca da produção agroecológica vista em diversos assentamentos (PAULINO; MOREIRA; ALMEIDA, 2018).

As duas últimas falas dizem respeito ao controle da atividade, que é autogerida pelos camponeses do Grupo Bem-Estar, a líder do grupo aponta que a gestão do Sacolão Agroecológico, assim como a de todas as questões do grupo, presa pelo coletivo, aderindo a equidade na distribuição de renda, na transparência total das informações, entre outras questões que apenas fortalecem as relações entre os camponeses. Resultados similares são vistos em Coca, Vinha e Junior (2021), os autores analisaram práticas agroecológicas em assentamento rurais de Minas Gerais (MG), destacando, entre outras coisas, que as práticas agroecológicas impulsionaram questões de associativismo no campo por meio da aproximação dos produtores.

A agroecologia se tornou um marco no Assentamento 72, assumindo de fato a dupla função, tanto tem um caráter econômico/produtivo, gerando renda para o produtor, como também tem uma função social de preservar as territorialidades camponesas (PAULINO; MOREIRA; ALMEIDA, 2018; COCA; VINHA; JUNIOR, 2021; DOURADO, 2021). O Grupo Bem-Estar nasce a partir da aproximação que a agroecologia gerou nos produtores do assentamento, o Sacolão Agroecológico resguardou essa aproximação e é uma atividade que está sempre focando no coletivo do grupo. A visibilidade alcançada pelos produtores foi grande, *“com a agroecologia nós criamos várias alternativas e esses produtores passaram a ser referência na região com imagens vinculadas a instituições de respeito e aparecendo na TV. Fizemos questão de mostrar isso, queríamos mostrar essas novas territorialidades criadas a partir da agroecologia.”* (Professor da UFMS), outro ponto é que os camponeses tiveram acessos a feiras agroecológicas organizadas no município, além da feira da própria cidade de Ladário, *“abrimos uma feira de produtos agroecológicos na UFMS de Corumbá, [...] e abrimos uma outra feira de produtos agroecológicos na EMBRAPA. E também abrimos uma feira no IF. Tínhamos três feiras”* (Especialista da Embrapa). Ou seja, a produção agroecológica e a comercialização direta com clientes são as principais marcas do assentamento atualmente.

AMBIENTAL

O território camponês carrega consigo uma relação entre homem e terra que é muito forte. A terra assume uma função de resguardar os conhecimentos, a força e o fruto do trabalho, ou seja, o camponês existe com a terra, coexistindo com ela, respeitando seus limites

(BERNSTEIN *et al.*, 2018; PLOEG, 2020). A agroecologia, que atualmente é a principal prática produtiva do assentamento, manifesta essa dinâmica entre camponês e terra: “*A plantação é feita no tempo do produto então nos organizamos e fazemos o controle dessa forma. Começamos a fazer esse controle por meio de anotações recentemente [...]*” (Líder do Grupo Bem-Estar). A fala da Líder do Grupo Bem-Estar mostra que os camponeses organizam a produção e a comercialização de produtos baseando-se no ciclo do produto. Isso é controlado pelos integrantes do grupo.

Ainda que as práticas agroecológicas caminham em direção do desenvolvimento do território a partir de uma relação harmônica com a terra, existe uma questão no Assentamento 72 que, ao mesmo tempo que não é recente, sendo apontada desde os trabalhos de Zarate, Santos e Costa (2010) e Costa, Zarate e Macedo (2012), também não está próxima de uma solução. Trata-se da água potável no assentamento.

*“A água do nosso poço está se encurtando cada vez mais. Atualmente tem só um poço funcionando que é do assentamento e não é água potável. Isso vai desestimulando. Alguns **lutam e persistem**, outros desistem e tentam outra coisa. Mas ninguém enxerga isso, só época de eleição que vem muita gente aqui prometendo mas nunca fazem nada. Mentem **muito** pra gente.”* (Presidente da Associação de Moradores).

*“[...] caso de um dos poços que temos furado, ele foi furado dentro de um campo de um fazendeiro, isso gerou muita intriga que quase acabou em **tragédia**. Na época eu até comprei essa briga. O fazendeiro diz que o poço é dele, mas permite que mande água para o assentamento, mas é dele. Hoje em dia esse poço está parado porque a conta subiu, até tinha um prefeito que ajudava a pagar a conta, mas hoje isso mudou com o prefeito atual. Na época que esse poço foi furado era um fazendeiro que aceitou, tudo foi combinado de forma verbal e funcionou por uns três anos, o dono acabou falecendo e o novo dono cortou esse acordo.”* (Presidente da Associação de Moradores).

“O prefeito não ajuda muito a gente aqui não. A vereadora chegou comigo no lote de um fazendeiro dizendo que ia comprar equipamentos para arrumar o poço e fazer ele funcionar. Mas depois disso nunca mais apareceu.” (Presidente da Associação de Moradores).

“Hoje em dia a gente tem que racionar a água que tem, dividir com animal e plantação. O resultado é que não dá pra manter tudo. E muitos não aguentaram... saíram do assentamento porque não tem água. Na fazenda privada tem água em fartura... tem piscina... e a gente aqui sem nada.” (Presidente da Associação de Moradores).

As falas apontam tanto para uma justificativa do assentamento estar com menos famílias residindo no local, como também para uma realidade de luta constante por um recurso básico. Os serviços públicos de saneamento básico incluem abastecimento de água potável (BRASIL, 2007), contudo, essa questão se alonga no Assentamento 72 desde sua fundação, como foi apontado anteriormente. A primeira e a segunda fala destacam termos que

espelham bem as condições e as dinâmicas que envolvem a água potável no assentamento, como a ênfase em *"lutam e persistem"*, referindo-se às condições de vida dos camponeses, além de *"muito"*, referindo-se à promessas de soluções que se acumularam, mas nunca foram cumpridas. Outro termo que se destaca é *"tragédia"*, que se refere a uma tentativa que partiu dos camponeses de tentarem resolver o problema - que não é de responsabilidade deles - e que ficou preso em conflitos de poder. As duas últimas falas retratam tanto a relação conturbada com a prefeitura como mostra outro momento em que o Presidente da Associação de Moradores assume a voz do morador do assentamento, ao relatar a condição subordinada em que os camponeses estão no que diz respeito à água.

SOCIOCULTURAL

Com o início do projeto em parceria com a UFMS e a Embrapa Pantanal, os camponeses aderiram à agroecologia, processo esse que gerou dinâmicas políticas, econômicas e ambientais que já foram abordadas. Além dessas, entre os camponeses do Grupo Bem-Estar a agroecologia se afirmou totalmente, construindo também novos sentidos de pertencimento, a própria criação do grupo é uma manifestação dessas territorialidades geradas pela agroecologia.

Essas territorialidades confirmam a dupla função da agroecologia, que é tanto econômica como também social, isso fica claro quando os camponeses passam a compreender o que é a agroecológica e entendem suas funções: *"No começo foi difícil, tínhamos que seguir regras por conta da agroecologia, muitos não aceitaram. O alimento agroecológico ele não é bonito... às vezes tem um furo, um defeito, mas é aí que se sabe que ele é agroecológico mesmo, tínhamos dificuldade de passar essa noção para os clientes. Hoje nossos clientes sabem que isso é que faz dele agroecológico."* (Líder do Grupo Bem-Estar). Além disso, os camponeses compreenderam o sentido da agroecologia enquanto saúde:

"Eles demoraram a entender o que era agroecologia, mas agora você já pode perguntar pra eles e vai encontrar alguma formação de conceito muito interessante que está intimamente ligada com a vida deles diretamente e em como fez diferença na vida deles. [...] Hoje eles tem uma frase que é 'a gente não vende alimento, nós vendemos saúde' é algo marcante de quem entende do que se trata a agroecologia." (Professor da UFMS).

"Os bolivianos controlam as feiras então eles têm mais espaços, mas por isso é bom termos diversidades a agroecologia ajuda nisso, os bolivianos sempre produzem e vendem o mesmo, mas nós produzimos diversidades e sem agrotóxicos o que dá uma vantagem. Já quem compra no Sacolão sabe que se trata de um alimento

agroecológico, eles sabem que não tem agrotóxico nenhum” (Líder do Grupo Bem-Estar).

Dourado (2021) descreve a experiência com agroecologia no assentamento Contestado, localizado em Lapa, no Paraná (PR). O autor conclui que a experiência foi marcante não apenas na transição social dos camponeses, que tiveram rupturas no pensamento dominante e passaram a compreender a importância da saúde e do bem-viver, o que contribuiu para sua luta emancipatória. A questão de viver bem, de melhoria real na vida dos camponeses também foi vista no Assentamento 72 pois *“um dos camponeses mais teimosos que participou do nosso projeto, estava em uma perspectiva muito ruim, estava derrotado. Ele era muito desconfiado, sempre carrancudo, sem sorrir. Um dia, ele estava voltando da feira sorrindo e assobiando, voltando pra casa com dinheiro e com produtos que tinha comprado pra comida da família. Em 2013 compramos sementes de melancia, e ele plantou e cuidou para poder vender no natal daquele ano. Ele foi o único que vendeu melancia naquele ano, só ele tinha, ele conseguiu comprar um carro com o dinheiro da melancia que ele vendeu.”* (Professor da UFMS). Ou seja, não somente a agroecologia passou a ser a principal força econômica e produtiva do assentamento, mas também se tornou o pilar que sustenta as relações do camponês com seu território, promovendo melhoria na qualidade de vida, resguardando o conhecimento do camponês sobre a saúde proveniente dessa prática e passando isso para os clientes.

Em termos de manifestação cultural, não existem festas no assentamento, contudo existem ideias que estão em desenvolvimento a partir do Grupo Bem-Estar junto ao professor da UFMS e o Especialista da Embrapa, dessa forma a ideia é *“Fazer uma festa para todos conhecer o trabalho, dar visibilidade.”* (Líder do grupo Bem-Estar). Religiosidade é algo muito marcante em territórios camponês (SAQUET, 2014), e no Assentamento 72 essa questão existe, mas é expressa de maneira individual, com os dados dessa pesquisa identificou-se que a *“religião é algo muito forte aqui.”* (Líder do Grupo Bem-Estar), contudo, não foi possível averiguar se existiam celebrações religiosas conjuntas. O trabalho de Conceição (2016) aponta a construção de uma igreja comunitária no assentamento, que seria localizada no Centro Multiuso Comunitário, o centro existe dentro do Assentamento 72 com múltiplas funções como escola, atendimento médico e odontológico, igreja. Segundo a fala: *“Têm um centro multiuso no assentamento, a gente usa como uma cozinha para fazer doce, pão. Tem os materiais necessários. É um espaço público do assentamento então podemos usar. O pessoal do Grupo Bem Estar utiliza para fazer doces geralmente.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

Uma vez expostos os resultados da Abordagem territorial aplicada no assentamento, apresenta-se o quadro 9, que é uma síntese das relações e das dinâmicas que a pesquisa identificou no Assentamento 72. A partir dele, cria-se espaço para uma análise dos principais pontos a serem discutidos sobre os achados da pesquisa.

Quadro 9 - Resumo das (multi)(pluri)territorialidades no Assentamento 72.

Dimensão	Dinâmicas/Relações
<i>Política</i>	Os camponeses se organizaram para conquista de sua terra, contudo, a associação de moradores foi formalizada sem um motivo prático de existir, o que acarretou conflitos sem resolução e fomentou desconfiança entre os camponeses. Após iniciarem os trabalhos com a agroecologia, se formou uma associação informal de moradores que são produtores agroecológicos e seguem os preceitos da colaboração, reciprocidade, e organização coletiva. Atualmente existem intrigas, e dificuldades na gestão e alinhamento de estratégias, gerando um certo nível de dependência dos especialistas (Professor da UFMS e Especialista da Embrapa). Ainda assim, os camponeses do Grupo Bem-Estar buscam por melhor planejamento de atividades coletivas visando formalizar o grupo como associação. Deve-se pontuar que não são todos os moradores do assentamento que participam do grupo ou aderem às práticas agroecológicas de produção.
<i>Econômica</i>	Os camponeses tinham formas individuais de produção e nos anos iniciais do assentamento existiram tentativas (fracassadas) de comprar e gerenciar gado, além de alguma produção de abóbora. A comercialização era variada entre contratos com empresas e órgãos públicos e vendas individuais em feiras locais ou mercados locais. Após o início do projeto, uma parte dos moradores aderiram a produção agroecológica, seguindo suas técnicas e utilizando suas tecnologias. Com a fundação do Grupo Bem-Estar, os produtores agroecológicos aderiram a práticas conjuntas de produção e comercialização, organizadas pelos próprios integrantes do grupo. O nome da atividade de comércio do Grupo Bem-Estar é Sacolão Agroecológico, que preza pela proximidade com o cliente. Nem todos os moradores do assentamento participam das atividades do Sacolão Agroecológico, ainda assim, muitos, inclusive os membros do Grupo Bem-Estar, comercializam seus produtos em feiras locais.
<i>Ambiental</i>	A produção agroecológica resguarda o sentimento e a relação do camponês com a terra, seu território é território de vida, a produção é feita no tempo que o produto precisa e a organização coletiva procura monitorar essas dinâmicas para que a comercialização não seja afetada. Contudo, existe o problema com a água no assentamento, que não está próximo de solução. Trata-se de uma relação conturbada com órgãos públicos, que se estendeu por anos e que tem afetado os camponeses diariamente.
<i>Sociocultural</i>	Com a adesão à agroecologia os camponeses desenvolveram territorialidades que se pautam na cultura camponesa: de associativismo, de colaboração, de autonomia familiar. Essas manifestações se tornaram marcas culturais no assentamento, que são passadas para os clientes que consomem os produtos agroecológicos. A agroecologia renovou o senso de pertencimento à terra, que estava distante da realidade do assentamento considerando as lutas desgastantes por água e o rompimento da Associação de Moradores. Os produtores do Grupo Bem-Estar desenvolveram um apego forte às práticas agroecológicas e tem intenção de desenvolverem ritos pautados nisso, como festivais agroecológicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa (2022).

Ao analisar o disposto no Quadro 9 e os resultados descritos até aqui, é possível retomar a discussão sobre a luta por emancipação, que é uma marca do campesinato, e muito comum em assentamentos rurais. O território camponês é o território de vida do camponês, onde ele constrói sua existência (FERNANDES, 2012). O campesinato é uma característica de vida no território camponês, onde territorialidades como solidariedade, autonomia familiar, produção orgânica e comercialização direta são marcantes (BERNSTEIN *et al.*, 2018; PLOEG, 2020). Contudo, considerando a forte expansão do capital no campo (agronegócio) o camponês se encontra cada vez mais subordinado ao mercado, não necessariamente em termos de práticas produtivas - ao menos, não somente -, mas em termos de não possuir formas de lidar com quaisquer contratempos oriundos de exigências mercadológicas (ORIGUELA, 2019). Essa subordinação leva o camponês a aderir práticas vistas como coerentes sob a ótica do mercado, mas contraditórias sob a lógica do camponês (FABRINI, 2018). Mesmo aderindo a essa lógica, camponeses - e aqui, especificamente, os camponeses em assentamento rurais - permanecem buscando formas de produzir e se reproduzir socialmente baseando-se no seu estilo histórico de vida, ou seja, buscam se emancipar. Seja por práticas agroecológicas e produção orgânica (DOURADO, 2021), comercialização direta (PAULINO; MOREIRA; ALMEIDA, 2018), associativismo e união dos atores territoriais (COSTA; MARTINS; CUNHA, 2021), entre outras formas. A Abordagem Territorial, enquanto procedimento metodológico que se aprofunda nas relações e dinâmicas entre os atores territoriais, permitiu uma compreensão abrangente das territorialidades manifestadas no assentamento (o território estudado) e como os diferentes atores se comportam nesse meio.

A começar na dimensão política, ao passo que os camponeses que produzem de forma agroecológica, e são membros do grupo Bem-Estar, estão alinhados enquanto associação com objetivos definidos, existe uma clara falta de alinhamento entre os atores pensando no assentamento como um todo. A Associação de Moradores do Assentamento 72 poderia ser um agente unificador, justamente por abranger a todos os que moram no assentamento, não apenas os produtores agroecológicos, contudo, essa dinâmica não acontece visto as rixas criadas historicamente, que surgiram de dentro desta associação. Visto que a associação nasceu de forma imposta e não a partir de um senso coletivo, os camponeses não conseguem encontrar nela um pilar em comum, essa imposição de poder tende a ruir a coletividade que cria assentamentos rurais (ALMEIDA, 2021; SILVA; COSTA, 2021).

Ainda assim, apesar de existir uma falta de alinhamento entre todo o assentamento, as dinâmicas existentes entre os camponeses do Grupo Bem-Estar, a UFMS e a Embrapa (a partir do projeto em conjunto) são fortes expressões camponesas de associativismo,

autonomia familiar, além de estratégias organizacionais pautadas em decisões democráticas. Isso foi resultado de um processo que levou anos para se construir, mas ele foi construído de forma orgânica e não imposta. Ao nascer de um senso comum associações podem garantir a reprodução da unidade familiar, melhorar a qualidade de vida e manter os preceitos e cultura camponesa no seu modo de viver e de produzir (LIMA; VARGAS, 2015). Mesmo que esses objetivos estejam sendo alcançados pelos camponeses, *“Os moradores ficam motivados, mas eles ainda têm uma **grande dependência** da gente. Se não abrirmos um espaço eles não conseguem... Por isso não podemos simplesmente colocar um prazo de despedida. Se sairmos depois de quatro anos a experiência fracassa.”* (Professor da UFMS).

Na dimensão econômica, a tecnologia da agroecologia é pautada nos costumes camponeses somados à qualidade produtiva alcançada com anos de estudos e avanços científicos (ALTIERI, 1989; 2012). Trata-se de uma forma de produzir que carrega a relação do camponês com a terra, uma relação de coexistência, de compartilhamento de espaço, de respeito (FABRINI, 2011; PLOEG, 2020). Esses conceitos se perdem nas pesquisas sobre o agronegócio monopolizado, que facilmente encontrou uma solução para se tornar extremamente produtivo - e vendedor dessa produção -, contudo, essas soluções eram pautadas não em compartilhar o espaço com a natureza, mas em tomá-lo para si ao utilizar componentes químicos que descaradamente alteram os processos naturais. Parte dos camponeses ainda utilizam de produção não agroecológica, com regimes contratuais com órgãos públicos e/ou mercados e empresas privadas para fornecimento de alimentos. Esses contratos tendem a manter o camponês subordinado às lógicas mercadológicas, e também a condição do mercado (FABRINI, 2019; RAMOS; BORGES, 2021).

Contudo, a agroecologia foi proposta no assentamento como uma forma tanto de inovar a produção, como também de valorizar o trabalho do camponês, livrando-o de contratos que não lhe proporcionavam poder algum. É interessante discutir o quanto a agroecologia é uma prática que se prende em tradições, ou seja, as tecnologias utilizadas não são maquinários, instrumentos controlados remotamente, produtos químicos, etc. Não, trata-se de tecnologias como *“a cobertura do solo com palhas”* (Especialista da Embrapa), que ajuda a combater o clima quente e a falta de chuva, ou técnicas de controle de pragas que não utilizam, em hipótese alguma, venenos. Porém, isso resulta em um alimento saudável, e a ideia de poder comercializar um alimento saudável se tornou uma territorialidade graças a agroecologia em vários assentamentos (COCA; VINHA; JUNIOR, 2021; DOURADO, 2021), inclusive no Assentamento 72. Além disso, a partir da agroecologia, criou-se o Sacolão Agroecológico, que dá visibilidade ao assentamento e desenvolve potenciais estratégicos para

expandir o contato do camponês com o consumidor, visto que se trata de uma comercialização direta, isso também resguarda uma característica do campesinato que é inutilizada no agronegócio: a comercialização e o contato direto com o consumidor. A produção agroecológica é sim inovadora, mas deve-se pontuar que não são todos os camponeses que participam dessa forma de produção.

Na dimensão ambiental, enquanto a agroecologia se pauta na produção de alimento de qualidade e saudável, sem utilizar agrotóxicos e respeitando o tempo e os limites da terra, o assentamento luta contra a falta de água potável desde sua criação, problema esse que tem veias de rixas políticas muito fortes e que não estão próximas de uma solução. Ocorre que “[...] *sem água não se produz, tinha que brigar e eles já estavam cansados porque eles lutaram várias vezes e perderam em todas elas.*” (Professor da UFMS), mas ainda assim “[...] *nós conseguimos provar que era possível produzir com água salobra. Depois disso apareceram várias hortas agroecológicas em Ladário e Corumbá.*” (Professor da UFMS).

Mesmo que saneamento básico envolve a disposição de água potável (BRASIL, 2007), esse problema não é incomum. No Assentamento Estrela da Ilha, localizado em Ilha Solteira no estado de São Paulo (SP), mais de 90% dos camponeses possuem poços semi-artesianos e não possuem tranquilidade com relação à qualidade da água que consomem (SIMONATO *et al.*, 2019). O mesmo ocorre no Assentamento Santa Mônica, localizado no município de Pombal, no estado da Paraíba (PB), onde os moradores são abastecidos com água potável por carro-pipa (o mesmo ocorre no Assentamento 72) e não tem confiança na qualidade dessa água (LIRA DA SILVA *et al.*, 2019). Essa realidade dificulta a condição que os camponeses podem lutar por emancipação, trata-se de uma grave falha de infraestrutura que é mantida dessa forma por questões de rixa política.

Já na dimensão sociocultural, se por um lado é correto dizer que a agroecologia é uma forma de produção camponesa que tem valor social e econômico, um questionamento deve ser feito no Assentamento 72: a agroecologia se inicia por consequência dos camponeses não terem condições de aderirem a maquinário e práticas de produção em massa, ou ela é uma pauta de luta dos camponeses? Por mais que essa pergunta não seja parte direta no tema da presente dissertação, ela se faz necessária para entender as dinâmicas e territorialidades camponesas no assentamento que potencializam sua emancipação. Essa discussão deveria ser mais presente quando a agroecologia faz parte das dinâmicas em assentamentos rurais. Trabalhos como o de Moreira, Almeida e Paulino (2018), Balbinotti e Thies (2019), Câmara, Soares e Zavatário (2020), Silva *et al.* (2020), Coca, Vinha e Junior (2021) e Dourado (2021)

versam sobre agroecologia em assentamentos e mesmo discutindo indiretamente sobre o quanto essa prática é pauta de luta camponesa ou falta de opção, não o fazem diretamente.

No Assentamento 72, a agroecologia se inicia por conta do projeto iniciado pela UFMS e a Embrapa Pantanal, alguns relatos esclarecem que essa prática se deu por não necessitar de grandes investimentos e pelos camponeses não terem outra alternativa: *“Na verdade eles pegaram porque não tinham alternativa. Não tenho como dizer que eles viram uma ideia maravilhosa, achavam que ia dar certo. Só não tinha mesmo saída pra eles, e eles só entraram com o trabalho, toda a parte de sementes e algum nível de estrutura vieram da gente.”* (Professor da UFMS), *“Foram feitas produções agroecológicas porque eles não tinham recursos”* (Especialista da Embrapa). Porém, as dinâmicas que surgiram dali fomentaram práticas de associativismo e resguardo da cultura camponesa, além do fortalecimento do pertencimento em seu território (que culminou na criação do Grupo Bem-Estar, no Sacolão Agroecológico, na compreensão da agroecologia enquanto saúde, etc.). No Assentamento 72, assim como em outros trabalhos, essas territorialidades que foram geradas, resultaram em melhorias na condição de vida dos produtores, e fomentou o estilo de vida camponês (BALBINOTTI; THIES, 2018; COCA; VINHA; JUNIOR, 2021; DOURADO, 2021), desenvolveu emancipação e autonomia dentro dos territórios para mulheres (CÂMARA; SOARES; ZAVATÁRIO, 2020), abre portas para novas atividades econômicas que se relacionam com o contato direto com o consumidor (MOREIRA; ALMEIDA; PAULINO, 2018; SILVA *et al.*, 2020).

Em suma, os resultados apontam para territorialidades que buscam autonomia a partir de ações que direcionam os camponeses nesse sentido. De um lado existe uma falta de aproximação entre todos os assentados, que poderia ser melhor desenvolvida a partir da Associação de Moradores do Assentamento 72, mas que não o faz, por outro lado, as territorialidades que surgiram a partir da agroecologia levaram ao desenvolvimento do Grupo Bem-Estar, que se pauta no associativismo e no bem coletivo, e que por mais que ainda depende do apoio de instituições como a UFMS e a Embrapa Pantanal, os camponeses conseguem se organizar coletivamente e buscar soluções e estratégias de forma coletiva, pensando no grupo.

A agroecologia se solidifica no assentamento como uma forma de produção que resguarda o pertencimento do camponês com a terra, cria territorialidades pautada no alimento saudável que é produzido e é configura como uma forma de produção de grande inovação mesmo sem utilizar maquinários, tecnologias avançadas e produtos químicos, permitindo comercialização direta de produtos saudáveis. Mesmo a agroecologia respeitar os limites

ambientais da terra, provendo um produto saudável para consumo, o assentamento luta diariamente com a falta de água, problema este que está longe de ser solucionado. Os camponeses que aderiram a agroecologia e dela geraram novas territorialidades não aderiram a essa forma de produção por pura de luta, mas sim por necessidade e falta de opção, contudo, o caminho que isso tomou foi a da constituição e uma associação de produtores que surgiu a partir dos camponeses que produziam agro ecologicamente, práticas de comercialização direta com os clientes e reconhecimento da agroecologia como uma forma de valorizar seu trabalho e seu território.

4.3 As potencialidades do Turismo de Base Comunitária no Assentamento 72

Nesta seção pretende-se explorar as características encontradas no Assentamento 72 que potencializam a implementação do turismo de base comunitária (TBC) no território. O roteiro construído para coleta de dados utilizou a Abordagem Territorial e a História Oral como procedimento metodológico e técnica de entrevista, com isso foi possível a compreensão das territorialidades manifestadas pelos camponeses em sua forma de se organizar (política), de produzir (econômica), de se relacionar com o meio ambiente (ambientais) e de pertencimento em seu território (sociocultural), dentre outras dinâmicas e relações existentes no assentamento e envolvendo os atores territoriais. O TBC é sobre a gestão do turismo com bases endógenas, que utiliza os recursos da própria comunidade para organização e gestão da atividade turística (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012), dessa forma, compreender as relações internas da comunidade oferece base para apontar possibilidades de implementação de atividades turísticas, planejadas e geridas pela comunidade.

No capítulo 2, item 2.3, desta dissertação foi abordado o TBC em suas definições teóricas, o que se aponta, contudo, é que mesmo existindo uma base teórica consistente - que versa sobre seu carácter endógeno e com participação da comunidade (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009) -, o TBC carece de dimensões que possam dialogar com as realidades das diversas comunidades, que manifestam diferentes territorialidades, ou seja, é necessária que a teoria a respeito do tema se aproxima das realidades territoriais encontradas (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2015; MORAES *et al.*, 2020).

Muitas comunidades tradicionais, que territorializam seus espaços pautando-se em relações de aproximação entre os atores e com a natureza, passaram a se organizar em forma de associações e cooperativas, vinculando-se com o turismo. García (2020) aponta que na

Argentina a gestão da atividade turística é realizada de diversas formas nas várias regiões do país, mas que se utilizam de cooperativas a partir das unidades familiares. Na Costa Rica, as atividades são desenvolvidas por famílias camponesas e organizações comunitárias (ARIAS-HIDALGO; MÉNDEZ-ESTRADA, 2016). Aldecua (2011) aponta que no Equador surgem a partir de associações em comunidades indígenas. No Brasil, é comum encontrar atividades de TBC em espaços rurais a partir de associações camponesas (FLORES; LIMA; CHRISTOFFOLI, 2016). O que possuem em comum são a heterogeneidade em formas de gestão.

Um aprofundamento na construção teórica do TBC resultou no Quadro 3 (capítulo 2, item 2.3 desta dissertação), que sumariza três grandes dimensões teóricas do TBC, discutidas frequentemente em pesquisas sobre o tema. Posteriormente, a partir de trabalhos que focaram em iniciativas de TBC, o Quadro 4 (capítulo 2, item 2.3 desta dissertação) apontou dez dinâmicas práticas acopladas dentro das três grandes dimensões teóricas. Essas dimensões e dinâmicas práticas levantadas dizem respeito à (i) Gestão Comunitária: Diálogo entre os Atores, Autogestão e Tomada de Decisão Democrática, Equidade de Trabalho e Distribuição Justa de Renda; (ii) Valorização do Patrimônio Local: Ambiental, Histórico/Cultural e Produção Sustentável; (iii) Produto Turístico: Integração de Atividades, Rotinas da Comunidade e Produtos Locais.

As análises desta seção serão feitas considerando esses itens e os dados coletados na pesquisa, com o auxílio do Software IRAMUTEQ. A utilização do IRAMUTEQ para análise do corpus textual requer formatar o texto transcrito de acordo com as normas que o software demanda (ver capítulo 3, item 3.3). O texto formatado foi o fruto da transcrição utilizando os preceitos da História Oral (ver capítulo 3, item 3.3). Dessa forma, utilizando essas duas formas de tratar os dados é possível uma riqueza analítica. Análises utilizando o IRAMUTEQ como ferramenta já atestaram sua eficiência (GÓES *et al.*, 2021; SOUSA, 2021), assim como análises utilizando as técnicas exploratórias da História Oral (MOREIRA, 2020; 2020a; PAULA, 2020), contudo, no decorrer da escrita desta dissertação, análises utilizando as duas técnicas em conjunto não foram encontradas.

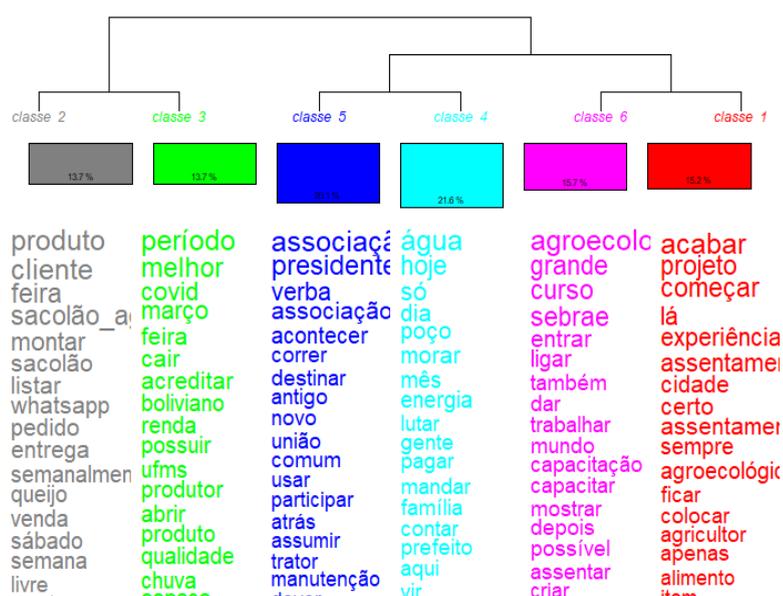
GESTÃO COMUNITÁRIA

A figura 7 é resultado da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que desenvolve classes de segmentos de texto que apresentam vocabulário semelhante dentro de cada classe, e diferente das outras classes (GÓES *et al.*, 2021) é possível nomear as classes de

acordo com a interpretação de seu conteúdo. Nota-se que o IRAMUTEQ dividiu o corpus textual em dois segmentos, em um deles (esquerda) destacam-se as classes 2 e 3 que estão relacionadas às atividades de comercialização dos produtos agroecológicos por meio, principalmente, do Sacolão Agroecológico e de feiras livres. Ambas as formas prezam pela comercialização direta com o cliente, estreitando os laços.

O Sacolão Agroecológico é a principal atividade de comercialização do Grupo Bem-Estar, é uma atividade conjunta que preza pela distribuição justa de renda e aproximação do camponês com o cliente. A prática também é um exemplo de autogestão dos camponeses, que organizam a produção de forma autônoma (esta é de forma individual, mas dentro de parâmetros compartilhados entre o grupo) e a comercialização de forma democrática, além de distribuírem a renda de forma justa, buscando equidade. Silva *et al.* (2020) apontam como a agroecologia e suas formas de organização podem aproximar os produtores entre si e dos clientes, fomentando práticas de turismo.

Figura 7 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD).



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No lado direito da figura, as classes 1, 4, 5 e 6 se relacionam entre si tratando-se, principalmente, da forma como os camponeses se organizam e os diálogos envolvidos nesse contexto, sendo possível notar que as classes 1 e 6 estão associadas às dinâmicas do Grupo Bem-Estar, a agroecologia, as parcerias com o Professor da UFMS e o Especialista da Embrapa. Palavras como “projeto”, “agroecologia”, “curso” e “capacitação” reforçam o histórico - já descrito nesta dissertação - de diálogo e parceria entre esses atores. Não existem, contudo, capacitações relacionadas a turismo.

A Figura 8 mostra o quanto as classes 4 e 5 (quadrante superior direito) se posicionam isoladamente. Isso aponta que o IRAMUTEQ identificou no corpus textual a mesma característica que a Abordagem Territorial apontou: o distanciamento da associação em decorrência de conflitos históricos. Isso se nota ao observar que as classes 2 e 3 (quadrante superior e inferior esquerdo), que falam sobre a comercialização dos produtos agroecológicos, estão bastante afastadas das classes 4 e 5. Já as classes 1 e 6 (predominantes na parte inferior da figura), que destacam os aspectos da agroecologia, e as parcerias com instituições que culminaram na criação do Grupo Bem-Estar, estão próximas das classes 2 e 3, isto se dá considerando que as ações do grupo é que levaram elaboração do Sacolão Agroecológico e a comercialização dos produtos agroecológicos nas feiras, isso tudo em parceria com a UFMS e a Embrapa Pantanal. Contudo, deve-se destacar que essa aproximação também é resultado de uma dependência dos membros do Grupo Bem-Estar para com o Professor da UFMS e do Especialista da Embrapa.

VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

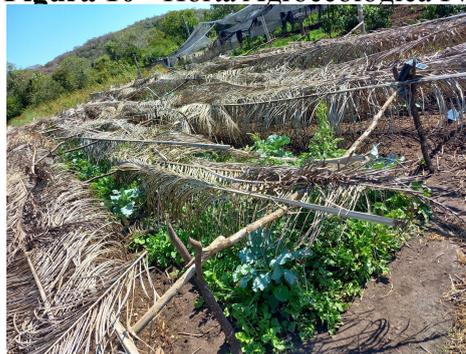
A valorização do patrimônio local deve ser compreendida não apenas como a preservação do ambiente e da história/cultura, mas, ao aderir às atividades de TBC, que a comunidade possa passar os valores simbólicos que existem nesses patrimônios. Nesse sentido, não apenas incluir as paisagens naturais e a história da comunidade no produto turístico, mas expor seu significado no território e, dessa forma, (re)valoriza-los (BURGOS; MERTENS, 2016).

O território camponês tem por característica uma relação íntima com a terra, que assume tanto o caráter físico de meio ambiente quanto o caráter simbólico de cultura (RAMOS; BORGES, 2021), é sua vida construída naquele espaço. No Assentamento 72, foi identificado que a agroecologia se posta não somente como produção sustentável, mas como uma forma de valorizar o meio ambiente e a história dos camponeses. As figuras 9 e 10 são fotografias tiradas durante a pesquisa.

As figuras são hortas agroecológicas dos camponeses do Grupo Bem-Estar, essas hortas criam potenciais para passeios agroecológicos. Existem iniciativas, Tonini e Dolci (2020) estudam o caso da rota turística Via Orgânica, situada em Garibaldi, no Rio Grande do Sul (RS), a rota aproxima o turista de hortas de alimentos orgânicos e tem o potencial de agregar diversas unidades familiares de produção de alimentos, permitindo geração de renda e fomento de mercados alternativos de alimentos agroecológicos.

Figura 9 - Horta Agroecológica III.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 10 - Horta Agroecológica IV.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Xavier *et al.* (2017) estudaram potenciais de implementação de TBC no Monumento Natural Grota do Angico e no Projeto de Assentamento Jacaré-Curitiba, localizados em Sergipe (SE). Os autores identificaram que as famílias passaram a aderir a produção agroecológica no assentamento, e levantam possibilidades de implementar visitas às hortas por meio de um passeio integrado, que envolveria todo o assentamento e daria destaque a produção das famílias. No assentamento já tiveram uma iniciativa de aproximar pessoas de fora por meio de visitas às hortas:

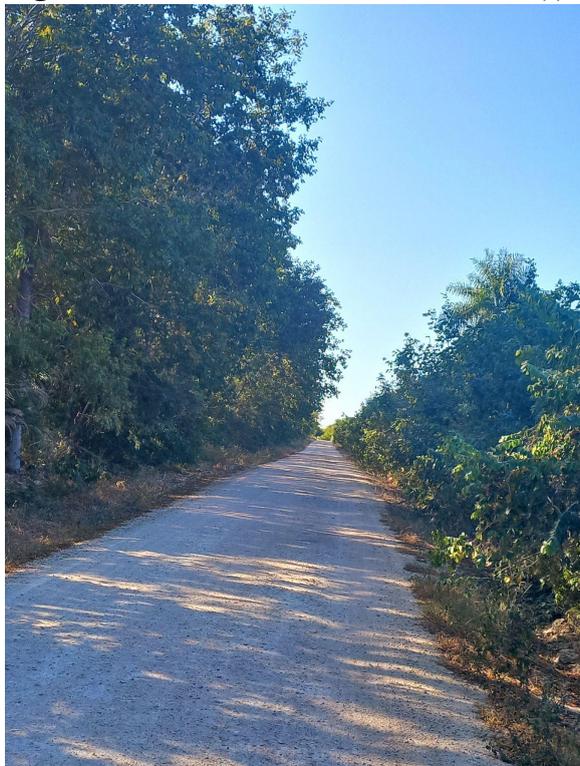
“Levamos bolivianos para fazer um curso com eles, um dia de campo. A ideia era mostrar para eles que era possível produzir sem venenos, apenas orgânicos, com muita variedade e em grande escala. Era muito necessário porque eles colocavam muito veneno e as pessoas comiam. De lá pra cá nós sempre fazemos projetos juntos.” (Professor da UFMS).

Apesar de que o caráter da visita relatada não ter sido no contexto turístico, o contato trouxe frutos no sentido de aproximar atores externos dos camponeses. Uma outra possibilidade de atividades ligadas a passeios são as estradas dentro do assentamento, que proporcionam paisagens com muitas espécies da vegetação local, o que reduz o calor, além de servir de contato com a natureza do assentamento e a fauna e flora pantaneira além de contato com a história do assentamento.

Além disso, proporciona aproximação com as rotinas da comunidade. Esses aspectos foram identificados na pesquisa de Oliveira, Diogenes e Almeida (2021), as autoras estudaram a experiência turística oferecida no Quilombo do Cumbe, localizado no município de Aracati, no Ceará (CE), nordeste brasileiro. Seus resultados apontaram como que a comunidade uniu sua realidade, seu próprio patrimônio endógeno, e ofertou passeios que eram ligados a eles, dessa forma, muito além de melhorar a condição econômica e de vida da comunidade, propiciou ao turista a experiência de se aproximar da realidade daquela comunidade a partir de seu patrimônio local.

As figuras 11, 12 e 13 são fotografias de locais que possibilitam passeios.

Figura 11 - Estrada do Assentamento 72 (I).



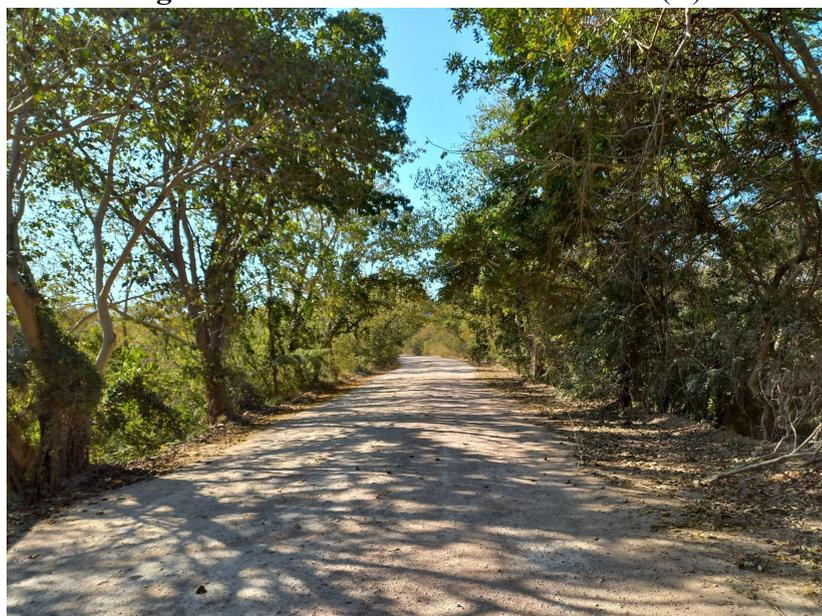
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 12 - Trator inutilizado.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 13 - Estrada do Assentamento 72 (II).



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A possibilidade de atividades nesses locais é real: *“Tem um túnel verde na estrada, usam muito esse caminho então há possibilidades de passeios. Poderia acoplar isso com passeios de barco. Mas são coisas que são potenciais, mas no atual momento ainda não está*

apto.” (Especialista da Embrapa). Porém, isso ainda é inviável, visto que não se pode ignorar o problema com as estradas de acesso ao assentamento:

*“A entrada aqui é **muito complicada**, a estrada do assentamento é boa, não tem muito buraco mas pra **chegar** até a estrada do assentamento é muito difícil. Nunca tentaram assaltar o lugar. Parte da economia de Ladário vem da mineração, eles utilizam aquela via, arrecada dinheiro, mas não volta pra população que tem uma rua muito ruim. Atrapalha a gente, mancha tudo de terra... é difícil de entrar.”* (Líder do Grupo Bem-Estar).

A condição das estradas de acesso ao assentamento foi observada durante a condução das entrevistas, já a fala da líder do grupo enfatiza a conturbada relação com o poder público da cidade onde o assentamento se localiza. uma outra questão que pode dificultar a implementação de qualquer roteiro turístico no assentamento, e está relacionada com o meio ambiente, é a falta de água potável. Problema esse que foi relatado no capítulo 4, item 4.1 e 4.2 desta dissertação.

ROTEIRO TURÍSTICO

O roteiro turístico é uma dimensão do TBC que compreende o que é ofertado para os turistas em termos de experiências. O atrativo em propostas de TBC está em vincular a comunidade com a experiência do turista. Trata-se, portanto, de integrar as atividades da população receptora (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012b), de aproximar o turista das realidades do território, com interações marcadas pela autenticidade, pelas tradições simples, as rotinas e os produtos locais (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009; SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; LOBATO, 2013; SAMPAIO *et al.*, 2014; GÓMEZ *et al.*, 2015; OLIVEIRA; DIÓGENES; ALMEIDA, 2021).

A figura 14 é uma nuvem de palavras oriunda do IRAMUTEQ. Essa análise permite uma representação gráfica das ocorrências do corpus textual, onde o tamanho de cada forma é proporcional a sua frequência, sendo útil para compreensão de palavras-chave do corpus analisado.

Inicialmente, vale destacar os nomes Grupo Bem-Estar e Sacolão Agroecológico. Ambos são resultados diretos das ações envolvendo a agroecologia que criam territorialidades no assentamento. Ainda, os termos "pessoa", "vender", "produto" e "gente", que mostram ter maior destaque na figura, se relacionam diretamente com as dinâmicas camponesas pautadas no associativismo, solidariedade e cooperação trabalhadas no grupo, além da comercialização

então dá pra pensar uma festa nesse sentido, com produtos típicos e oriundos da abóbora.” (Professor da UFMS).

“Tem um grande potencial sim. [...] temos fazer o consumidor conhecer as propriedades. Está sendo planejado para agosto um almoço no assentamento com produtos somente deles convidando os clientes da feiras e do Sacolão Agroecológico. Fazendo comidas típicas, pães, queijos e doces. Precisa de muita organização.” (Especialista da Embrapa).

A última fala também remete a outro potencial, que é a comercialização nas feiras livres, o que também aproxima o consumidor do camponês. A proximidade com o cliente *“cria um certo vínculo, de chamar pelo nome de forma descontraída. O pessoal cobra muito e isso é bacana, a proximidade com o cliente dá a pessoa mais abertura para falar algo que não está bom.”* (Líder do Grupo Bem-Estar). Feiras livres também resguardam contato com os locais, com a cultura e o ambiente regional, o que também pode alavancar o movimento turístico, como visto em Cruz e Fontana (2018) ao concluírem que a Feira do Peixe Vivo, em Foz do Iguaçu, no Paraná (PR), é um evento que se consolida como uma opção viável para valorização da agricultura familiar.

Mesmo com os potenciais de aproximação com os consumidores, as rotinas da comunidade e os produtos locais, além das ideias e discussões que existem entre os especialistas e os membros do Grupo Bem-Estar, é preciso compreender que as ideias que estão em pauta nas dinâmicas do grupo não englobam todo o assentamento, bem como as potencialidades identificadas nessa pesquisa estão relacionadas com a agroecologia e as práticas de produção e comercialização que dela surgiram. Segundo a Líder do grupo Bem-Estar, *“não existem festas no assentamento, mas existem ideias, de utilizar os alimentos produzidos por nós para fazer uma festa tradicional. [...] É o Professor da UFMS que dá essa ideia, mas para gente seria bom, quando conversamos no grupo achamos que seria bom.”*. A fala remete a um ponto que foi discutido no capítulo 4, item 4.2, sobre a grande dependência que o grupo possui dos especialistas.

Sobre essa dimensão de análise do TBC, no Quadro 3 (Capítulo 2, Item 2.3) identificou-se que a valorização patrimonial se destacava como uma dimensão independente de análise das iniciativas de TBC. Contudo, nesta pesquisa, não se mostrou pertinente separar as análises feitas na dimensão de valorização patrimonial com a de roteiro turístico, visto que aproximar a comunidade das rotinas e produtos locais é também uma forma de valorizar o patrimônio histórico e ambiental do território, e ao separar essas duas dimensões de análises as conclusões podem apenas se repetir. Tal constatação pode se justificar pelo fato do

arcabouço teórico de TBC versar sobre iniciativas em comunidades, e não sobre uma análise do potencial para que essas iniciativas aflorem, como é o caso desta pesquisa.

Por fim, o quadro 10 resume as dinâmicas práticas encontradas no assentamento.

Quadro 10 - As dinâmicas práticas do Turismo de Base Comunitária no Assentamento 72.

Dimensões	Dinâmica	O formato das dinâmicas no Assentamento 72
Gestão Comunitária	<i>Diálogo entre os Atores</i>	O Grupo Bem-Estar e os atores externos da UFMS e da Embrapa possuem dinâmicas concretas, mas existe uma clara falta de alinhamento entre estes e o resto do assentamento. A Associação de Moradores do Assentamento 72 poderia ser o elo de ligação, mas não é o que ocorre até o momento.
	<i>Autogestão e Tomada de Decisão Democrática</i>	Existe uma autonomia na gestão dos assuntos que permeiam o Grupo Bem-Estar, assim como democracia e participação coletiva na tomada de decisão, contudo, isso ainda não agrega todo o assentamento. Ainda, mesmo nas dinâmicas do grupo, é muito grande a dependência dos atores da UFMS e da Embrapa.
	<i>Equidade de Trabalho</i>	Não existem práticas que remetessem a equidade de trabalho no Assentamento 72, cada camponês é responsável pela produção e manutenção da própria unidade.
	<i>Distribuição Justa de Renda</i>	As dinâmicas de comercialização do Grupo Bem-Estar já seguem essa lógica, já com os integrantes da Associação de Moradores do Assentamento 72 sequer existe produção coletiva. O restante dos moradores não participa da produção conjunta e comercializam da melhor forma para cada.
Valorização Patrimonial	<i>Ambiental</i>	A questão da água ainda se mostra um empecilho, com uma solução longe de acontecer. Porém, existem paisagens naturais que resguardam uma imagem camponesa, além disso, já ocorrem rotas ciclísticas que passam pelas estradas do assentamento.
	<i>Histórico/Cultural</i>	O principal patrimônio histórico é justamente a história de vida do povo camponês, além da história da existência do próprio Assentamento 72. O assentamento possui prédios e espaços comunitários que podem ser locais para realização de festas e ritos.
	<i>Produção Sustentável</i>	A agroecologia funciona tanto como produção sustentável, como também cria potencial para passeios agroecológicos.
Roteiro Turístico	<i>Integração de Atividades</i>	A principal integração é a agroecologia e as dinâmicas socioprodutivas que dela surgiram (Grupo Bem-Estar e Sacolão Agroecológico), proporcionando possibilidades para passeios e festas relacionados a ela.
	<i>Rotinas da Comunidade</i>	Foram apontadas algumas iniciativas e discussões dentro do Grupo Bem-Estar sobre a realização de banquetes feitos com os produtos do grupo, a ideia é aproximar o consumidor do camponês, suas rotinas e histórias.
	<i>Produtos Locais</i>	O Sacolão Agroecológico e a comercialização dos produtos diretos nas feiras da cidade são meios que tanto aproximam o consumidor com a produção, quanto também os aproxima dos produtores.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considerando o Quadro 10, e os dados coletados da pesquisa, é possível discutir o real potencial para desenvolvimento do TBC no Assentamento 72, chegando em alguns pontos principais que permitem compreender melhor esse potencial. Esses pontos foram agrupados em dois blocos, gestão e experiência turística, e agrupam as territorialidades encontradas e discutidas durante a dissertação, apontando caminhos iniciais para implementação de iniciativas de turismo no assentamento.

Sobre a gestão:

1. Os camponeses do Grupo Bem-Estar trabalham questões de associativismo, coletividade e democracia nas decisões, eles receberam diversas capacitações - oriundas do projeto da UFMS - sobre gestão e produção agroecológica. Os relatos são positivos em relação à participação dos membros e aplicação do conteúdo abordado, o que abre espaço para capacitações relacionadas à turismo, fomentando discussões sobre implementar atividades turísticas geridas pela comunidade;

2. As relações com atores externos à comunidade são positivas com a UFMS e a Embrapa Pantanal, contudo, as relações com a prefeitura local são problemáticas, o que dificulta um alinhamento de estratégias e participação de órgãos públicos nas atividades do assentamento. O Professor da UFMS e o Especialista da Embrapa são impulsionadores importantes, colaborando na concretização de ideias no Grupo Bem-Estar, além disso, podem fomentar relações com o SEBRAE e desenvolverem elos com a Prefeitura Local, buscando parcerias nesse sentido;

3. Outro problema de diálogo entre atores está na Associação de Moradores do Assentamento 72, que poderia agregar na função de intermediário entre os camponeses e os atores externos, além dos camponeses entre si, permitindo participação mais amplas dos moradores do assentamento. A estruturação da Associação de Moradores do Assentamento 72 é crucial para desenvolver um elo que ligue todo o assentamento, não apenas os membros do Grupo Bem-Estar.

Sobre as experiências turísticas:

1. As paisagens, estradas e estruturas que existem no assentamento resguardam as tipicidades camponesas, e criam potenciais para passeios que se alinham com a produção local. A agroecologia e o Sacolão Agroecológico se destacam como principal atrativo no assentamento, proporcionando potenciais de passeios e visitas nas hortas agroecológicas. Existem conversas entre os integrantes de realizarem festas populares/tradicionais utilizando apenas os recursos endógenos (espaços, alimentos, infraestrutura etc.). Tal proposta precisa considerar a demanda que exigiria dos camponeses no sentido de produção, considerando a

realidade exposta, uma periodicidade mensal, ou a cada dois meses, pode ser um caminho inicial.

2. Rotas de passeios que levam o turista até às hortas, que falam sobre sua história, suas dificuldades, seus conhecimentos, seus manejos. Dessa forma, o turista pode se aproximar daquela realidade camponesa. Tais passeios podem se alinhar com o Sacolão Agroecológico, propondo aos clientes a experiência de se aproximar e conhecer as hortas, juntamente com sua história e importância para a unidade familiar. Propor um roteiro de passeio é um caminho para uma aproximação com a Prefeitura Local, discutindo a possibilidade de melhoria nas estradas de acesso ao assentamento. A organização e execução desses passeios demandam tempo e esforço coletivo, inicialmente, seria possível pensar em passeios apenas nos finais de semana.

3. Além das rotas internas no assentamento, é possível discutir a inauguração de uma feira na cidade de Ladário, planejada, organizada e gerida pelos camponeses do assentamento. Isso pode levar o público local a ter maior contato com os camponeses, seus produtos e tradições e, posteriormente, alavancar o desejo de realizarem passeios dentro do assentamento. Tal proposta necessita de um diálogo com a Prefeitura Local, que pode ser uma fomentadora, mas sem tirar a gestão das mãos dos camponeses. No mais, essa opção poderia acarretar em uma demanda de produtos maior, o que aumentaria a quantidade de produção dos camponeses. Nesse sentido, considerando a falta de água no assentamento, inicialmente a feira também poderia ser em uma frequência mensal, ou a cada dois meses, para que não atrapalhe as outras atividades do assentamento.

Os seis pontos indicados são complementares, ou seja, considerando a condição atual em termos de gestão, o assentamento não se encontra pronto para desenvolver atividades turísticas, nesse sentido, a estruturação da Associação de Moradores do Assentamento 72 e a criação de um elo com a Prefeitura Local são pontos cruciais a serem resolvidos. Já sobre as propostas de experiências turísticas, é necessário considerar a realidade do assentamento em termos de produção e capacidade de organização, nesse sentido, a periodicidade do passeio (finais de semana), festa (mensal) e feira do assentamento (mensal) é sugerida de acordo com a condição do Assentamento 72.

Nesse sentido, o assentamento encontra na gestão coletiva do Grupo Bem-Estar, na agroecologia e na proximidade com os consumidores desse tipo alimento, oriunda da comercialização direta no Sacolão Agroecológico, em suas paisagens e parcerias com a UFMS e a Embrapa Pantanal seu maior potencial de implantar atividades de turismo, geridas

pelos próprios camponeses, com participação de suas rotinas e sua história local. Falta diálogo entre os camponeses do assentamento que não são integrantes do grupo - a associação de moradores é um caminho para tal, porém precisa de estrutura adequada - e a questão da água ainda é um empecilho que demanda tempo e luta de camponeses, podendo atrapalhar o desenvolvimento de atividades turísticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação é fruto de um trabalho que durou cerca de dois anos. Considerações pertinentes foram feitas sobre a temática e a pesquisa empírica realizada, e serão postas adiante nesta seção. A começar sobre a escolha do tema, a realidade social que o Brasil passa não pode ser disfarçada por palavras que tentam desviar o foco, quando não descaradamente negá-la. Os dois anos que contemplaram essa pesquisa foram anos de uma pandemia, que apenas acentuou as diferenças sociais que existem no país, e pesquisas na área da ciência social aplicada são de suma importância para superar tal realidade.

No campesinato temos relações de organização e produção que englobam a comunidade, que se pautam em associativismo e colaboração, trata-se de pessoas buscando pensar e agir em torno de pessoas, sendo este o principal motivo da escolha do tema da pesquisa. Nesse sentido, é uma pesquisa que fala sobre gestão e apresenta modelos de gestão contra-hegemônica, que se pautam em pilares diferentes dos comumente discutidos em grandes corporações.

Conclusões interessantes foram alcançadas na pesquisa, que passam pelo objetivo do trabalho de compreender as territorialidades camponesas que possibilitem campos para implementação de iniciativas da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS. A Abordagem Territorial enquanto método de pesquisa que busca compreender as territorialidades multidimensionais, foi de crucial importância nos resultados obtidos na pesquisa. O processo que é compreender uma realidade territorial passa por identificar quais os atores que territorializam esse espaço, o nível de diálogo e as múltiplas relações que existem entre os atores, e entre os atores e o meio em que vivem.

Foram identificados quatro atores territoriais que foram objetos da pesquisa: Grupo Bem-Estar, Associação de Moradores do Assentamento 72, UFMS e Embrapa Pantanal. O território é construído de forma histórica e não-linear, o que levou a utilização da História Oral como técnica de coleta dos dados. Os relatos obtidos com esses dois métodos apontaram os atores e os contextos das dinâmicas e relações no assentamento, e os resultados permitiram uma compreensão multidimensional (política, econômica, ambiental e sociocultural) das territorialidades camponesas no Assentamento 72.

Após a conquista da terra, foi imposta a formalização da associação de moradores que acabou por gerar conflitos que não se resolveram, acarretando em um distanciamento entre os camponeses. Após a transição agroecológica, um grupo de camponeses se reuniu de maneira informal e passaram a adotar práticas de gestão coletiva, solidariedade e cooperação. Trata-se

do Grupo Bem-Estar, que nasce a partir das relações dos camponeses com a UFMS e a Embrapa Pantanal, atualmente o grupo é uma organização composta por sete famílias que produzem de forma agroecológica.

Nem todos os camponeses do assentamento aderiram à agroecologia, mas ela se mostra a principal forma de produção no território. É a partir da agroecologia, e das dinâmicas de gestão do Grupo Bem-Estar, que nasce o Sacolão Agroecológico, uma prática de comercialização dos produtos oriundos dos produtores membros do grupo, que tem como característica a autogestão dos camponeses, equidade na distribuição da renda e aproximação com os clientes. Feiras livres também são formas de comercialização da produção dos camponeses. Se por um lado a agroecologia se inicia no assentamento por falta de opção viável naquele momento, uma vez concretizada, ela renova o sentimento de coexistência com a terra, o respeito pelos ciclos naturais e afirma a identidade dos moradores enquanto camponeses.

Nesse sentido, existem práticas de associativismo, autogestão coletiva e tomada de decisão democrática, manifestações de pertencimento em torno da produção agroecológica, e a elaboração de uma associação informal de produtores locais, que nasce de maneira orgânica e endógena. No que diz respeito à gestão, esses pontos são os principais que permitem falar em campos que potencializam desenvolver iniciativas TBC no Assentamento 72. Somados a isso, o bom diálogo entre os camponeses do Grupo Bem-Estar com instituições como UFMS e Embrapa Pantanal, as paisagens naturais, as hortas agroecológicas e a aproximação dos camponeses com os clientes possibilitam experiências que aproximam o turista do território camponês. Esse tipo de experiência, em termos de atrativos turísticos, são o principal diferencial do TBC.

Por outro lado, não é possível afirmar que o Assentamento 72 se alinha como uma comunidade. A Associação de Moradores do Assentamento 72, que poderia ser um elo entre todos os camponeses do assentamento - não apenas os que produzem de forma agroecológica - acumulou conflitos internos que não se solucionaram. O motivo identificado para tanto é que essa associação foi criada de forma exógena, imposta aos moradores como obrigatória. Outra questão que dificulta a organização dos camponeses é a questão da água potável, que não existe no assentamento, tratando-se de um problema que não encontra solução desde de sua criação em 1999. Essa questão fez com que o número de camponeses residindo no local diminuísse ao longo dos anos.

Ainda assim, foram apontados seis direcionamentos, desenvolvidos considerando a realidade do assentamento, sobre como implementar atividades turísticas no território e

divididos em dois blocos: gestão e experiência turísticas. Sobre a gestão, capacitações em turismo comunitário, criação de elos com a Prefeitura Local e outros parceiros estratégicos, estruturação da Associação de Moradores do Assentamento 72 e unir os camponeses do assentamento, são indicações iniciais pensando em desenvolver iniciativas de TBC.

Sobre as experiências turísticas, indica-se o planejamento e execução de uma festa no assentamento, utilizando os produtos locais, inicialmente, propõe-se uma periodicidade mensal ou a cada dois meses. Uma outra indicação, considerando as atividades do Sacolão Agroecológico, é de propor passeios nos finais de semana aos clientes, para que conheçam as hortas, as dinâmicas e os manejos, proporcionando maior contato com a realidade local. Por fim, uma forma de estruturar o elo com a prefeitura, dando visibilidade para os camponeses e para os espaços públicos de Ladário é a elaboração de uma feira organizada pelos assentados, utilizando seus produtos, tal proposta, com periodicidade mensal ou a cada dois meses, pode aproximar o cidadão de Ladário dos camponeses e, posteriormente, levá-los a conhecer o assentamento.

Ainda sobre TBC, o arcabouço teórico sobre o tema precisa avançar no sentido de não apenas expor potencialidades ligadas a passeios, mas em compreender a organização e as múltiplas relações das comunidades receptoras. O TBC é um turismo que nasce de forma endógena, sendo absolutamente necessário que se compreenda os aspectos da comunidade, antes de apontar caminhos para desenvolver a atividade turística. Nesse sentido, a partir da abordagem territorial, foi possível notar e se aprofundar nessas dinâmicas internas do assentamento, identificando as potencialidades de desenvolver atividades turísticas no território camponês. Estudos futuros podem focar em desenvolver um instrumento que se baseie em compreender as dinâmicas territoriais comunitárias, para somente depois apontar caminhos para implementar iniciativas de TBC. A abordagem territorial pode ser um caminho para tal inovação teórica.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALDECUA, M. J. F. Turismo comunitário e turismo de base comunitária: estamos falando da mesma coisa? **The Sustainable Periplo**, n, 20, p. 31-74. 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos do Naea**, n.10, p.163-96. 1989.
- ALMEIDA, J. G.; JUNIOR, J. S. M. "Pra cá tem campo e pra cá também tem campo, aí nós fica aqui no meio": o campesinato frente à expansão da soja na Microrregião de Chapadinha (MA). **Escritas: Revista do curso de História de Araguaína**, v. 13, n. 1, p. 121-142. 2021.
- ALMEIDA, M. G. Agroextrativistas e as controvérsias nas políticas sociais e ambientais no assentamento de Maracá, no estado do Amapá. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 100-124. 2021.
- ALMEIDA, O. A. **Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro**. Monografia (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2012.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 3. ed. rev. ampl., 2012.
- ALVES, K. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: SILVA, F. P. S. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 81–92.
- AMARAL, A. F.; SAMPAIO, A. C. M.; MESSIAS, N. C.; JESUS, V. S. G. Turismo de Base Comunitária: possibilidades de empoderamento da Comunidade Serra Negra, Almas (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.1, p. 142-156. 2017.
- ARBAROTTI, A. **Disputas e hierarquias no acesso à água em assentamentos de reforma agrária**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- ARBAROTTI, A. E.; MARTINS, R. C. Mudanças climáticas nos assentamentos rurais: uma etnografia sobre a experiência do futuro. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 116-138. 2018.
- AREF, F.; GILL, S. S.; AREF, F. Tourism Development in Local Communities: as a Community Development Approach. **Journal of American Science**, v. 6, n. 2, p. 155-161. 2010.
- ARIAS-HIDALGO, D.; MÉNDEZ-ESTRADA, V. H. Diferenças na habitação, alojamentos turísticos, idioma, parentesco e percepção do turismo em comunidades Bribri com diferentes níveis de isolamento geográfico (Talamanca, Costa Rica). **Cadernos de pesquisa UNED**, vol. 7, n. 2, p. 119-129. 2016.
- ASSUNÇÃO DA SILVA, D.; OLIVEIRA DA SILVA, R. Trabalho e economia solidária na formação identitária do Assentamento Florestan Fernandes. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 2, p. 1398-1410. 2020.

- AZAR, Z. S.; BORGES DA SILVA, J. J.; GOMES DA SILVA, A. G. A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão. **Ciência Geográfica**, v. 25, n. 4. 2021.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45- 62. 2014.
- BALBINOTTI, P.; THIES, V. F. Transição agroecológica e estilos de agricultura: o caso do Pré-Assentamento Resistência Camponesa. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Edições 70, 2015.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente e Sociedade**, v. 22. 2019.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Apresentação. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 13–21.
- BAZZANELLA, A. **O encantamento como campo simbólico: uma abordagem estética das narrativas sobre a experiência do fantástico**. 2013. 190f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Paraty, 2013.
- BERNSTEIN, H.; FRIEDMANN, H.; PLOEG, J. D. V. D.; SHANIN, T.; WHITE, BEN. Forum: Fifty years of debate on peasantries, 1966–2016. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n.4, p. 689-714. 2018.
- BIZERRA, F. L.; FERNANDES, B. M. A paralisação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. **Campo-Território**, v. 16, p. 227-247. 2021.
- BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 01, p. 39-49. 2005.
- BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L. H. O. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.
- BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 312-347. 2003.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**, v. 12. n. 2, 2016.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos**, v. 13, n. 1, p. 57–71, 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 1, p. 97–116, 2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.76-91.

CABANILLA, E. Impactos culturales del turismo comunitario en Ecuador sobre el rol del chamán y los ritos mágico-religiosos. **Estudios y Perspectivas en Turismo Volumen**, v. 24, p. 356–373, 2015.

CÂMARA, A. A. F.; SOARES, P. B. D.; ZAVATÁRIO, L. C. Agroecologia e emancipação de gênero: Protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9. 2020.

CAMARGO, B.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. 2013. Disponível em<<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>> Acesso em: 08 de agosto de 2022.

CAMPOS, J. S.; SILVA, L. G. Potencialidades turísticas no projeto de assentamentos Serra Dourada no município de Goiás (GO) em 2017. **Revista Mirante**, v. 13, n. 2. 2020.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF, 2006.

CARBUNCK, L. C.; BRITES, E. L. R.; FEIDEN, A.; OLIVEIRA, E. A. C.; COSTA, E. A. Planejamento Participativo da Produção de Hortaliças no Assentamento 72, Município de Ladário/MS. **Cadernos Agroecológicos**, v. 13, p. 1-9, 2018.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CARVALHO, J. M. P. **O patrimônio imaterial da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba e a escola: em busca de uma educação diferenciada** Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CECEÑA, A. E. Dominar la naturaleza o vivir bien: disyuntiva sistémica. **Debates Insurgentes**, v. 1, n. 1. 2012.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

COCA, E. L. F.; VINHA, J. F. S. C.; JUNIOR, J. C. Movimento socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais: lutas, resistências e desafios do campesinato. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 16, n. 42, p. 117-144. 2021.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONCEIÇÃO, C. A. **Agroecologia como estratégia de desenvolvimento territorial em áreas de fronteira: o caso dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário - MS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul, 2016.

CORBARI, S. D.; FERREIRA, M. R. Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. **Revista Turismo em Análise**, v. 30, n. 3, p. 423-439. 2019.

CORIOLO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P., FARIAS, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 61-70, 2012.

CORIOLO, L. N. Turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

CORIOLO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C.; CORIOLO, L. N. (orgs). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 49-73, 2012.

COSTA, E. A. A experiência de desenvolvimento rural sustentável no assentamento 72, Ladário – MS. In: ARAUJO, A. P. C.; VARGAS, I. A. (Orgs.). **Dinâmicas do rural contemporâneo**. Campo Grande: Ed. UFMS, v. 1, 2014, p. 143-162.

COSTA, E. A. Expressões territoriais da agroecologia. **Magazín Ruralidades y Territorialidades**, v. 7, p. 51-55, 2021.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá. Brasil, **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p.72-93, 2013.

COSTA, E. A.; MARTINS, B. M. C.; CUNHA, E. S. Transição para a produção orgânica via Organização de Controle Social do Grupo Bem-Estar, Ladário-MS. **GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA**, v. 25, p. 1-33, 2021.

COSTA, E. A.; ZARATE, S. S.; MACEDO, H. A. Princípios do desenvolvimento territorial no assentamento rural 72, em Ladário-MS, Brasil. In: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.125-145.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

COX, K. R. **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York: The Guilford Press, 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, R. M. M.; FONTANA, R. F. FEIRA DO PEIXE VIVO: Feiras Rurais enquanto Alternativa para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável. **Applied Tourism**, v. 3, n. 3, p. 37-53. 2018.

CUNHA, E. S.; COSTA, E. A.; CUYATE, R.; SILVA, B. L. P.; FEIDEN, A. Da resistência à transição agroecológica no assentamento 72, Ladário/MS: uma história de luta. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2. 2018.

CUYATE, R. **Fronteira e Territorialidade dos camponeses do Assentamento 72, Ladário - MS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá - MS, 2015.

DANTAS, A. V. S.; WENDEN, C. W.; FERREIRA, L. V. F. Os Imperativos Mundiais do Turismo: dos porta-vozes e impactos. **Revista Interface**, v. 10, n. 1, p. 98–127. 2013.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Ícone, 1985.

DEMATTEIS, G. Il territorio nello sviluppo locale: Il contributo del modelo SLOT. In: DEMATTEIS, G., GOVERNA, F. **Territorialità Sviluppo Locale, Sosteibilità: il modello slot**. Franco Angeli, Milano. 2005.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. **Territorialità, Ssviluppo Locale, Sostenibilità: il modello Slot**. Franco Angeli, Milano. 2005.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, A. C. (ORG); ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

DOURADO, N. P. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico: o caso do assentamento Contestado em Lapa, Paraná. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 41, p. 212-241. 2021.

DUPAS, G. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

EDUARDO, M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 173-195. 2006.

EGREJAS, M.; BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. La valoración del diálogo en la construcción e implementación de rutas turísticas: proyectos Palacios de Rio y Central de Turismo Comunitario de la Amazonia - Brasil. **Estudios y Perspectivas en turismo**, v. 22, n. 6, p. 1160–1181, 2013.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

ESCOLAR, M. Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política. In: SANTOS, M; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 4ed., São Paulo: AnnaBlume. 1993. p. 83-102.

FÁBIO, E.; NASCIMENTO, D. N.; CAVASANA, E. A.; COSTA, E. A.; FEIDEN, A. Sazonalidades na comercialização de hortaliças da agricultura familiar na fronteira Brasil-Bolívia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, p. 1-10, 2018.

FABRINI, J. E. A existência (e resistência) camponesa no sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 15, n. 29, 2019.

FABRINI, J. E. Contradições camponesas no Brasil. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 30, p. 06-33, 2018.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, 2011.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

FEIDEN, A.; COMASTRI FILHO, J. A.; ARAUJO, M. T.; COSTA, E. A. Avaliação participativa de cultivares crioulas e melhoradas de feijão no Assentamento 72 em Ladário, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, p. 1-10, 2022.

FEIDEN, A.; JULIANO, R. S.; COSTA, E. A. Estudo preliminar da criação de aves domésticas diferentes de galinhas pelas mulheres do Grupo Bem-Estar no Assentamento 72 em Ladário MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, p. 1-12, 2020.

FEIDEN, A.; JUNG, L. H. ; SILVA, M. ; COSTA, E. A. Levantamento Participativo da Produção de Hortaliças no Assentamento 72, município de Ladário-MS, colhidas e vendidas pelo Grupo Bem Estar no ano de 2015. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, p. 12627, 2016.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (coord.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 273-302.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, v. 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M.; JUNIOR, J. C.; FILHO, J. S.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no governo Bolsonaro: Pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 4, p. 333-362, 2020.

FERREIRA, D. S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

FERREIRA, M. M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

FLORES, Y.; LIMA, F. B. C.; CHRISTOFFOLI, A. R. Turismo rural comunitário: estratégias de gestão e consolidação familiar no Estado de Santa Catarina (Brasil). **Estudos e perspectivas em turismo**, v. 25, n. 4, p. 576-596. 2016.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Autores Associados, 2018.

FRANKLI, A. Tourism. In: ROJEK, C.; SHAW, S. M.; VEAL, A. J. (Orgs.). **A Handbook of Leisure Studies**. New York: Palgrave, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967, p. 65-84.

FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014.

FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**. v. 26, n. 1. p. 221-242. 2017.

GARCÍA, D. A. Uma rota projetada entre mel etornar-se: reprodução expandida e ambientes para a vida em uma experiência turística cooperativa. **Dissertação de Mestrado em Antropologia Social**. FLACSO, 144 p. 2020.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Revista Guaju**, v. 2, n. 1, 14-37, 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GÓES, F. G. B.; SANTOS, A. S. T.; CAMPOS, B. L.; SILVA, A. C. S. S.; SILVA, L. F.; FRANÇA, L. C. M. Utilização do software IRAMUTEQ em pesquisa de abordagem qualitativa: relato de experiência. **REUFMS - Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, p. 1-22. 2021.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILLO, L. A. G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13. n. 5. 2015.

GONZÁLEZ, M. Autonomías territoriales indígenas y regímenes autonómicos (desde el Estado) en América Latina. In: GONZÁLEZ, M.; BURGUETE, A. C. M.; ORTIZ, P. (coord.) **Autonomía a Debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América**. Quito: Flacso, 2010.

GRACIANO, P. F. **Governança e comercialização de turismo de base comunitária (TBC): um estudo sobre os entraves para a consolidação de iniciativas recifenses**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

GROFF, A.; MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 113-128. 2009.

GUDYNAS, E. **Buen Vivir**: germinando alternativas al desarrollo. América Latina em Movimiento, Quito: ALAI, 462, 1-20, 2011.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais : caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 1, p. 93-106, 2013.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **ETC..., espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, p. 39-52. 2007.

HAESBAERT, R. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; COSTA, P. C.; CORRÊA, L. R. **Geografia: conceitos e temas**, p. 165-205, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: eduff, 1997.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 11, n. 17, p. 19-44. 2007a.

HAESBAERT, R. Territorio(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1. 2020.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Bookman, 2009.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, v. 1, n. 11-12, p. 7-25. 2011.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Ladário - Mato Grosso do Sul, área da unidade territorial. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ladario/panorama>. Acesso em: 24 de março de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1 de julho de 2021**. 2021a.

IRVING, M. A. Participação, inclusão social, e os objetivos de desenvolvimento sustentável: por uma nova ética em projetos turísticos. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (Orgs.) **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SA NSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7. 2005.

IRVING, M. D. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KAGEYAMA, A. A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996, p. 113-223.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KAY, C. Development strategies and rural development: exploring synergies, eradicating poverty. **Journal of Peasants Studies**, v. 36, p. 103-137, 2009.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 2, p. 211–231, 2008.

KIM, S.; PARK, E.; PHANDANOUVONG, T. Barriers to Local Residents' Participation in Community-Based Tourism: Lessons from Houay Kaeng Village in Laos. **SHS Web of Conferences**, v. 12, n. December, p. 01045, 2014.

KÖHLER, A. F. Autenticidade: revisão de literatura e estado atual de sua discussão e aplicação no campo de turismo. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, v. 11, n. 1, p. 60-48. 2021.

KUKIEL, E.D.G.; COSTA, E.A.; MARIANI, M.A.P. O turismo de base local e o desenvolvimento territorial do Assentamento 72 em Ladário (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.9, n.1, P. 133-151. 2016.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: vol 2 - do mito à realidade**. Campinas, Unicamp, 1998.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres**, v. 62, n.2, p. 159-166. 2015.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** v. 10, n. esp. 2007.

- LIRA DA SILVA, E.; ARTEIRO DA SILVA, K.; LOPES DE SOUSA, F. R.; TAVARES, F. B. R. A escassez hídrica na zona rural: o consumo de água sob a perspectiva dos agricultores de um assentamento no município de Pombal-PB. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6. 2019.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- LOBATO, A. S. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial : um diálogo possível. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 3, p. 648–661, 2013.
- LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S.; PAVÓN, V. Community-based tourism in developing countries: a case study. **Tourismos: as International Multidisciplinary Journal of Tourism**, v. 6, n. 1, 69-84. 2011.
- MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MAGNAGHI, A. **Il Progetto Locale: verso la coscienza di luogo**. Bollati Boringhieri, Torino. 2010.
- MAIA, A. H.; GOMES, J. L. C. Turismo e memórias: práticas e saberes no Assentamento Serra Verde, Barra do Garça - MT. **Guaju**, v. 6, n. 1, p. 3-28. 2020.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.
- MANO, A. D., MAYER, V. F.; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 3, 413-435, 2017.
- MARTINS, B. M. C. ; OLIVEIRA, E. A. C. ; DIAS, R.T.R ; GARCIA, E. S. ; COSTA, E. A. . O Grupo Bem-Estar de Ladário-MS e os Canais de Comercialização. **Cadernos Agroecológicos**, v. 13, p. 1-10, 2018.
- MARTINS, L. C. A.; DÉJARDIN, I. P.; SILVA, F. P. S. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. **El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad**, 14, 187-207, 2013.
- MAYAKA, M.; CROY, W. G.; COX, J. W. Participation as motif in community-based tourism: a practice perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 3, p. 416–432, 2018.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MEIHY, J. C. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

- MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista AGRÁRIA**, n. 14, p. 4-22. 2011.
- MONTEIRO, R. M. Morar, crer e trabalhar: a (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste goiano (GO). **GEOUSO Espaço e Tempo (Online)**, v. 25, n. 2, p. e-144006. 2021.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000.
- MORAES, A. C. R. **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais n.º 59. São Paulo: Ática. 1990.
- MORAES, A. D. J. **História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG**. Tese (Doutorado em Educação), UFU, Uberlândia, MG, 2014.
- MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; PEDRO, R. M. L. R.; OLIVEIRA, E. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 122, número não temático, p. 145-168. 2020.
- MORAIS, H. A. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.11, n.01, p. 206-222. 2018.
- MOREIRA-GONÇALVES, L. G. Turismo no espaço rural como instrumento e valorização patrimonial em assentamentos de reforma agrária: o caso de Rosana, São Paulo. **Turismo e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 121-142. 2020.
- MOREIRA, F. G. As relações produtivas nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 165-190. 2020.
- MOREIRA, F. G. Territorialidade e relações de poder nos assentamentos rurais do município de Nova Andradina/MS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50. 2020a.
- MOREIRA, P. F. A formação da rede agroecológica latino-americana em resistência às políticas públicas da revolução verde e a experiência local no Rio de Janeiro. **Mosaico**, v. 13, n. 20. 2021.
- NAIR, V.; MOHAMAD, N. H.; HAMZAH, A. Tourism cooperative for scaling up communitybased tourism. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 5, n. 4, p. 315–328, 2013.
- NARDOQUE, S. O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas. **Questão Agrária e Reforma Agrária**, v. 1, p. 243-272. 2017.
- NOVAES, H. T.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A. C. P. A economia política da revolução verde, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p. 209.
- OKAZAKI, E. A community-based tourism model: Its conception and use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, p. 511–529, 2008.

- OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, n. 43, p. 67-80. 2021.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4. ed., 2001.
- OLIVEIRA, M. L. R. Relações de trabalho e organização da produção no assentamento Vereda I - Padre Bernardo - GO. **HOLOS**, ano 31, v. 1, p. 160-170. 2015.
- OLIVEIRA, A. A. N. **Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na comunidade Quilombola do Cumbe** (Tese de Doutorado). UnB, Brasília, 2018.
- ORIGUÉLA, C. F. Território e territorialidades em disputa: da subordinação ao capital ao sistema alimentar camponês. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 73, p. 183-198. 2020.
- ORIGUÉLA, C. F. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2019.
- PALACIOS, C. G. Turismo comunitario en Ecuador ¿quo vadis? **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 25, n. Especial, p. 597-614, 2016.
- PASINATO, D. Memórias de gestores municipais: entre práticas, representações e narrativas de si (1973-1985). **História Oral**, v. 23, n. 2, p. 389-410. 2020.
- PAULA, L. A. C. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e (r)existência em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese de Doutorado. Unesp, Presidente Prudente, 2020.
- PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PAULINO, E. T.; MOREIRA, R. M. P.; ALMEIDA, R. A. Produção agroecológica para construção de autonomias no campo e na cidade: uma experiência em Três Lagoas-MS e Londrina-PR. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2. 2018.
- PEREIRA, M. F. V. Espaço e território – organização, ordenamento e uso: notas teórico-epistemológicas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39. 2019.
- PESSETTI, M. Modernização da agricultura e seus desdobramentos no espaço agrário. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v.5, p. 1-26. 2021.
- PINTO, J. S.; COSTA, E. A.; FRAINER, D. M.; OLIVEIRA, A. K. M.; SOUZA, C. C. Eficiência social, econômica e ambiental nos assentamentos rurais do Pantanal Sul. **Ra e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 40, p. 8-22. 2017.
- PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.
- PLOEG, J. D. V. D. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008.
- PLOEG, J. D. V. D. **Peasant Agriculture**. International Encyclopedia of Human Geography (Second Edition). pp. 49-54. 2020.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **História**. Ladário - MS, 2022. Disponível em: <https://www.ladario.ms.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Acesso em 24 de março de 2022.

QUIJANO, A. “**Bien vivir**”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. *Viento Sur*, Madrid, 11, mayo 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. **Ambiência (UNICENTRO)**, v. 8, p. 699-719, 2012.

RAMOS, E. A.; BORGES, A. C. G. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4. ed. Atlas, 2017.

ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. **GEOGRAFIA EM QUESTÃO (ONLINE)**, v. 13, n. 3, p. 179-201. 2020.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia: ciência e política**. La Paz: SOCLA, 2018.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALES, G. A. F.; SALLES, M. R. R. A dádiva no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. **Turismo & Sociedade**, v. 3, n. 2. 2010.

SALVADOR, P. T. C. O.; GOMES, A. T. L.; RODRIGUES, C. C. F. M.; CHIAVONE, F. B. T.; ALVES, K. Y. A.; BEZERRIL, M. S.; SANTOS, V. E. P. Uso do software IRAMUTEQ nas pesquisas brasileiras na área da saúde: A Scoping Review. **Revista Brasileira em Promoção de Saúde**, v. 31, supl, p. 1-9, 2018.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4–24, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; OYARZÚN, E.; SOUZA, M. S.; CÁRCAMO, C.; MANTOVANELI JR., O. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v. 10, n. 4, p. 288-301. 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia no rio Sagrado, Morretes (PR). **Cultura - Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 1, p. 25–39, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T.; HENRÍQUEZ, C.; CORIOLANO, L. N. M.; FERNANDES, S. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58. 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANCHO, A.; MALTA, G. Pesquisa de Demanda para Turismo de Base Comunitária : desafios à promoção do encontro entre comunidades e viajantes. **Turismo em Análise**, v. 26, n. 1, p. 38–67. 2015.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: ARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142–161.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record. 2001.

SAQUET, M. A. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Orgs.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237 – 254.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 20, n. 3, p. 479-505, Set.-Dez. 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 125-143. 2014.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 60-81. 2006.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015a.

SARANDÓN, S. J.; FLORES, C. C. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, n. 136–146, 2010.

SILVA, F. M.; SILVA, M. J.; OLIVEIRA, J. M. S.; CASTRO, E. B. O; SILVA, M. L SOUZA, R. V. C. Práticas agroecológicas como atrativos para o turismo de base comunitária na zona da mata sul de Pernambuco. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2. 2020.

SILVA, F. P. S.; MALTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo**, v. 16, n. 2, p. 79–92, 2016.

SILVA, F. P. S.; MARTINS, L. C. A. Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias : o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 2, p. 61–70, 2012.

SILVA, G. C. C.; COSTA, M. E. L. Identidade e representações sociais de jovens em assentamentos rurais da Zona da Mata de Alagoas. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 9, n. 2, p. 201-214. 2021.

SILVA, I. C. G.; GONÇALVES, C. U. Estratégias camponesas e uso diverso do território: Considerações acerca das experiências agroecológicas em Gravatá, Pernambuco, Brasil. **Geosaberes**, v. 9, n. 17, p. 1-13. 2018.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, K. T. P., RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. S. Fomento a turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 359-373, 2009.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A.; DORNFELD, C. B.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Saneamento rural e percepção ambiental em um assentamento rural - São Paulo - Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2. 2019.

SIMULA, G. **Milking Money**: exploring the struggle for autonomy from theory to practice. 2015. Paper (Master of arts in development studies). International Institute of Social Studies, The Hague, 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOJA, E. W. **The Political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 1971.

SOUSA, Y. S. O. O uso do Software Iramuteq: fundamentos da Lexicometria para pesquisas qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. spe, p. 1541-1560. 2021.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1, n. 6, p. 126-148. 2007.

SOUZA, M. A. R.; WALL, M. L.; THULER, A. M. C.; LOWEN, I. M. V.; PERES, A. M. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52. 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

STGLITZ, J. E. **Globalization and its Discontents**. New York: W.W. Norton & Co., 2002.

SUASSUNA, D. **Um olhar sobre as políticas ambientais**. O Projeto Tamar. Brasília: Thesaurus, 2007.

SVAMPA, M. **Debates latino-americanos**. Indianismo, desarrollo, dependenciay populismo. Buenos Aires: Edhasa. 2016.

TIMOTHY, D. J. Empowerment and stakeholder participation in tourism destination communities. In: CHURCH, A.; OLES, T. (Orgs.). **Tourism, Power and Space**. London: Routledge, 2007. p. 199–216.

TIMOTHY, D. J. Tourism and community development issues. in: SHARPLEY, R.; TELFER, D. J. **Tourism and Development: Concepts and Issues**. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: ChannelViewPublications. 2002.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLKACH, D.; KING, B. Strengthening Community-Based Tourism in a new resource-based island nation: Why and how? **Tourism Management**, v. 48, p. 386–398, 2015.

TONINI, H.; DOLCI, T. S. Turismo rural e novos mercados para produtos alimentares agroecológicos: estudo de caso da Rota Via Orgânica. **Rosa dos Ventos**, vol. 12, núm. 3, 2020.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

UMAÑA, W. P. Breve historia semántica de la Revolución Verde. In: LANERO, D.; FREIRE, D. (Orgs.). **Agriculturas e innovación tecnológica en la península Ibérica (1946-1975)**. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, Madrid, 2011, pp. 25-50.

VAZ DE MOURA, J. T.; SOUSA MOREIRA, I. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes (Santa Cruz do Sul)**, v. 19, n. 1, p. 58-73, jan.-abr./2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIA CAMPESINA. **Agroecología campesina por la soberanía alimentaria y la madre tierra**. Experiencias de La Vía Campesina, Harare: LVC, 7, 2015.

VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia da população tradicional no contexto das unidades de conservação**. Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia: Universidade de São Paulo. 1996.

VIEIRA, S. G. **As transformações da área urbana do município de Ladário-MS. 2008**. Monografia. Graduação em Geografia do Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2008.

VILLAVICENCIO, B. P.; ZAMORA, J. G.; PARDO, G. L. El Turismo Comunitario en la Sierra Norte de Oaxaca: Perspectiva desde las instituciones y la gobernanza en territorios indígenas. **El Periplo Sustentable**, v. 30, n. Enero/Junio, p. 6–37, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR.**, v. 51, n. 1, p. 25-44. 2015.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLORD, D.; DAVID, C. Agroecology as a Science, a Movement and a Practice: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515. 2009.

XAVIER, P. W. L.; OLIVEIRA, P. D. M.; LEITE, J. K. S.; RODRIGUES, G. G. Turismo de base comunitária: possibilidades para o monumento natural grota do angico e o projeto de assentamento Jacaré-Curituba, Sergipe, Brasil. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 11, n. 1, p. 104-116. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D G; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.55-75.

ZARATE, S. S.; SANTOS, D. S; COSTA, E. A. Limites e possibilidades do desenvolvimento rural sustentável no assentamento rural 72, em Ladário-MS. **Anais...** XX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ESPECIALISTAS.

1. Fala um pouco do seu histórico de formação e trabalho ai no Assentamento 72, como começou, o que motivou?
2. Sobre o projeto: “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do Assentamento 72, em Ladário-MS, na região do Pantanal”. Você participou, como ele começou, qual foi a ideia?
3. Como era a organização dos moradores no início do projeto?
4. Como era a produção dos moradores no início?
5. Retomando como os camponeses se organizavam e produziram, e como o fazem hoje em dia. O que mais mudou? O projeto teve papel nisso?
6. Como eram comercializados os produtos no início?
7. Existia apoio do poder público ou privado de alguma forma?
8. Retomando a comercialização e o apoio. Mudou nesse tempo?
9. Como foi a adesão dos moradores à agroecologia?
10. Que tipo de prática produtiva você nota que mais mudou após a transição agroecológica?
11. Existe relação entre os assentados e o pessoal que gerencia a APA Baía Negra?
12. Atualmente existem projetos acontecendo no Assentamento que você participa? Qual o foco deles?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.

1. Quando foi o início da associação, e porque decidiram fazer uma?
2. Quando começaram, como funcionavam as práticas da associação (reuniões, encontros, participação dos moradores)?
3. Durante todo o tempo de existência da associação, já ocorreram parcerias com poder público ou privado?
4. Retomando as práticas da Associação, como elas são hoje em dia (reuniões, encontros, participação dos moradores...)?
5. Como a associação de moradores atuava em relação a produção no assentamento (no início)?
6. Como a associação de moradores atuava em relação a comercialização dos produtos (no início)?
7. Retomando a atuação da associação na produção e na comercialização, como isso acontece hoje em dia?
8. A associação participa de alguma forma do Sacolão Agroecológico?
9. Desde que a associação começou ela participa de festas populares na cidade?
10. Como é a relação com a APA?
11. Como é a relação com o Grupo Bem Estar?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (ESPECIALISTA).

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. **Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas (confirmando que leu todas na íntegra) e assine ao final deste documento, que está em duas vias.** Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

I - Responsável pela Pesquisa

João Pedro Ferraz Zanetoni, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Programa de Pós Graduação em Administração (PPGAD) - Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.074-460. Campo Grande - MS. Modalidade: Mestrado.

II - Título da Pesquisa

Território, Agricultura Familiar e Turismo de Base Comunitária (TBC) no Assentamento 72 em Ladário – MS.

III - Objetivo do Estudo

Compreender as relações camponesas que possibilitem campos para implementação da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS.

IV - Procedimento do Estudo

O instrumento a ser utilizado será um roteiro de entrevista semiestruturada, observação e levantamento documental e um gravador. A finalidade da entrevista é extrair do participante informações que favoreçam a análise para implementação do turismo de base comunitária (TBC) no assentamento. Pretende-se compreender os campos de possibilidades para implementação do TBC no assentamento e seus possíveis impactos no território.

No caso da entrevista ser realizada presencialmente, o contato prévio será feito entre o pesquisador e o participante, esse encontro presencial terá seu local, data e horário definidos previamente entre o participante e o pesquisador, ambos usarão máscaras e tomaram o devido distanciamento, além do uso constante de álcool em gel para higienização das mãos e de todo o material utilizado no decorrer da pesquisa.

No caso da pesquisa ser realizada por meios digitais, o contato prévio será feito entre o pesquisador e o participante, o pesquisador enviara um email com um convite para uma reunião online com data e hora previamente combinada com o participante (a plataforma online utilizada será a que melhor se adequa às condições do participante) juntamente com um link para cessar a reunião.

Em ambos os casos o pesquisador solicita que a entrevista seja registrada, se presencialmente com a utilização do gravador, se por meios digitais, a reunião será gravada. Nas duas possibilidades, a gravação se inicia no momento em que a entrevista começa e será finalizada no momento em que termina.

Abaixo será disponibilizado um campo para que assine o consentimento com os procedimentos e a autorização da gravação. A recusa em permitir a gravação não altera o andamento da entrevista, exceto que a mesma não será gravada.

V - Benefícios do Estudo

Em relação aos benefícios, o estudo permite a valorização cultural, social, e econômica sobre a temática a ser explorada, poderá servir não apenas para comunidade acadêmica auxiliando no desenvolvimento de outros estudos, mas também, para as instituições públicas e para o assentamento enquanto orientação para possíveis práticas que interligam as características, cultura e comércio locais com atividades turísticas. O estudo trará informações das dimensões política, econômica, social e ambiental sobre a problemática demonstrando os impactos e as especificidades que a atividade turística pode trazer no desenvolvimento territorial.

VI - Riscos do Estudo

Quanto aos riscos da pesquisa, atenta-se o pesquisador a desenvolver técnicas de coleta de dados que não interfira no bem-estar dos participantes, assim como preservar a clareza das informações a serem transmitidas, nesse sentido, o participante terá total autonomia em suas respostas, podendo, inclusive, optar por não respondê-las sem nenhum tipo de penalidade, o gravador ficará visível em todo percurso da entrevista, caso seja presencial, e será feita uma solicitação prévia ao participante para iniciar a gravação da reunião, caso seja por meios digitais.

Em caso de entrevista realizada *presencialmente* o participante deve estar ciente dos possíveis riscos físicos que podem ser causados durante a condução da pesquisa. Vale frisar que nessa pesquisa os possíveis riscos físicos são mínimos. A pesquisa presencial será

conduzida se, e somente se, a pandemia do Novo Coronavírus (COVID19) estiver em estágio de controle e dentro de todas as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Governo do Estado Mato Grosso do Sul e pelo governo do município, sendo assim, o uso de máscara será obrigatório a todo o momento, álcool em gel será disponibilizado pelo pesquisador, todo e qualquer tipo de material físico utilizado pelo pesquisador será esterilizado, o distanciamento social mínimo será seguido, e a entrevista será conduzida em um local arejado e com pouco fluxo de pessoas, garantindo assim maior segurança em relação à pandemia.

Ainda sobre a entrevista presencial, outros riscos físicos podem ser possíveis e o participante deve ter total consciência sobre eles, esses riscos estão principalmente em termos de deslocamento no local da entrevista; qualquer tipo de dano decorrente da entrevista na estrutura física no local onde a mesma será conduzida (quebrar copos, cadeiras, etc.); algum tipo de dano acidental, não relacionado à entrevista, da estrutura física do local, que podem levar riscos à saúde física do participante e do pesquisador. Esses riscos são mínimos, porém a escolha do local da entrevista levará em conta que a estrutura se apresente totalmente adequada para garantir a segurança e oferecer o maior conforto possível para o participante e o pesquisador. No caso de uma pesquisa por *meios digitais*, os danos físicos são consideravelmente reduzidos, tendo em vista que o participante e o entrevistador não estão tendo contato físico presencial.

O pesquisador garante que em caso de qualquer dano físico que afete o participante, ocorrido em decorrência da pesquisa, o mesmo terá ressarcimento. A pesquisa não prevê qualquer tipo de despesa financeira, relacionada diretamente com a entrevista nem por ela decorrente para o participante, contudo, caso ocorra, as despesas serão cobertas pelo pesquisador. Os custos de condução até o local combinado, e a condução do participante após a finalização da entrevista, bem como os custos de alimentação (caso ocorra) serão cobertos pelo pesquisador. A forma que se dará a transação desse ressarcimento será combinada no mesmo momento em que for acertado o local e a data da entrevista.

Além dos possíveis danos físicos, deve-se alertar para a possibilidade de danos emocionais durante a entrevista, seja ela conduzida presencialmente ou por meios digitais. O roteiro da entrevista pretende se aprofundar diretamente na história do local, e nas características físicas do mesmo, nesse sentido, durante a entrevista, o participante pode se depara com lembranças de momentos por ele considerados difíceis de falar, principalmente no que diz respeito a sua relação com o assentamento, caso exista. Nesses momentos, o participante poderá se depara com picos de ansiedade, desconforto emocional, nervosismo,

stress e indisposição, nesses casos, o mesmo terá total autonomia de responder ou não às perguntas, de solicitar que as gravações sejam interrompidas, de não responder mais questões sobre aquele tema, além de poder, a qualquer momento, solicitar o encerramento definitivo da entrevista. O pesquisador garante a autonomia do participante nesses casos e não insistirá para que a pesquisa continue se não for mais da vontade do participante.

Favor, leia atentamente o quadro a seguir:

<p>Declaro que li e compreendi todos os itens deste termo (I, II, III, IV, V, VI) e estou de acordo com a participação na pesquisa solicitada.</p> <p>Nome do Participante:</p>
<p>Aceita ter a entrevista gravada, seja ela presencialmente (com uso de gravador) ou por meios digitais (gravação da reunião na plataforma a ser utilizada)?</p> <p style="text-align: center;">Sim () Não ()</p>
<p style="text-align: center;">Data: / / .</p>

Após feita a leitura de todo o termo, e assinados os campos solicitados acima, assine o final deste documento, que concretiza sua participação na pesquisa.

Pesquisador

Participante

CEP - UFMS

Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1o andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS.

E-mail: cepconeppropp@ufms.br; Telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Dados do pesquisador:

João Pedro Ferraz Zanetoni

Avenida Sen Antônio Mendes Canale, 1365 - Bl. 05 Ap.202 Cast. de Gibraltar - Cep:79070-295, Bairro Pioneiros, Campo Grande - MS.

Telefone: (17) 99759-8508

Email: zanetoni1603@gmail.com

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (ORGANIZAÇÃO DE MORADORES).

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. **Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas (confirmando que leu todas na íntegra) e assine ao final deste documento, que está em duas vias.** Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

I - Responsável pela Pesquisa

João Pedro Ferraz Zanetoni, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Programa de Pós Graduação em Administração (PPGAD) - Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.074-460. Campo Grande - MS. Modalidade: Mestrado.

II - Título da Pesquisa

Território, Agricultura Familiar e Turismo de Base Comunitária (TBC) no Assentamento 72 em Ladário – MS

III - Objetivo do Estudo

Compreender as relações camponesas que possibilitem campos para implementação da atividade do turismo de base comunitária (TBC) no Assentamento 72, em Ladário - MS.

IV - Procedimento do Estudo

O instrumento a ser utilizado será um roteiro de entrevista semiestruturada, observação e levantamento documental e um gravador. A finalidade da entrevista é extrair do participante informações sobre a história e o contexto do assentamento. Pretende-se compreender a luta, as relações entre os camponeses, a organização, como as atividades são conduzidas internamente, a gestão e as experiências tanto históricas quanto cotidianas no assentamento.

No caso da entrevista ser realizada presencialmente, o contato prévio será feito entre o pesquisador e o participante, esse encontro presencial terá seu local, data e horário definidos previamente entre o participante e o pesquisador, ambos usarão máscaras e tomaram o devido distanciamento, além do uso constante de álcool em gel para higienização das mãos e de todo o material utilizado no decorrer da pesquisa.

No caso da pesquisa ser realizada por meios digitais, o contato prévio será feito entre o pesquisador e o participante, o pesquisador enviara um email com um convite para uma reunião online com data e hora previamente combinada com o participante (a plataforma online utilizada será a que melhor se adequa às condições do participante) juntamente com um link para cessar a reunião.

Em ambos os casos o pesquisador solicita que a entrevista seja registrada, se presencialmente com a utilização do gravador, se por meios digitais, a reunião será gravada. Nas duas possibilidades, a gravação se inicia no momento em que a entrevista começa e será finalizada no momento em que termina.

Abaixo será disponibilizado um campo para que assine o consentimento com os procedimentos e a autorização da gravação. A recusa em permitir a gravação não altera o andamento da entrevista, exceto que a mesma não será gravada.

V - Benefícios do Estudo

Em relação aos benefícios, o estudo permite a valorização cultural, social, e econômica sobre a temática a ser explorada, poderá servir não apenas para comunidade acadêmica auxiliando no desenvolvimento de outros estudos, mas também, para as instituições públicas e para o assentamento enquanto orientação para possíveis práticas que interligam as características, cultura e comércio locais com atividades turísticas. O estudo trará informações das dimensões política, econômica, social e ambiental sobre a problemática demonstrando os impactos e as especificidades que a atividade turística pode trazer no desenvolvimento territorial.

VI - Riscos do Estudo

Quanto aos riscos da pesquisa, atenta-se o pesquisador a desenvolver técnicas de coleta de dados que não interfira no bem-estar dos participantes, assim como preservar a clareza das informações a serem transmitidas, nesse sentido, o participante terá total autonomia em suas respostas, podendo, inclusive, optar por não respondê-las sem nenhum tipo de penalidade, o gravador ficará visível em todo percurso da entrevista, caso seja presencial, e será feita uma solicitação prévia ao participante para iniciar a gravação da reunião, caso seja por meios digitais.

Em caso de entrevista realizada *presencialmente* o participante deve estar ciente dos possíveis riscos físicos que podem ser causados durante a condução da pesquisa. Vale frisar que nessa pesquisa os possíveis riscos físicos são mínimos. A pesquisa presencial será

conduzida se, e somente se, a pandemia do Novo Coronavírus (COVID19) estiver em estágio de controle e dentro de todas as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Governo do Estado Mato Grosso do Sul e pelo governo do município, sendo assim, o uso de máscara será obrigatório a todo o momento, álcool em gel será disponibilizado pelo pesquisador, todo e qualquer tipo de material físico utilizado pelo pesquisador será esterilizado, o distanciamento social mínimo será seguido, e a entrevista será conduzida em um local arejado e com pouco fluxo de pessoas, garantindo assim maior segurança em relação à pandemia.

Ainda sobre a entrevista presencial, outros riscos físicos podem ser possíveis e o participante deve ter total consciência sobre eles, esses riscos estão principalmente em termos de deslocamento no local da entrevista; qualquer tipo de dano decorrente da entrevista na estrutura física no local onde a mesma será conduzida (quebrar copos, cadeiras, etc.); algum tipo de dano acidental, não relacionado à entrevista, da estrutura física do local, que podem levar riscos à saúde física do participante e do pesquisador. Esses riscos são mínimos, porém a escolha do local da entrevista levará em conta que a estrutura se apresente totalmente adequada para garantir a segurança e oferecer o maior conforto possível para o participante e o pesquisador. No caso de uma pesquisa por *meios digitais*, os danos físicos são consideravelmente reduzidos, tendo em vista que o participante e o entrevistador não estão tendo contato físico presencial.

O pesquisador garante que em caso de qualquer dano físico que afete o participante, ocorrido em decorrência da pesquisa, o mesmo terá ressarcimento. A pesquisa não prevê qualquer tipo de despesa financeira, relacionada diretamente com a entrevista nem por ela decorrente para o participante, contudo, caso ocorra, as despesas serão cobertas pelo pesquisador. Os custos de condução até o local combinado, e a condução do participante após a finalização da entrevista, bem como os custos de alimentação (caso ocorra) serão cobertos pelo pesquisador. A forma que se dará a transação desse ressarcimento será combinada no mesmo momento em que for acertado o local e a data da entrevista.

Além dos possíveis danos físicos, deve-se alertar para a possibilidade de danos emocionais durante a entrevista, seja ela conduzida presencialmente ou por meios digitais. O roteiro da entrevista pretende se aprofundar diretamente na história do local, e na história das pessoas que convivem nele (o Assentamento 72), nesse sentido, durante a entrevista, o participante pode se depara com lembranças de momentos por ele considerados difíceis de falar, principalmente no que diz respeito ao seu trajeto de vida, lutas e conquistas pessoais, além de coletivas. Nesses momentos, o participante poderá se deparar com picos de

ansiedade, desconforto emocional, nervosismo, stress e indisposição, nesses casos, o mesmo terá total autonomia de responder ou não às perguntas, de solicitar que as gravações sejam interrompidas, de não responder mais questões sobre aquele tema, além de poder, a qualquer momento, solicitar o encerramento definitivo da entrevista. O pesquisador garante a autonomia do participante nesses casos e não insistirá para que a pesquisa continue se não for mais da vontade do participante.

Favor, leia atentamente o quadro a seguir:

<p>Declaro que li e compreendi todos os itens deste termo (I, II, III, IV, V, VI) e estou de acordo com a participação na pesquisa solicitada.</p> <p>Nome do Participante: _____.</p>
<p>Aceita ter a entrevista gravada, seja ela presencialmente (com uso de gravador) ou por meios digitais (gravação da reunião na plataforma a ser utilizada)?</p> <p style="text-align: center;">Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>)</p>
<p style="text-align: center;">Data: ___/___/____.</p>

Após feita a leitura de todo o termo, e assinados os campos solicitados acima, assine o final deste documento, que concretiza sua participação na pesquisa.

Pesquisador

Participante

CEP - UFMS

Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1o andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS.

E-mail: cepconeppropp@ufms.br; Telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Dados do pesquisador:

João Pedro Ferraz Zanetoni

Avenida Sen Antônio Mendes Canale, 1365 - Bl. 05 Ap.202 Cast. de Gibraltar - Cep:79070-295, Bairro Pioneiros, Campo Grande - MS.

Telefone: (17) 99759-8508

Email: zanetoni1603@gmail.com